

Paula Ziviani

**A consolidação dos indicadores culturais no Brasil:
uma abordagem informacional**

Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação da UFMG
2008

Paula Ziviani

**A consolidação dos indicadores culturais no Brasil:
uma abordagem informacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Profa. Maria Aparecida Moura

Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação da UFMG
2008



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

“A CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES CULTURAIS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM INFORMACIONAL”

Paula Ziviani

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de “**Mestre em Ciência da Informação**”, linha de pesquisa “**Informação, Cultura e Sociedade**”.

Dissertação aprovada em: 14 de julho de 2008.

Por:

Profa. Dra. Maria Aparecida Moura – ECI / UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. José Márcio Pinto de Moura Barros – PUC / MG

Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis – ECI / UFMG

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva – FAFICH / UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Versão final Aprovada por

Profa. Maria Aparecida Moura
Coordenadora

Profa. Maria Aparecida Moura
Orientadora



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **PAULA ZIVIANI**, matrícula: 2006202973

Às 14:00 horas do dia 14 de julho de 2008, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pela Câmara de Pós-Graduação em 20 / 06 / 2008, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***A consolidação dos indicadores culturais no Brasil: uma abordagem informacional***, requisito final para a obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADA
Prof. Dr. José Márcio Pinto de Moura Barros	APROVADA
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis	APROVADA
Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada aprovada.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2008.

Maria Aparecida Moura
(ECI / UFMG)

José Márcio Pinto de Moura Barros
(PUC / MG)

Alcenir Soares dos Reis
(ECI / UFMG)

Regina Helena Alves da Silva
(FAFICH / UFMG)

Ao meu pai, pesquisador.

Agradecimentos

Agradeço ao Adi por todo amor e amizade que pode existir entre duas pessoas;

Agradeço ao meu pai pela cobrança, apoio e incentivo. Por me mostrar que podemos construir um mundo melhor por meio da pesquisa. Agradeço à minha mãe, que me ensinou que se deve receber de bom grado o que bate à sua porta, e à minha irmã, pelo companheirismo e amizade ao longo de uma vida;

Agradeço à minha orientadora, Professora Maria Aparecida Moura, carinhosamente Cida, por acreditar sempre, trazendo leveza, alegria, respeito e generosidade a este percurso;

Com muito carinho, agradeço aos amigos e companheiros dessa caminhada Cláudia, Cynthia, Grazi, Sheila, Ana Paula, Letícia, Lorena, Camila, Joana, nosso grupo de pesquisa, que dividiram comigo toda angústia de ser “mestrando”;

Agradeço à Cris por ter me recebido em Brasília, por ter corrido atrás de documentos no Ministério da Cultura e, acima de tudo, por ser superamiga. Ao Everton, pelas conversas e preciosas ajudas, e às “meninas”, por entenderem que fui amiga ausente durante apenas dois anos. Não poderia deixar de agradecer também ao Pe. Magela, que acompanhou o início dessa trajetória e que tanto torce por mim;

Agradeço ainda à Irene e Andréia Ziviani por ajudarem meu corpo a me transformar numa pessoa melhor;

Agradeço aos Professores componentes da banca examinadora pelas análises, sugestões e conversas no corredor da escola e no bate-papo do *gmail*, que incentivaram e enriqueceram este trabalho;

Por fim, agradeço a todos os “amantes da cultura e da pesquisa”, que me receberam de braços abertos, contribuíram com informações e documentos importantes, responderam aos e-mails, enviaram textos, artigos e boas energias.

Resumo

Esta pesquisa consistiu em identificar e sistematizar, do ponto de vista informacional, parâmetros que fundamentam a composição de indicadores culturais e, conseqüentemente, a elaboração de um sistema público de informações voltado para o monitoramento de políticas públicas de cultura. A sistematização das etapas para a construção de indicadores culturais foi baseada na metodologia utilizada para elaboração de indicadores em geral. Para isso, foram considerados os pontos relevantes dos antecedentes históricos da produção de indicadores culturais no Brasil e no cenário internacional, bem como os principais momentos de institucionalização da cultura no país. Especificamente, foram privilegiados os procedimentos metodológicos sedimentados no campo da Ciência da Informação, referentes à identificação, à organização e à compreensão do uso da informação. Com base nas principais concepções de indicador cultural e a partir do conceito de qualidade da informação e seus atributos utilizados para compreender melhor a informação, apresentou-se uma proposta de análise qualitativa para a consolidação dos indicadores culturais. Buscou-se evidenciar a atenção que a temática vem recebendo, sobretudo, no que se refere aos aspectos exclusivamente econômicos do setor. Assim, procurou-se refletir sobre a possibilidade de elaboração de um sistema de indicadores para além da perspectiva de mercado. Por fim, argumentou-se sobre a necessidade de uma política continuada e orgânica de geração de dados específicos para a cultura, como uma ferramenta de diálogo político imprescindível para a investigação e análise do segmento. Tendo em vista as contribuições teóricas e metodológicas relacionadas à construção social da informação e à qualidade da informação, a Ciência da Informação emerge como uma disciplina privilegiada para o estudo de parâmetros que fundamentam a composição de indicadores culturais no Brasil.

Palavras-chave: informação; cultura; indicador cultural – parâmetros; política cultural; indicador cultural – abordagem informacional.

Abstract

This research has consisted in identifying and systematizing, from the informational point of view, parameters that serve as foundation for the composition of cultural indicators and consequently the elaboration of a public system of information turned to the monitoring of cultural public policies. The systematization of the stages for the construction of cultural indicators has been based on the methodology used for the elaboration of indicators in general. In order to do so, relevant points from the preceding history of the production of cultural indicators in Brazil and in the international scenario were taken into consideration, as well as the main moments of the culture institutionalization in the country. Methodological procedures consolidated in the field of the Information Science referring to the identification, organization and comprehension of the use of information have been specifically privileged. A proposal of qualitative analysis for the consolidation of cultural indicators has been presented, based on the main conceptions of cultural indicator and from the concept of information quality and its attributes, used to better understand the information. We tried to point out the attention this theme has been receiving, especially in what refers to exclusively economic aspects of the sector. Thus, we have thought about the possibility of elaboration of a system of indicators beyond the market perspective. Finally, we have discussed the necessity of an organic and continuous policy in generating specific data for culture as a very important tool of political dialogue in the investigation and analysis of this segment. Having in mind the theoretical and methodological contributions related to the construction and quality of social information, the Information Science emerges as a privileged discipline for the study of parameters which are the stepping stones in creating cultural indicators in Brazil.

Key words: information; culture; cultural Indicator – parameters; cultural policy; cultural Indicator – informational approach.

Lista de ilustrações

FIGURA 1.	Processo de agregação de valor informacional no indicador.....	65
FIGURA 2.	Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas.....	130
QUADRO 1	Proposta de indicadores culturais baseada nas categorias da UNESCO....	86
QUADRO 2.	Sistematização das abordagens dos indicadores culturais.....	90
QUADRO 3.	Atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura.....	101
QUADRO 4.	Parâmetros que fundamentam a composição do indicador cultural para a elaboração de um sistema público de informação.....	136
QUADRO 5.	Categorização dos parâmetros.....	143
QUADRO 6.	Quadro esquemático do plano de coleta de dados.	163

Lista de abreviaturas e siglas

AECID	- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ANCINE	- Agência Nacional do Cinema
BDM	- Banco de Desenvolvimento Multilateral
APU	- Estatísticas das Administrações Públicas
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEHC	- Cadernos de Estudos Históricos e Culturais
CEMPRE	- Cadastro Central de Empresas
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CI	- Ciência da Informação
CIU	- <i>Clasificación Industrial Internacional Uniforme</i>
CNAE	- Conselho Nacional de Atividades Econômicas
CNRC	- Centro Nacional de Referência Cultural
CONCLA	- Comissão Nacional de Classificação
CTAV	- Centro Técnico Audiovisual
DEP	- Departamento de Estudos e da Prospectiva
EMBRAFILME	- Empresa Brasileira de Filmes
FAO	- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FJP	- Fundação João Pinheiro
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNARTE	- Fundação Nacional das Artes
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDC	- Índice de Desenvolvimento Cultural
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISIC	- <i>International Standard Industrial Classification</i>
MEC	- Ministério de Educação e Cultura

MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MINC	- Ministério da Cultura
MUNIC	- Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NASA	- Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço
OCDE	- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIC	- Observatório Itaú Cultural
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OMPI	- Organização Mundial de Propriedade Intelectual
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAC	- Pesquisa Anual de Comércio
PAC	- Plano de Ação Cultural
PAS	- Pesquisa Anual de Serviços
PIA	- Pesquisa Industrial Anual
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNC	- Plano Nacional de Cultura
POF	- Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAC	- Programa Nacional de Apoio à Cultura
PUC/RJ	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SEADE	- Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIIC	- Sistema de Informações e Indicadores Culturais
SNC	- Sistema Nacional de Cultura
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TIC	- Tecnologia de Informação e Comunicação
UIS	- <i>UNESCO Institut of Statistics</i>
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Metodologia	18
Estrutura da dissertação	25
CAPÍTULO 1 – INFORMAÇÃO E CULTURA	27
1.1 - Globalização e sociedade informacional: retratos de um mundo atual	29
1.2 - A Ciência da Informação e seu objeto de estudo	37
1.3 - Informação e cultura na sociedade contemporânea	44
CAPÍTULO 2 – INDICADORES CULTURAIS: EM BUSCA DE UM CONCEITO	50
2.1 – Antecedentes históricos da produção de informação estatística e indicadores para a cultura	51
2.2 – Indicador como construção social	63
2.2.1 – Características dos indicadores culturais	77
2.2.2 – Etapas metodológicas para a construção de indicadores culturais	81
2.2.3 – UNESCO: proposta de uma abordagem internacional comparativa	84
2.3 – Sistema público de informação e indicadores culturais	93
CAPÍTULO 3 – GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA: INDICADOR CULTURAL E MONITORAMENTO	108
3.1 – A Política cultural como política pública: as relações entre Estado e cultura .	110
3.1.1 – Política cultural	113
3.2 – Política cultural no Brasil: breve histórico	117
3.3 – Uma base de dados para a cultura: a proposição de parâmetros para a construção de indicadores culturais e a elaboração de sistemas de informação... .	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
Apontamentos para estudos futuros	152
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICE	163
ANEXO	164

INTRODUÇÃO

O pano de fundo do cenário apresentado pela dissertação é circunscrito por questões como globalização, internacionalização da economia, mercadorização da sociedade e economia informacional ou de signo e símbolos, da chamada sociedade da informação. A centralidade de fenômenos, como cultura e informação, nas relações sociais constitui uma das características marcantes da sociedade contemporânea. Em vista desses aspectos, modificou-se o estatuto da produção e disseminação da informação, bem como a maneira de se pensar e organizar a cultura. As atividades culturais estão integradas à economia da informação e do conhecimento, tornando-se elementos mediadores em muitos processos.

A partir de diretivas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), referentes à diversidade cultural e às relações entre cultura e desenvolvimento, a elaboração de políticas, em consonância com esses aspectos, tem assumido posição de destaque na sociedade. Por conseguinte, a demanda pela produção e organização das informações culturais tem sido cada vez mais recorrente, devido à centralidade das atividades culturais em vários aspectos da sociedade, já mencionada. Dessa forma, a necessidade de desenvolver diagnósticos e indicadores sobre o processo cultural tem se tornado uma tendência internacional.

Esta dissertação teve início, em março de 2006, em meio a um panorama de transformações relacionadas às políticas culturais no Brasil. O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e de seu ministro da cultura, Gilberto Passos Gil Moreira, trouxe mudanças significativas para a área. Apesar das reais iniciativas e da efetividade de suas repercussões, não restam dúvidas de que Gilberto Passos Gil Moreira conseguiu chamar a atenção para o Ministério da Cultura (MINC), um diferencial de investimentos às situações anteriores.

O discurso da demanda de informação para políticas culturais no Brasil começa a tomar maior destaque no atual governo. Como é possível perceber, ao longo da história de institucionalização do setor no país, relatada no capítulo 3 da dissertação,

a política de informação, direcionada para a área da cultura, acontece pontualmente. A partir desse governo, é que se iniciaram os debates e as ações para se desenvolver um sistema público de informações e indicadores culturais em âmbito nacional, voltado para subsidiar políticas públicas de cultura.

Para que isso fosse efetivado, no final de 2004, estabeleceu-se uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Cultura, com o intuito de contribuir para o debate sobre a concepção de um sistema de informações e indicadores culturais, que atendesse às necessidades informacionais da população.

A relevância do tema no Brasil pode ser destacada também nas ações desenvolvidas pelo Observatório Itaú Cultural, do Instituto Itaú Cultural, que, desde a sua consolidação, tomou como objeto central de pesquisa a construção de indicadores culturais (OIC, 2008). Nesse aspecto, o Observatório vem realizando seminários com o propósito de estimular a reflexão teórico-metodológica e o diálogo entre especialistas brasileiros e internacionais. O resultado dessas discussões pode ser verificado nas publicações trimestrais da revista do Instituto.

O papel da cultura no estímulo ao desenvolvimento social, econômico, político e propriamente cultural da sociedade está presente no discurso do poder público, das empresas patrocinadoras e da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e, até mesmo, de artistas e intelectuais. Todos enfatizam o potencial da cultura e sua função como propulsora do desenvolvimento.

Os argumentos, entretanto, ora econômico ora sociocultural, raramente são fundamentados em informações objetivas de natureza quantitativa e, sobretudo, qualitativa. O conhecimento sobre o setor cultural ainda é pequeno se comparado às pretensões destinadas ao campo. Além disso, a partir das análises de algumas pesquisas já realizadas, conforme abordado no segundo capítulo e, principalmente, com base nas ações do IBGE, constata-se que o interesse que a questão vem despertando é, sobretudo, econômico, mais do que propriamente social ou cultural.

O olhar voltado, exclusivamente, para o aspecto mercantil deixa de enfatizar os impactos negativos do desenvolvimento econômico da cultura, pois se observa apenas aquilo que é mensurável e quantificável e, na maioria das vezes, orientado pela visão positiva da acumulação; entretanto a cultura nem sempre pode ser avaliada positivamente pela evolução de seus números. O artesanato no Brasil é uma das questões plausíveis de exemplificação nesse sentido. Ao se considerar unicamente o quanto tem se vendido de artesanato, deixa-se de observar o que vem acontecendo com os artesões locais e até que ponto essa cultura vem sendo mantida ou destruída pela sua inserção na economia (SILVA, R., 2007).

Segundo SILVA, R. (2007), “a sociedade sempre mede o que ela valoriza e aprende a valorizar aquilo que ela mede”. Nesse sentido, a autora afirma que existe um forte hábito em construir informações sobre campos vinculados ao mercado, com variáveis como número de trabalhadores, salário médio, escolaridade, entre outros. A importância desses dados não é desconsiderada pela pesquisadora, entretanto ela acredita que eles não retratam fidedignamente a área da cultura.

A necessidade de investimentos em ciência, por exemplo, normalmente não é justificada pelo retorno financeiro que a ciência é capaz de trazer para a sociedade. O mesmo acontece com a educação. Contudo, no caso da cultura, vem ocorrendo justamente o contrário. A ênfase maior se dá sobre seu aspecto econômico, pela quantidade de empregos e renda, que é capaz de gerar, e sobre os impactos da produção cultural na economia.

Diante desse fenômeno, algumas questões orientaram o olhar concebido pela dissertação. Qual o interesse social de se medir a cultura? O que fundamenta a criação de indicadores culturais e como se dá o seu processo de construção? Quais são os principais atores que entram em cena? Que informações devem ser priorizadas em um sistema de informações sobre o setor cultural? É possível construir um sistema de indicadores para além da perspectiva de mercado?

Ao traçar as modalidades e prioridades de estudos de temas relacionados à cultura e desenvolvimento, Pérez de Cuéllar (1997) sustenta a idéia da necessidade de pesquisas sobre os indicadores culturais, inclusive as referentes à reflexão

conceitual e metodológica. Em consonância com a visão do autor, a proposta empreendida por esta dissertação teve como objetivo geral identificar e sistematizar, do ponto de vista informacional, parâmetros que fundamentam a composição de indicadores culturais e, conseqüentemente, a elaboração de um sistema público de informações para o monitoramento de políticas culturais.

Assim, com vistas a alcançar o objetivo geral proposto pelo estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- identificar, sistematizar e problematizar o conceito de indicador cultural, explorando seus fundamentos teóricos e analíticos;
- sistematizar as principais pesquisas referentes à questão dos indicadores culturais em âmbito nacional;
- identificar e sistematizar a metodologia utilizada para a construção dos indicadores em geral, com foco nos indicadores culturais;
- identificar os principais fatores intervenientes no processo de construção do indicador cultural;
- e propor parâmetros norteadores para a consolidação do indicador cultural em sua face informacional.

A importância das informações e indicadores culturais pode ser destacada em diversos aspectos: pesquisa acadêmica, tomada de decisão, planejamento, avaliação das ações pelos diferentes atores do campo cultural, elaboração e formulação de políticas públicas e, conseqüentemente, avaliação dessas políticas.

O debate a respeito dos indicadores culturais, assim como da cultura, é permeado por diferentes campos do saber, entretanto a Ciência da Informação (CI) emerge como disciplina privilegiada para abordar a temática, tendo em vista suas contribuições teóricas e metodológicas, relacionadas à construção social da informação, à ênfase no aspecto humano desse processo e à qualidade da informação. Portanto privilegiou-se abordar a construção do indicador cultural, com base no referencial teórico da Ciência da Informação.

A Ciência da Informação, além do seu caráter multi e interdisciplinar, que busca a construção do saber comum, aliado a diversas áreas do conhecimento, possui como fundamento principal compreender as dinâmicas e as práticas de organização e disseminação da informação, tendo em vista aprimorá-las. Em especial, a linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade investiga a informação como fenômeno social, abrangendo as inter-relações da informação com as esferas do Estado, da sociedade civil e da cultura, bem como seus desdobramentos nas sociedades contemporâneas.

Ao propor intervir nos processos de produção, organização e utilização da informação, a Ciência da Informação vincula-se aos sistemas culturais formalizados, tais como museus, acervos, bibliotecas, sistemas virtuais e centros culturais. Assim, o campo está intimamente correlacionado com a organização do processo cultural na sociedade contemporânea, uma vez que manipula questões referentes à preservação de acervos e bens culturais. Os espaços de trabalho do profissional da informação são espaços privilegiados de interação social, produção simbólica e circulação de conhecimento, ou seja, produção e disseminação de informação.

Em vista das novas relações sociais, culturais, políticas e econômicas, advindas das transformações da contemporaneidade, as pesquisas direcionadas ao objeto informacional têm se ampliado largamente nos últimos anos, contudo a ausência de um fórum específico de discussão das questões referentes à informação e à cultura na Ciência da Informação tem deixado à margem do campo essas abordagens. Pinheiro *et al.* (1994), ao escreverem sobre o planejamento e a implantação do Sistema de Informação em Arte e Atividades Culturais, desenvolvido pela Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), afirmam que

Ao lado da ausência de uma política nacional mais definida e de uma política interna, constata-se, no campo da informação em arte e cultura, a dispersão e o isolamento de poucas iniciativas existentes e até o seu desconhecimento. Em congressos e eventos das áreas estão ausentes projetos de informação em arte e cultura, assim como na literatura e, conseqüentemente, nas bibliografias de biblioteconomia, documentação e ciência da informação. Por outro lado, não há ainda um fórum específico no qual sejam discutidas questões da informação em arte e cultura. (PINHEIRO *et al.*, 1994, p. 330)

Os autores mencionam a necessidade de um fórum específico para discussões referentes à informação em arte e cultura, que possa fomentar a participação de projetos relacionados ao tema e, conseqüentemente, ampliar a literatura na Ciência da Informação. Nesse sentido, o esforço desta pesquisa justifica-se diante da necessidade de uma maior aproximação / interlocução entre o campo da Ciência da Informação e a cultura, especificamente, a construção de indicadores culturais voltados para orientar e direcionar as ações das políticas públicas de cultura.

Levando-se em conta o caráter específico das atividades, bens e serviços culturais, na medida em que são portadores de identidades, valores e significados, faz-se necessária especial atenção à sua regulamentação. Acredita-se que essa problemática deva ser pesquisada devido a sua relevância para a compreensão das interações entre informação, cultura e sociedade. Apresentou-se uma análise crítica dos dados e informações, que possa, por ventura, subsidiar a tomada de decisão sobre as políticas culturais a serem implementadas ou reivindicações aos mecanismos de regulação por parte dos atores sociais envolvidos.

A interdisciplinaridade se fez presente nesta pesquisa, uma vez que ela se insere no campo da Ciência da Informação, característica intrínseca à área, e se aproxima a outros campos disciplinares que abordam o problema proposto. Por conseguinte, buscou-se inter-relacionar perspectivas teóricas de áreas como Comunicação, Sociologia e Economia com os princípios teóricos presentes na Ciência da Informação, referentes à informação, cultura e sociedade.

Metodologia¹

De acordo com o que está exposto no primeiro capítulo, a Ciência da Informação é tomada por alguns autores como uma ciência nova ou pós-moderna. Assim, o sentido clássico da ciência, a ciência moderna e seus ideais positivistas de neutralidade, racionalidade e objetividade, que devem dirigir o olhar do cientista é

¹ QUADRO 6 – Quadro esquemático do plano de coleta de dados (APÊNDICE).

levado em conta pelo estudo, mas não compreende o foco estruturante da análise. Acredita-se que a abordagem científica da realidade deve se orientar a partir de procedimentos metodológicos bem traçados e objetivos para tentar evitar ao máximo a interferência da subjetividade do pesquisador ao selecionar o seu objeto.

A contradição da ciência se dá, contudo, justamente pelo fato de ser fruto da produção do próprio homem, sendo, assim, inevitável isolar por completo a influência de valores e crenças da sociedade como um todo e, sobretudo, do próprio sujeito, que se propõe a recortar e a abordar a realidade cientificamente.

No trabalho aqui apresentado, a singularidade do pesquisador pode ser percebida ao longo de seu percurso investigativo, um caminho cheio de obstáculos, desvios e mudanças de rota, que foram moldando o estudo. Trata-se de um trajeto circunstancial, em que as particularidades do olhar são apreendidas em cada novo documento encontrado, em cada nova identificação dos atores sociais envolvidos, em cada novo contato de pesquisa e nova seleção. Um trabalho processual, dialético, permeado por contradições e dificuldades.

A escolha dos procedimentos metodológicos funde-se com a trajetória da pesquisa, em que instrumentos de coleta e análise de dados foram sendo substituídos por outros mais adequados à proposta, que foi se afeiçoando ao longo do processo de investigação. Não se trata de anunciar a armadilha de se explicar ações que foram vislumbradas, mas não foram concretizadas. Trata-se de evidenciar a seqüência contínua dos fatos que apresentaram certa unidade, de explicitar o importante processo de criação e transpiração da pesquisa e, conseqüentemente, o amadurecimento do pesquisador, que resultou no produto final: a dissertação.

A princípio, a pesquisa tinha como objeto de estudo as leis de incentivo à cultura em níveis federal e estadual (Lei Rouanet e Lei Estadual de Incentivo à Cultura – Minas Gerais). Pretendia-se analisar o papel atribuído à informação na constituição / consolidação das políticas públicas de cultura no Brasil. Dessa forma, o foco principal consistia na política cultural desenvolvida pelo governo, tendo a questão informacional como norteadora da investigação.

A partir da revisão de literatura e, principalmente, das orientações recebidas no exame de qualificação do projeto, verificou-se que as contribuições do estudo seriam menores, levando-se em consideração as inúmeras críticas que as leis de incentivo já vinham recebendo em pesquisas já existentes.²

Assim, em vista do novo cenário de discussões políticas em torno do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e da proposta de um Plano Nacional de Cultura (PNC), que vem sendo estruturada no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ainda com foco principal nas políticas públicas de cultura, empenhou-se em descobrir a relação entre as duas proposições, o SNC e o PNC, bem como o papel da informação no que parecia ser um novo paradigma de gestão e promoção conjunta de políticas públicas, que dentre outros aspectos, visava implantar atividades de compartilhamento, produção, seleção, armazenamento e disseminação de informação para a área da cultura.

Para tanto, foram realizadas 8 entrevistas com dirigentes do Ministério da Cultura, que participaram diretamente das discussões referentes ao SNC e ao PNC, além de entrevistas com atores que acompanharam o início das propostas, mas que, aparentemente, por divergências entre partidos e embates políticos, acabaram sendo afastados do governo. As entrevistas tinham como objetivo auxiliar no entendimento das diretrizes formuladas e dos próximos passos a serem tomados, uma vez que a análise documental mostrava-se insuficiente para tal compreensão.

A prática das entrevistas possibilitou um maior entendimento do processo de formulação de políticas públicas de cultura, da correlação de forças presente em todas as propostas e ações, das contradições e obstáculos encontrados na administração pública. Além desses aspectos, identificou-se uma profunda carência de informações estruturantes para a tomada de decisão e elaboração de políticas, sendo que uma das propostas do SNC era criar uma estrutura em rede capaz de produzir indicadores que orientassem a organização de instrumentos de avaliação dos recursos necessários ao desenvolvimento de cada área da cadeia produtiva da cultura. Ou seja, gerar informações necessárias para o real conhecimento da cadeia

² SARKOVAS (2005); OLIVIERI (2004); EIRIN DE RAPP (2004); DÓRIA (2003); CASTELLO (2002); FJP (1998, 1999, 2001, 2002, 2004); dentre outros.

produtiva da cultura, seus arranjos criativos e produções artísticas das localidades do país.

Cabe ressaltar que, por meio da análise de documentos³ de organizações internacionais de caráter global, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e, principalmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), foi possível identificar orientações e diretivas para incorporar elementos estratégicos, que aproximem as noções de cultura e desenvolvimento. Percebeu-se, nos discursos de organizações multinacionais ou transnacionalizadas, como também se convencionou chamá-las, recomendações e prescrições para o desenvolvimento dos aspectos econômicos da cultura, por meio do fortalecimento de indústrias culturais locais, vinculadas ao mercado global e da comercialização da cultura. Ou seja, acredita-se que tais organismos emergem como desencadeadores dessas práticas, que influenciam as tomadas de decisão e a elaboração de políticas em diferentes âmbitos do governo nacional, inclusive na priorização de dados a serem levantados.

Nesse ponto, identificou-se uma lacuna alarmante de estudos, tanto na Ciência da Informação como em outros campos do saber, no que se refere às informações culturais para subsidiar ações, já que são necessários estudos que promovam não apenas o mapeamento das atividades e produções, mas uma reflexão teórica sobre a informação para a cultura.

Assim, grandes escolhas foram sendo realizadas, trazendo impactos significativos para a pesquisa. No que se referem às entrevistas realizadas, elas não constituíram a fonte principal da coleta de dados e análise, mas foram primordiais para identificar

³ Cartas de princípios, convenções, protocolos, tratados, programas, orientações europeias, declarações, resoluções, recomendações e planos de ação, que podem ser acessados através dos sites da ONU (<http://www.onu-brasil.org.br/>; <http://www.un.org/>; <http://www.unesco.org.br/>; <http://www.unesco.org>). Para listar os mais importantes: Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural; Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; Dez chaves para entender a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; Acordo sobre os aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (TRIPS) e o Acordo Geral de Comércio sobre Serviços (GATS); *Sistemas de Informacion en Cultura en el Mercosur*; Uma base de dados para a cultura; UNCTAD – *Conference on Trade and Development*.

que o aspecto cultural do indicador não vinha sendo abordado de maneira apropriada.⁴

Além das entrevistas, fizeram parte do percurso investigativo a identificação e o conhecimento do campo cultural, por meio da participação em eventos, seminários e encontros voltados para a discussão das políticas e dos indicadores culturais, bem como o contato com pessoas da área, através de conversas informais. O foco no discurso dos múltiplos atores envolvidos no campo da cultura acabou auxiliando na constituição do cenário e, conseqüentemente, no grande desafio de tentar desenvolver uma proposta inovadora, por meio da perspectiva informacional. Foi possível perceber que esse cenário é permeado por interesses diversos e, em alguns casos, contraditórios, uma vez que, por exemplo, estão presentes na gestão pública da cultura atores voltados para o bem coletivo e outros para bens, eminentemente, privados.

Direcionou-se, então, a atenção para a abordagem informacional dos dados da cultura na elaboração de políticas públicas, dando um contorno mais teórico à pesquisa. Para isso, procurou-se sistematizar, de maneira orgânica e coordenada, uma literatura ainda dispersa, dialogando com outras áreas do conhecimento e, principalmente, acentuando-se os aspectos informacionais do indicador cultural.

Sendo assim, uma vez que o olhar empreendido pela pesquisa possui como base conceitual a Ciência da Informação, foram privilegiados procedimentos metodológicos sedimentados no campo, referentes à identificação, à organização e à compreensão do uso da informação.

Do ponto de vista teórico-conceitual, cultura, em geral, e política cultural e indicador cultural, em particular, são campos multidisciplinares, ou seja, são abordados por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, sendo necessário sintetizar perspectivas teóricas desenvolvidas em outros campos. Portanto, em vista desse

⁴ Em seu início, o estudo tinha como proposta metodológica a técnica de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes da cultura. Contudo, a partir da evolução do percurso investigativo, percebeu-se que tal instrumento de coleta e análise de dados poderia ser substituído por outro mais adequado aos objetivos da pesquisa. Assim, após a realização de 8 entrevistas, o processo foi interrompido. Entretanto, achou-se relevante incorporar à dissertação as informações e os elementos extraídos de tal prática.

aspecto, algumas referências conceituais e procedimentos de pesquisa, que trataram da operacionalização do presente estudo, não se limitaram à Ciência da Informação, trazendo abordagens da Comunicação, Sociologia e Economia.

O pano de fundo da pesquisa foi estruturado a partir de teóricos que abordam o tema da Sociedade da Informação e da pós-modernidade, com o objetivo de apresentar o horizonte das principais transformações que regem o mundo atual. Ciente de que analisar tais estudos não é a tarefa central desta dissertação, embora sirva de base ao raciocínio desenvolvido, procurou-se apresentar autores que destacam a importância dada à cultura na contemporaneidade, tendo como foco a questão informacional.

Na revisão da literatura da pesquisa, buscou-se levantar os trabalhos disponíveis relacionados à questão dos indicadores culturais e sistemas de informações, voltados para a área da cultura no Brasil. Entretanto verificou-se que pouco se tem produzido sobre o tema nas instituições acadêmicas brasileiras. Nesse aspecto, destaca-se, dentre outras⁵, a pesquisa de doutorado, considerada relevante para este estudo, em que a autora (SILVA, L., 2007)⁶ aborda informações e indicadores culturais para o diagnóstico de situações, desenho de políticas públicas e planejamento de ações.

É importante ressaltar que, apesar do número pequeno de trabalhos, as pesquisas encontradas foram desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, o que reforça o alcance do campo na diversificação de temas e justifica a produção de outros estudos equivalentes, que irão desenvolver uma maior aproximação entre informação e cultura no contexto da CI.

⁵ TEIXEIRA, Nísio. *Um rock no meio do caminho: subsídios para a proposição de um sistema de informação artístico-cultural em Belo Horizonte*. 1999. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

SALOMÃO, José Carlos. *A Importância da Informação para os Profissionais da Área Artístico-cultural: um estudo exploratório na cidade de Belo Horizonte*. 2001. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

⁶ SILVA, Líliliana Sousa e. *Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva*. 2007. 310 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Ainda a respeito da literatura específica sobre indicadores culturais e sistemas de informações para a cultura, a maioria das fontes utilizadas é proveniente de artigos publicados em periódicos e encontros científicos nacionais e internacionais, o que evidencia a novidade da temática e justifica a grande lista de referências, que se encontra ao final da dissertação. Grande parte dos estudos sobre indicadores culturais é conduzida por instituições e empresas de pesquisa, bem como observatórios voltados para questões relativas à economia da cultura e à indústria cultural, sendo, ainda, quase inexpressiva a inserção do tema em programas de pós-graduação e pesquisas de mestrado e doutorado.

O objetivo da pesquisa não teve como foco primordial resolver um problema prático, um esquema experimental de caráter positivista. Tratou-se de tentar compreender a complexidade do objeto de estudo proposto, considerando a sua natureza, “um encadeamento de fatores, de natureza e peso variáveis, que se conjugam e interagem” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 41).

Assim, a investigação proposta privilegiou a abordagem da pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e explicativo. A perspectiva qualitativa possui como embasamento a crença na importância dos aspectos subjetivos da ação social, tendo como premissa a totalidade dos fenômenos sociais. Nesse sentido, a temática dos indicadores culturais foi abordada tentando identificar os principais fatores intervenientes no processo, as relações institucionais, o jogo de interesses em torno da proposta de se medir a cultura e os pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a sua construção.

O caráter exploratório se deu para proporcionar maior conhecimento e familiaridade com o tema, ainda pouco desenvolvido em sua reflexão conceitual e metodológica. A feição descritiva ficou a cargo do levantamento das principais características dos indicadores culturais, bem como da organização sistemática da literatura encontrada. O cunho explicativo pôde ser verificado na proposição dos parâmetros para a consolidação dos indicadores culturais, tentativa de explicar e sugerir uma abordagem teórico-metodológica para o levantamento e elaboração de informações para o campo da cultura. Procurou-se ainda empreender uma análise histórica e

teórica de uma prática ainda em construção, que sinaliza o início da utilização de indicadores culturais para subsidiar a formulação e monitoramento de políticas culturais no Brasil.

O levantamento bibliográfico visou destacar as principais pesquisas referentes à questão dos indicadores culturais, bem como identificar as exposições conceituais e os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelos autores. A partir dessa etapa, realizou-se um quadro síntese (QUADRO 2) das concepções, com vistas a evidenciar as diferentes abordagens, repercussões e desdobramentos dados aos indicadores culturais.

Por fim, com base nas acepções sintetizadas no quadro e a partir do conceito de qualidade da informação, desenvolvido por teóricos da Ciência da Informação, estruturou-se um conjunto de parâmetros que fundamentam a composição do indicador cultural e a elaboração de um sistema de informações que subsidie a formulação e avaliação de políticas culturais. A alusão a alguns atributos conceituais, utilizados por autores da qualidade da informação, foi feita para se compreender melhor a informação e a qualidade de sistemas públicos de informação.

A categorização é uma prática importante na Ciência da Informação para procedimentos de seleção e organização da informação. Portanto, uma vez definido o conjunto de critérios, que subsidiaria a construção do indicador cultural, e elucidados alguns conceitos chave foram criadas três categorias no intuito de dividir e organizar os requisitos fundamentais que devem orientar o processo.

Assim, o percurso investigativo descrito acima deu origem ao texto, dividido em quatro partes, conforme exposição da estrutura da dissertação que se segue.

Estrutura da dissertação

Após a contextualização da problemática de estudo e a apresentação da metodologia utilizada, para se alcançar os objetivos propostos, foi abordado, no capítulo 1, “Informação e Cultura”, o panorama das principais transformações que

marcam a sociedade contemporânea, a chamada sociedade da informação, e como essas mudanças afetam o modo de se ver, pensar e planejar a cultura. Discutiu-se a importância que a informação adquire nessa sociedade e o desenvolvimento da Ciência da Informação como campo do saber favorável ao estudo desse processo.

No capítulo 2, “Indicadores culturais: em busca de um conceito”, foram apresentados pontos relevantes dos antecedentes históricos da produção de indicadores culturais no Brasil e internacionalmente. Após a exposição, foram abordados autores que trabalham com a noção de indicador cultural e os principais procedimentos metodológicos utilizados. Feito isso, foram expostas as características dos indicadores culturais e a proposta de indicadores, utilizada pela UNESCO. Em seguida, foram analisados os dados das pesquisas realizadas pelo IBGE e a sua proposta de estruturação de um Sistema de Informações e Indicadores Culturais, para o Brasil, em parceria com o Ministério da Cultura. Por fim, expressou-se o conceito de indicador cultural adotado por este estudo.

No capítulo 3, “Gestão pública da cultura: indicador cultural e monitoramento”, trabalhou-se com conceitos de política pública e política cultural, visando compreender o processo de elaboração de políticas para o campo da cultura. Assim, o início do capítulo é marcado por um cunho mais teórico, com o intuito de entender a lógica do modo de produção das decisões políticas e como seu *modus operandi* pode influenciar na construção dos indicadores culturais. Em seguida, abordou-se os principais momentos da história de institucionalização da cultura no Brasil. E, por fim, com base nas concepções de indicador, abordadas no capítulo anterior, e nos atributos conceituais de qualidade da informação, estabeleceu-se parâmetros que fundamentam a composição do indicador cultural, voltado para subsidiar as atividades de formulação e avaliação de políticas públicas de cultura.

Nas “Considerações finais”, foram retomados os principais pontos, ressaltando as contribuições do trabalho. Apresentaram-se as conclusões do estudo, apontando-se tendências de pesquisa para o campo da Ciência da Informação.

CAPÍTULO 1 - INFORMAÇÃO E CULTURA

A sociedade contemporânea é caracterizada pela centralidade de fenômenos como cultura, informação e conhecimento nas relações sociais e econômicas. Muitas são as expressões utilizadas nas análises e interpretações das mudanças sociais, na tentativa de descrever as características emergentes da realidade contemporânea.

A passagem para a sociedade da informação resultou de um processo social de desenvolvimento científico e tecnológico, que alterou as formas de produzir, organizar e disseminar informação e, conseqüentemente, de representar a sociedade. O que atualmente é chamado de economia informacional trouxe mudanças às categorias clássicas da economia convencional. Os fatores constitutivos dos processos produtivos tradicionais estão em declínio, sendo que a relevância está centrada na produção imaterial, na economia de signos e imagens. Conseqüentemente, as práticas culturais e as indústrias culturais, como atividades altamente simbólicas, participam integralmente da economia da informação e do conhecimento da mesma maneira que a educação ou a pesquisa científica.

A cultura se insere no discurso da sociedade contemporânea como um recurso, que

tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. Uma proporção ainda maior de recursos humanos, materiais e tecnológicos no mundo inteiro são direcionados diretamente para estes setores. Ao mesmo tempo, indiretamente, as indústrias culturais têm se tornado elementos mediadores em muitos outros processos. (HALL, 1997, p.16)

Hall (1997) aborda o ambiente global, não no sentido de homogeneização cultural, de um espaço culturalmente uniforme. O autor afirma que a “cultura global necessita da ‘diferença’ para prosperar – mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial (como, por exemplo, a cozinha étnica)”

(HALL, 1997, p. 18). Dessa forma, a dimensão global e o processo de globalização, ao invés de produzirem uma cultura homogênea, produzem novas identificações globais e, sobretudo, locais.

Nos últimos anos, assistimos a um paulatino movimento de privatização e justaposição dos processos culturais locais em esquemas agregadores de caráter global. São lógicas comerciais e interesses políticos, que, impulsionados pelo imperativo tecnológico, incidem de maneira orgânica sobre os patrimônios culturais, transformando as suas estruturas internas em produtos culturais *prêt-à-porter* (MOURA; ZIVIANI, 2006).

De acordo com Rubim (2006), alguns dispositivos centrais marcam de modo relevante a esfera cultural do mundo contemporâneo. Dentre outros apontados pelo autor, destacam-se três pontos considerados primordiais: a mercantilização da cultura, a culturalização da mercadoria e o “capitalismo informacional”. Segundo Rubim (2006), a mercantilização da cultura é um processo intimamente associado ao desenvolvimento do capitalismo e da chamada indústria cultural, com o avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos.

A culturalização da mercadoria é abordada pelos estudos das chamadas economias ou indústrias criativas, em que se registra “o crescente papel de componentes simbólicos na determinação do valor das mercadorias, mesmo sob o formato de bens materiais” (RUBIM, 2006, p. 5). O autor cita como exemplo a importância dada ao *design* e a outros elementos simbólicos, que distinguem um produto como o automóvel, relegando ao segundo plano os aspectos estritamente físico-tecnológicos de sua capacidade. Outro exemplo citado refere-se à indústria da moda, em que muitas marcas valem mais que todo o patrimônio físico (infra-estrutura) de algumas empresas. Percebe-se, portanto, o posicionamento distintivo desses produtos no mercado, a partir de sua dimensão simbólica e cultural.

Por fim, aborda-se o “capitalismo informacional”, em que Rubim (2006, p. 7) destaca a transformação dinâmica do sistema capitalista e, conseqüentemente, seu modo de acumulação de capital, como sendo um dos responsáveis pelo “agendamento da cultura na cena internacional”. O autor afirma que a alteração para um “sistema de

produção amparado na geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” criou um terreno favorável para o desenvolvimento da economia de bens simbólicos.

Em vista desses aspectos, apresenta-se, a seguir, um panorama do atual cenário e do ambiente de mudanças em que se insere esse estudo. Tais transformações marcam a sociedade e, principalmente, o modo como nos relacionamos com a cultura. A contextualização histórica se faz presente para que se possa refletir sobre a inscrição das políticas culturais e, por conseguinte, dos indicadores culturais na contemporaneidade.

1.1 - Globalização e sociedade informacional: retratos de um mundo atual

No contexto de discussão da cultura, a globalização passa a impactá-la fortemente. Verifica-se um aceleração da dinâmica cultural e das trocas entre culturas, que se intensificaram por meio dos meios de comunicação. De aparência econômica, a globalização articula, de modo interdependente, homens, bens materiais, ações políticas e culturais em dimensões globais.

A globalização e, sobretudo, as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) trouxeram um redimensionamento do espaço público, a partir da interatividade e interconectividade dos indivíduos, alterando também as relações de tempo-espaço e as mediações culturais. A intensa fluidez da informação permitiu a consolidação de uma sociedade móvel, para a qual os limites das fronteiras do Estado-nação operam em outra lógica. Hoje é possível conduzir e participar de eventos sociais sem estar presente fisicamente, no que se convencionou chamar de pilotagem à distância (MOURA; ZIVIANI, 2006).

A constante troca de idéias, informações, conhecimento e os fluxos de trabalho criam, segundo Yúdice (2004), novos estilos de vida, novas culturas. As migrações e os movimentos diaspóricos, a disseminação dos processos simbólicos, a liberalização do comércio, que proporcionou alcance global das comunicações e do

consumismo, e a reação das culturas locais à subordinação simbólica reforçam a convergência e a tensão emergente do global-local. Acredita-se que os processos de globalização acabam sendo incorporados às novas configurações.

A idéia de globalização deve ser vista não apenas em seus aspectos negativos, mas também em suas possibilidades de confraternização, solidariedade e comunicação intercultural, contudo nos é latente a percepção do amplo desenraizamento do mundo que altera modos de vidas locais. O processo cultural vem sofrendo influências do padrão fabricado pelo consumo exacerbado, padrão implícito no constate fluxo de informação da sociedade em que vivemos, a então sociedade da informação.

Independente do tipo de abordagem, positiva ou negativa, chama-se a atenção para as semelhanças que nos são relevantes: o subentendimento da existência das novas tecnologias de informação e comunicação para o avanço e persistência do processo; o foco na questão da cultura, com o intercâmbio de bens culturais; e o fluir de imagens, mensagens e informação.

O surgimento do discurso sobre a sociedade da informação é constantemente associado à abundância de informação, possibilitada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, com especial atenção à *internet*.

Alguns fundamentos, que dão sustentação aos argumentos de que o ambiente social em que vivemos constitui a chamada sociedade da informação, fazem alusão ao deslocamento do sistema de produção baseado em bens materiais para o centrado na produção da informação. A variedade de abordagens pode ser identificada por meio dos termos utilizados na tentativa de definir o fenômeno: período de transição, crise de civilização, intervalo da história, emergência de um novo sistema social, revolução tecnológica.

Por conseguinte, essa variedade de abordagens resultou em diferentes significados para as mudanças advindas do período pós-guerra. Precursor do debate, Bell

(1978)⁷ defende, a partir da constatação da mudança na estrutura do setor de serviços e o crescimento de profissões ligadas ao conhecimento, que estaríamos vivendo na “sociedade pós-industrial”, desde a década de 1970. De acordo com o autor, a sociedade pós-industrial é uma sociedade da informação, uma vez que o conhecimento e a informação tornaram-se recursos estratégicos e agentes transformadores.

Em seguida, deslocando o centro do debate para a informatização e a importância das tecnologias da informática na estrutura social, o fenômeno chegou a receber o nome de “sociedade informática”. O foco no conhecimento desencadeou o termo “sociedade do conhecimento”. Em decorrência do momento histórico, o novo modelo social, pós-sociedade industrial, foi conceituado sob diferentes termos. Trata-se de um fenômeno recente, do qual emergem, rapidamente, novas relações sociais, tendo a informação como matéria-prima básica.

Na tentativa de retratar a sociedade atual, Kumar (1997) recorre ao que considera três variedades da teoria do pós-industrial: a idéia de sociedade da informação e as teorias do pós-fordismo e da pós-modernidade. Em sua visão, a sociedade da informação foi gerada a partir da convergência explosiva do computador e das telecomunicações, acabando com a distinção entre processamento e disseminação de conhecimentos.

A sociedade da informação, segundo seus teóricos, gera mudanças no nível mais fundamental da sociedade. Inicia um novo modo de produção. Muda a própria fonte de criação de riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídos pela informação e pelo conhecimento (KUMAR, 1997, p. 24).

Ao contrário de Bell (1978), Kumar (1997, p. 25) considera que as mudanças oriundas do advento da sociedade da informação ocorrem na estrutura de toda a sociedade e não apenas na economia. Dessa forma, o estado e a cultura também sofrem alterações significativas, pois, segundo o autor, a sociedade da informação

⁷ BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

“(…) deve ser recebida e celebrada não só como um novo modo de produção, mas como um estilo de vida completo”.

O autor acredita que, na sociedade da informação, mudaram-se os instrumentos e as técnicas, mas que os objetivos e as finalidades supremos das sociedades industriais capitalistas permaneceram os mesmos. “O conhecimento e a informação, que antes figuravam entre os recursos mais públicos e mais disponíveis na sociedade, tornaram-se agora privatizados, foram transformados em mercadorias, expropriados para venda e lucro” (MORRIS-SUZUKI, 1986 *apud* KUMAR, 1997, p. 44). Ou seja, a sociedade atual ainda é caracterizada pelo capitalismo, que funciona impulsionado pelo motor do processo de acumulação, caracterizado pela atenção voltada para o consumo impetuoso, em que constantemente são criadas novas necessidades, reconstruídas sob a forma de mercadorias. As pesquisas de mercado e opinião pública, o estudo e a observação do comportamento do consumidor, aliados à globalização e ao papel central da informação na sociedade, resultam na criação intermitente de novas mercadorias de valor agregado e mensagem cultural.

De acordo com Kumar (1997), o sistema industrial das teorias pós-fordistas é composto de unidades de produto interligadas por meio da especialização flexível. Grandes corporações trabalham em co-associação com uma rede de pequenas empresas, que mantêm as características locais dos produtos a serem industrializados, ou seja, há uma descentralização da produção em massa, com aumento da terceirização, e alguns produtos passam a preservar suas características artesanais locais.

Contudo, para Kumar (1997), a visão que melhor abrange todas as mudanças do mundo atual é a teoria da pós-modernidade. Segundo o autor, a pós-modernidade apaga as linhas divisórias entre os diferentes reinos da sociedade: político, econômico, social e cultural.

A pós-modernidade consiste numa mudança geral na visão mundial e na civilização, uma nova era da cultura e da organização social (JENCKS, 1989 *apud* KUMAR, 1997, p. 131). Segundo Kumar (1997), a pós-modernidade inclui, além da reação cultural ao modernismo, todos os elementos do que Bell denominou antes de

sociedade pós-industrial e, mais tarde, de sociedade da informação. Nesse aspecto, compartilha da opinião manifestada em outras abordagens sobre a importância da informação, do consumo, dos computadores e das novas formas de comunicação. Especificamente no que se refere ao pós-fordismo, a pós-modernidade enfatiza a descentralização da produção e a renovada importância do local, com destaque para as relações de produção da comunidade e para a substituição de produtos padronizados e em escala de massa, por bens especializados, de valor agregado específico, detentores de conteúdo informacional e cultural, em quantidades limitadas.

A despeito das diferenciações estabelecidas entre a sociedade e a cultura – alguns autores utilizam “posmoderno” (sem hífen) somente para a esfera cultural –, na pós-modernidade, elas acabam por se fundar, e o conhecimento como principal força de produção e a computadorização da sociedade são considerados realidade subjacente.

A nova relação entre cultura e sociedade é destacada por Jameson (1997), que compreende o pós-modernismo como a cultura de um estágio particular do capitalismo, do “capitalismo tardio”. Para ele, “capitalismo tardio” exemplifica melhor a noção de continuidade, uma vez que, em sua visão, a pós-modernidade não representa um momento de ruptura. Entretanto, terminologias à parte, o autor instala a cultura no centro da sociedade, ou seja, a cultura em si torna-se o principal determinante da realidade, uma estetização da realidade. “A cultura tornou-se um ‘produto por direito próprio’, o processo de consumo cultural não é mais simplesmente um apêndice, mas a própria essência do funcionamento capitalista” (JAMESON, 1992 *apud* KUMAR, 1997, p. 126). Como se os termos ‘cultural’ e ‘econômico’ se fundissem numa mesma coisa, não há separação entre cultura e sociedade, estamos tratando de uma maneira completa de pensar, agir e sentir.

Cultura e comércio se fundem e se alimentam de forma recíproca. Isto é visto com maior clareza no papel decisivo da publicidade na cultura contemporânea e também na maneira como eventos artísticos e esportivos, tais como festivais de música pop e jogos nacionais e internacionais de futebol, tornam-se veículos para promover grandes empresas. Talvez fosse melhor dizer: tornam-se grandes empresas, porque boa parte dos negócios da economia pós-industrial é em si

cultura, não só a conhecida 'mercantilização da cultura', estendendo-se não apenas à cultura de 'massa' mas também à de 'elite', assim como a um movimento na direção oposta, no qual a cultura coloniza a economia (KUMAR, 1997, p. 128).

A lógica do capitalismo inclui um número sempre maior de áreas social e cultural em seu campo de atividades e na racionalidade do mercado. O modo de produção econômico está se tornando cada vez mais um regime de significados.

Além da aproximação com o econômico, a centralidade da cultura na sociedade atual é defendida por Kumar (1997) ao afirmar que existe uma "nova imanência no social da cultura". A cultura não é mais separada do social, uma vez que as divisões sociais dependem cada vez menos do poder econômico ou político, e sim da exibição de símbolos culturais.

O ponto de partida das discussões sobre a sociedade da informação, que levam em conta a dimensão social das transformações tecnológicas, aparece na abordagem de Castells, no final da década de 1990, configurado pelo autor como paradigma informacional. Economia global/informacional é o que Castells (2005, p. 142) denomina como sendo a nova economia, surgida em meados do final do século XX. Economia global consiste numa nova realidade histórica, que se difere da economia mundial pela sua "capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária".

Castells (2005, p. 43) parte da revolução da tecnologia da informação para analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação. Não que a tecnologia determina a sociedade, mas, segundo o autor, a tecnologia é a sociedade, uma vez que a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas. Nesse sentido, com início na década de 1970, o novo paradigma tecnológico, organizado com base nas tecnologias de informação e aliado à economia global, "concretizou um novo estilo de produção, comunicação, gerenciamento e vida".

Surge uma nova estrutura social, associada a um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo (economia informacional), moldado pela reestruturação do modo

capitalista de produção, no final de século XX. De acordo com Castells (2005), a fonte de produtividade do novo modo informacional de desenvolvimento está na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. Conforme mencionado, essas transformações não ocorreram apenas no nível da produção. Os modos de desenvolvimento, ou seja, a tecnologia e as relações técnicas de produção, modelaram toda a esfera de comportamento social, todo o conjunto de relações e estruturas sociais, inclusive a comunicação simbólica.

Castells (2005) faz uma distinção analítica entre as noções de “sociedade da informação” e “sociedade informacional”. O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade, tomando informação como comunicação de conhecimentos, que, nesse aspecto, foi crucial a todas as sociedades, uma vez que o processo produtivo sempre se baseou em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. Entretanto

(...) o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico (CASTELLS, 2005, p. 65).

Dessa forma, o autor adota o termo sociedade informacional como exemplificação mais precisa das transformações atuais, que são caracterizadas pela lógica da estrutura básica em redes (sociedade em rede), um conjunto de nós interconectados, no qual a nova economia se organiza, em torno de redes globais de capital e informação.

(...) um sistema novo de comunicação que fala cada vez mais a língua universal digital tanto está promovendo a interação global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela (CASTELLS, 2005, p. 40).

É possível perceber que a sociedade de hoje encontra-se estruturalmente marcada pelas mudanças advindas das novas tecnologias. As relações sociais são pautadas pela conexão ou falta de conexão dos indivíduos às redes que constituem o mundo. As alterações na cultura decorrem das transformações na interação indivíduo e sociedade, que antes se estabelecia entre a sociedade nacional ou uma etnia, com sujeitos marcados por uma língua. Entretanto a paisagem da sociedade informacional não é essa. A cultura e a identidade dos sujeitos formam-se agora em processos transnacionais, entre fluxos produzidos pelas novas tecnologias e o intercâmbio de imagens e informação, criadas para serem distribuídas mundialmente (RIBAS; ZIVIANI, 2008).

Segundo Castells (2005, p. 567), “pela primeira vez na história, o modo capitalista de produção dá forma às relações sociais em todo o planeta”. A sociedade informacional, ainda considerada uma sociedade capitalista, está estruturada, em grande medida, em uma rede de fluxos financeiros. A partir dessas redes e da estrutura dinâmica do sistema econômico mundial, o capital é investido por todo o globo e em todos os setores de atividades.

Para Nehmy e Paim (2002, p. 18-19), “o saber interessante para a sociedade da informação passa a ser somente aquele que atenda aos requisitos da possibilidade de codificação e de aproveitamento produtivo”. Nesse contexto, são privilegiadas as ações de operacionalização do saber e do conhecimento e “ao privilegiar o conhecimento operacional, a troca de conhecimento assume relação de mercadoria”. O caráter utilitário/operacional da informação é supervalorizado.

A dinâmica dessa sociedade é acompanhada pela competitividade econômica, baseada na produção e no uso intensivo da informação e do conhecimento. Sendo assim, as proposições ideológicas da sociedade da informação e suas formações discursivas salientam os aspectos imateriais da informação, a economia do intangível. A informação é submetida à racionalidade instrumental e à possibilidade de codificação.

Para melhor compreensão da sociedade contemporânea e da abordagem proposta pela pesquisa, faz-se necessário um estudo sobre os preceitos da Ciência da

Informação, uma vez que este estudo se propõe a refletir sobre a produção de indicadores culturais à luz das reflexões teóricas da informação, como construção social, uma das vertentes do campo.

1.2 - A Ciência da Informação e seu objeto de estudo

Neste mesmo cenário, no contexto da sociedade informacional, é que se registra o surgimento e desenvolvimento do campo de conhecimento: Ciência da Informação. Considerada uma disciplina ainda em estruturação, as condições históricas e socioeconômicas que serviram de base para a sua origem foram dadas pela sociedade da informação.

(...) o desenvolvimento da produção de informação (gerais, científicas e técnicas) e de sistemas de informações tornou necessária uma ciência que tivesse por objeto de estudo a informação, ou seja, uma ciência da informação, e uma tecnologia e técnicas resultantes das descobertas feitas por essa ciência (LE COADIC, 2004, p. 2).

À medida que as transformações sociais estão cada vez mais imbricadas em fenômenos informacionais da contemporaneidade, a Ciência da Informação vem alargando seu escopo de atuação na tentativa de analisar e compreender estruturalmente essas mudanças. Conseqüentemente, ao longo da história, seu objeto de estudo sofreu alterações conceituais e incorporou novos contornos e sentidos.

A Ciência da Informação teve início na revolução técnica e científica após a Segunda Guerra Mundial. Especificamente na década de 1950, a CI emerge como disciplina (CAPURRO; HJØRLAND, 2003). Inexoravelmente ligada à tecnologia da informação (SARACEVIC, 1996), ela nasce tendo que incorporar a tecnologia como instrumento, como uma mediação necessária aos processos de organização, produção, recuperação e disseminação da informação. Sua questão principal estava diretamente relacionada à explosão informacional e às dificuldades de se armazenar e recuperar uma grande quantidade de informações.

Esse fato conduziu a estudos teóricos e experimentais sobre a natureza da informação, a estrutura do conhecimento e seus registros, o uso e os usuários. Nessa perspectiva, foram desenvolvidas pesquisas a respeito do comportamento humano frente à informação, interação homem-computador, relevância, utilidade, obsolescência, economia, impacto e valor da informação (SARACEVIC, 1996).

A produção e o consumo crescentes de informação têm sido uma das características principais das últimas décadas. O consumo de produtos informacionais é um fenômeno próprio da sociedade atual. Ainda que possam ser registradas práticas semelhantes em outros períodos da história, os fluxos de informação são cada vez mais intensos na sociedade contemporânea. Verifica-se, então, a partir da década de 1950, o surgimento de um mercado da informação, as chamadas indústrias da informação, a partir da informatização de bens, serviços e produtos informacionais (LE COADIC, 2004).

Em seu início, de acordo com Cardoso (1996), a Ciência da Informação foi fortemente influenciada pelas ciências empíricas, sendo que as primeiras manifestações do campo pretendiam estabelecer leis universais, que representassem o fenômeno informacional, recorrendo-se a modelos matemáticos (teoria da informação), físicos (entropia) ou biológicos (teoria epidemiológica).

Por meio do enfoque dado aos estudos de recuperação de informação, é possível perceber uma preocupação inicial com a materialidade da informação. Nesse aspecto, a informação é abordada como uma questão física (informação-como-coisa), como descrição de um objeto, dados ou documentos. O sucesso e a qualidade da busca estavam diretamente relacionados ao sistema, deixando-se de lado a capacidade interpretativa do usuário.

Na década de 1970, “entra em cena um personagem que redireciona o enfoque da Ciência da Informação: o usuário” (CARDOSO, 1996, p. 74). Os estudos sobre o comportamento do usuário no processo informacional vão trazer uma abordagem cognitiva para o conceito de informação. Essa perspectiva considera a capacidade cognitiva do sujeito ao receber a mensagem, ou seja, leva em conta o processo interpretativo do sujeito cognoscente. Assim, o sujeito torna-se ativo no processo

informacional e a informação é entendida como conhecimento comunicado, levando-se em conta os processos mentais do usuário. Por outro lado, essa visão ignora os aspectos sociais (relações e contexto) do processo de produção, organização, disseminação e consumo da informação.

A informação como objeto de estudo da ciência não é exclusividade de um único campo do conhecimento. Domingues (2005, p. 20) afirma que a inflação do conhecimento e a profusão de disciplinas acarretaram o aumento do número de especialistas e, conseqüentemente, na “ultra-especialização do sujeito cognoscente e hiper-fragmentação do saber”. Nesse aspecto, é cada vez mais corrente que campos distintos abordem o mesmo fenômeno, e essa diversidade de abordagens, embora cada área procure entender a informação de acordo com as suas especificidades, acaba por desenvolver pesquisas com teorias comuns e fronteiriças.

Sendo assim, a interdisciplinaridade se faz presente na sociedade atual, uma vez que campos disciplinares distintos se aproximam na tentativa de solucionar problemas específicos. Com a aproximação, há um compartilhamento de metodologias e após a cooperação de especialistas, os campos disciplinares se fundam e geram uma disciplina nova (DOMINGUES, 2005).

Diferentemente de outro campo de estudo, a CI se desenvolveu a partir das exigências de uma área de trabalho prático, denominada “documentação” ou “recuperação da informação”. As contribuições para o seu crescimento vieram de várias disciplinas e também da introdução das novas tecnologias de informação. Contudo, segundo Wersig e Neveling (1975), especificamente as influências das disciplinas das ciências sociais e teorias da comunicação surgiram mais tarde.

Caracterizada pela aproximação de distintos campos de conhecimento, e, a partir da presença dos usuários, a Ciência da Informação passa a receber contribuições na sua composição e consolidação das ciências humanas e sociais, com seus métodos e práticas. Voltada para a compreensão de fenômenos informacionais, sua inscrição efetiva nas ciências sociais foi marcada pelo pressuposto básico e fundamental de que a realidade encontra-se constantemente em mutação, e que todo processo de

conhecimento é apenas uma possibilidade, dentre outras, de aproximação do real (CARDOSO, 1996).

A ciência da informação, preocupada em esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, situa-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural (LE COADIC, 2004, p.19).

Nesse aspecto, considera-se que a apropriação da informação deve levar em conta a historicidade dos sujeitos e dos objetos como condição para explicação dos fenômenos, a totalidade dos fenômenos sociais e “a inserção de todo fato isolado no contexto global de relações de luta por poder” (ARAÚJO, 2003, p. 22), a constante tensão presente na sociedade (tensionalidade).

A proposta de um fundamento social para a Ciência da Informação é apresentada também por Wersig e Neveling (1975) e, de maneira mais aprofundada, por Wersig (1993). Os autores afirmam que toda ciência emerge de uma necessidade social específica e, portanto, se faz necessário descobrir as razões que levaram ao desenvolvimento dessa ciência, ou seja, as exigências sociais às quais ela pretende atender.

A grande transformação da sociedade contemporânea, de acordo com Wersig (1993), está relacionada à mudança no papel do conhecimento para indivíduos, organizações e cultura. Na perspectiva do autor, esse fato pode ser observado em quatro dimensões: a despersonalização, a compreensão, a fragmentação e a racionalidade do conhecimento.

A primeira dimensão, a despersonalização do conhecimento, pode ser compreendida na medida em que a invenção da escrita e, principalmente, o surgimento das tecnologias de impressão alteraram o modo de organização do conhecimento, antes personalizado e organizado pela tradição oral. A compreensão do conhecimento tornou-se mais complexa, uma vez que a sofisticação das tecnologias, aliada à despersonalização do conhecimento, tornou o processo de observação e averiguação mais complicado, forçando o senso comum a acreditar no

que lhe é apresentado. A terceira dimensão, da fragmentação do conhecimento, pode ser percebida a partir do pluralismo de pensamentos e imagens, em que cada campo gera conhecimento de acordo com suas especificidades. Essas modificações são observadas em todo o campo, o que provoca uma tripla fragmentação: a fragmentação do conhecimento produzido, representado e demandado. Por fim, a sua racionalização surge na medida em que, na sociedade pós-moderna, o conhecimento passa a desempenhar um papel mais importante do que nunca; já que o mundo de hoje é explicado não mais por um sistema de crenças, mas pelo conhecimento (empírico, pragmático e acompanhado por todos).

A nova situação do conhecimento, elaborada pelo autor, requer, conseqüentemente, uma nova ciência. Segundo Wersig (1993), a Ciência da Informação não deveria ser tomada como uma disciplina no sentido clássico da ciência, mas como um protótipo de uma ciência nova ou pós-moderna, que se preocupa em lidar com os problemas, em que as configurações tecnológicas não são o foco principal da análise. O foco principal da análise constitui-se nos atores, que podem ser pessoas, organizações ou culturas. Trata-se de “uma ciência preocupada com os seres humanos e como utilizam o conhecimento”⁸ (WERSIG, 1993, p. 236, tradução nossa).

Nesse aspecto, a informação é tomada como conhecimento para a ação (informação é conhecimento para ação). O conhecimento é transformado em algo que apóia uma ação específica, em uma situação específica, e compreender o processo de transformação do conhecimento, empreendido pelos sujeitos, deve ser o foco de análise da Ciência da Informação (WERSIG, 1993).

Na medida em que a Ciência da Informação passa a ser considerada uma ciência social e, sobretudo, pós-moderna, faz-se necessário reivindicar um estatuto metodológico próprio, pois

O comportamento humano, ao contrário dos fenômenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objectiváveis, uma vez que o mesmo acto pode corresponder a sentidos de acção diferentes. A ciência social

⁸ “(...) information science as depicted here is a science concerned with humans and their knowledge usage (...)”.

será sempre uma ciência subjectiva e não objectiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e dos sentidos que os agentes conferem às suas acções, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critério epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjectivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objectivo, explicativo e nomotético (SANTOS, 2004, p. 38-39).

De acordo com o autor, a ciência pós-moderna compreende-se num movimento de superação da crise do paradigma científico dominante, de um modelo global de racionalidade cartesiana, que privilegia o que é quantificável cientificamente, separa o sujeito do objeto e reduz a complexidade dos fenômenos por meio da formulação de leis universais. Esse movimento de crise decorre da identificação dos limites do paradigma moderno, de suas insuficiências estruturais, resultado do grande avanço no conhecimento que ele próprio propiciou (SANTOS, 2004).

No paradigma emergente, proposto por Santos (2004, p. 52), “a noção de lei tem vindo a ser parcial e sucessivamente substituída pelas noções de sistema, de estrutura, de modelo e, por último, pela noção de processo”.

Apesar da idéia de superação das teorias já existentes, isso não ocorreu com o surgimento da abordagem social da informação na Ciência da Informação. A idéia de objetivação da informação, de tomá-la como “coisa”, por exemplo, continua vigorando em certos contextos. Contudo a visão social da informação vem ganhando corpo, o que possibilitará uma reformulação da compreensão do objeto da Ciência da Informação como um todo e não apenas como um conceito próprio de determinada linha de pesquisa.

O conflito nas discussões a respeito de seus fundamentos provém das diferentes formações de seus cientistas, da inexistente variação histórica de todo o campo, uma vez que a CI nasceu de um contexto bem específico (documentação), e das variações conceituais e terminológicas de seu objeto (WERSIG; NEVELING, 1975).

O enfoque que se pretende imprimir a este estudo coloca a informação como conhecimento para a ação, que decorre de um processo de significação

empreendido pelo sujeito. A informação não é apenas uma “coisa” a ser fisicamente observada, e sim historicamente construída. Portanto os sujeitos criam fenômenos informacionais (percepção, memória, imagem, dentre outros) para reconhecer, interpretar e transmitir significados. Ou seja, agir.

A dificuldade central de todas as ciências sociais é que somos o nosso próprio objeto, ou seja, as ciências sociais não tratam de uma materialidade fora de nós. Ao contrário das ciências naturais, das ciências rígidas da matéria, a ciência social trata de nós mesmos seres humanos, possui como objeto de estudo ações humanas dotadas de sentido.

Por conseguinte, se lidamos com seres humanos, seres moventes, a própria noção de informação não pode ser rígida e estática. A informação é concebida no escopo desse trabalho como processo, movimento, “como algo que vai ser percebido e compreendido de variadas formas de acordo com os sujeitos que estão em relação” (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Para Moura (2006, p. 15), “ao enfatizar o caráter processual da informação, a CI poderia migrar o foco de atenção das ferramentas e suportes para os processos de significação empreendidos pelos sujeitos cognoscentes juntos aos sistemas informacionais concretos”. Essa mudança de foco, segundo a autora, resgataria a centralidade humana nos processos de significação. Nesse sentido, compreender a informação como ação humana é um dos desafios propostos pela pesquisa, uma vez que a Ciência da Informação, desde o seu nascimento, se viu comprometida com o provimento de soluções para a organização da infra-estrutura material da informação.

Este estudo aborda o campo teórico denominado “informação social”, entendendo a sociedade como um produto humano e o homem como produto social. Assim, interpreta-se o fenômeno informacional por meio de suas interações dinâmicas, considerando-se as categorias de historicidade, totalidade e tensionalidade supramencionadas.

A historicidade dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis coloca-os em uma relação culturalmente determinada, em uma interação de produção de sentidos. A totalidade dos fenômenos sociais entende que a sociedade é uma estrutura orgânica, não sendo possível estudar qualquer fenômeno social isolado do contexto de sua ocorrência. A tensionalidade está presente na sociedade, determinando as relações (relações de poder subjacentes à realidade), e a produção de sentidos sobre elas.

O momento atual que vivenciamos está marcado por mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas que colocam a exigência de reflexões profundas: o que significa ser “sociedade da informação”? Qual o papel da informação no processo de globalização da economia, flexibilização da produção, segmentação do mercado de trocas simbólicas? Como estabelecer o valor de informação frente tais transformações? (CARDOSO, 1994, p. 112).

Nas variadas concepções a respeito da informação, tem-se em mente que o objeto informação não pode ser lido desvinculado de seu contexto histórico, político, social e cultural. Não é possível desconsiderar seus aspectos sociais, na medida em que a informação não é vista apenas como uma técnica, mas, sobretudo, como um processo social inserido em um determinado contexto histórico.

À luz das mudanças socioeconômicas, culturais e informacionais, busca-se estabelecer, a seguir, algumas reflexões para compreender a informação e os processos culturais e simbólicos na contemporaneidade.

1.3 - Informação e cultura na sociedade contemporânea

O desenvolvimento da indústria da informação provocou mudanças estruturais significativas na sociedade atual. No contexto da sociedade da informação, assistimos ao constante fluir de imagens e mensagens, sem território definido, o que podemos chamar de globalização de informação e símbolos.

A informação se converteu em um importante motor para a economia mundial, e a indústria cultural se apropriou deste motor para aprimorar suas ações. A indústria cultural emerge do processo de mudança da economia e a cultura chega a tomar proporções maiores do que outros setores tradicionais, tais como, a indústria automobilística, agricultura ou farmacêutica (YÚDICE; DURÁN, 2003).

A oferta cultural, sem precedentes na sociedade atual, transformou a cultura em um negócio extremamente rentável e desejado pelos governos, sendo que, em determinados países, tem peso maior na economia, visando à produção de empregos, geração de renda, circulação de capital, do que outras indústrias passíveis de mensuração mais fácil e perceptível.

O impacto das formas globais de organização da economia na vida ordinária das pessoas é tamanho que elementos antes não vistos como mercadoria passam a ser. A abordagem cultural de nosso tempo, caracterizada por esse quadro de globalização acelerada, vê a cultura como recurso e a atividade cultural como um negócio. A dinâmica dos intercâmbios culturais dos dias de hoje evidencia o processo de hibridação das culturais locais, que geram novas formas de organização e consumo.

Vive-se em um mundo capitalista, no qual o entretenimento se satisfaz como consumo e onde os produtos e serviços, a serem consumidos, além do vínculo com a cultura, devem ser, sobretudo, rentáveis. Assim, o foco do produto cultural deixou de ser o público e as camadas populares de produção, para tornar-se o mercado.

Autores como Kumar (1997) e Jameson (1997) afirmam que, na cultura pós-moderna, a própria cultura se tornou um produto e que o mercado tornou-se seu próprio substituto. Nesse aspecto, a realidade do mercado cultural torna-se um fato constituinte da sociedade contemporânea, a cultura encontra-se totalmente imersa na lógica da mercadoria.

Na visão de Yúdice (2004), a cultura passou a se configurar como um recurso para além dos aspectos exclusivamente mercadológicos. A imensa dilatação da esfera da cultura é abordada pelo autor ao afirmar que o século XXI é marcado pela passagem

da cultura-mercadoria para a cultura-recurso. Seu papel expandiu-se para as esferas política e econômica, ou seja, a cultura vem sendo freqüentemente invocada para a solução de problemas sociais, que antes não lhe eram conferidos, como o combate à violência, à pobreza, à intolerância, à guerra. Assim, ela passa a ser vista como um recurso, algo paliativo, uma ação atenuante de determinada realidade social desfavorável, por exemplo. Ocorre um esvaziamento das noções convencionais, como os conceitos antropológico e sociológico de cultura.

(...) hoje em dia é quase impossível encontrar declarações que não arregimentam a instrumentalização da arte e da cultura, ora para melhorar as condições sociais, como na criação de tolerância multicultural e participação cívica através de defesas como as da UNESCO pela cidadania cultural e por direitos culturais, ora para estimular o crescimento econômico através de projetos de desenvolvimento cultural urbano e a concomitante proliferação de museus para o turismo cultural, culminados pelo crescente número de franquias de Guggenheim. (YÚDICE, 2004, p. 27)

O momento histórico é marcado pelo o que o autor chamou de capitalismo cultural (RIFKIN, 2000 *apud* YÚDICE, 2004), em que a desmaterialização de várias fontes de crescimento econômico e a intensa disseminação de bens simbólicos, no comércio mundial, proporcionou à esfera cultural uma centralidade nunca antes vista. O autor ainda afirma que

(...) quando instituições poderosas como a União Européia, o Banco Mundial, o Banco Interamericano (BID), as maiores fundações internacionais, e assim por diante, começam a compreender a cultura como uma esfera crucial para investimentos, a cultura e as artes são cada vez mais tratadas como qualquer outro recurso. (YÚDICE, 2004, p. 30)

O tradicional modelo de apoio público à cultura vem sendo substituído por parcerias entre setor público, setor privado nacional e instituições financeiras internacionais, “em particular os Bancos de Desenvolvimento Multilateral (BDMs), como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento” (SANTANA, 1999 *apud* YÚDICE, 2004, p. 31), em que mecanismos de compensação e incentivos fiscais são bem-vindos às transações.

Os grandes financiamentos são decididos a partir de dados quantitativos, que possibilitem a avaliação dos impactos do recurso financeiro investido em determinada atividade cultural e, conseqüentemente, os benefícios de tal prática. “O conceito é cunhado segundo indicadores econômicos, que possibilitam aos economistas a determinação da ‘saúde’ econômica e a previsão dos tipos de intervenções que a fortalecerão” (YÚDICE, 2004, p. 33). A cultura é vista como capital (capital cultural). O desenvolvimento desses indicadores permite avaliar o retorno do investimento, gerando confiança para os investidores. Para isso, o tratamento dos dados segue os parâmetros notadamente financeiros, reforçando o caráter exclusivamente econômico designado à cultura. Segundo o autor, são privilegiados segmentos específicos da cultura, em que o critério de escolha se atém àqueles que geram retorno, pois “a cultura pela cultura, seja lá o que isso represente, nunca receberá fomentos a não ser que possa oferecer uma forma indireta de retorno” (SANTANA, 1999 *apud* YÚDICE, 2004, p. 32).

O investimento é realizado com base na certeza de que haverá algum tipo de compensação, como “incentivos fiscais, comercialização institucional ou valor publicitário, e a conversão da atividade não comercial em atividade comercial” (YÚDICE, 2004, p. 32). Ou seja, mesmo as atividades que não possuem como fim último o retorno econômico são apropriadas como tal.

Yúdice e Durán (2003, p. 173) afirmam que as empresas transnacionais

(...) ficam com a maioria dos lucros de algumas indústrias culturais, o que significa que esse continente está se transformando em uma espécie de maquiadora cultural, onde se explora não somente o trabalho das pessoas e os recursos materiais, mas também seu patrimônio, sua memória e o seu capital intelectual.

O processo de legitimação da cultura se dá com base, em sua maioria, na utilidade, sob a perspectiva econômica do investimento, em que a sua importância para a economia vem sendo cada vez mais ressaltada (economia da cultura ou economia criativa, como também é chamada em alguns casos). O potencial de criatividade e geração de conhecimento da cultura, seu fator dinâmico e inovador, e seu conteúdo informacional são transformados no diferencial econômico competitivo das

sociedades, em substituição às clássicas vantagens comparativas da economia tradicional.

A cultura, no contexto da sociedade da informação, segue a lógica do capitalismo contemporâneo e, conseqüentemente, precisa gerir indicadores eficazes sobre renda, emprego, consumo, financiamento, aos moldes da economia. Ela é tida como um negócio, como um recurso negociável. Na dimensão atual da economia, baseada no fornecimento de conteúdo, as atividades culturais vêm apresentando um significativo impacto socioproductivo: a geração de emprego e renda, em atividades relacionadas com o patrimônio cultural, produtos e indústrias com conteúdo cultural. Há uma crescente culturalização da mercadoria, uma integração da cultura no processo produtivo, com a noção de que a cultura agrega valor, valor de representação, incorporado aos bens duráveis e não duráveis de consumo.

O conceito de economia da cultura começa a ganhar força e a ser incorporado nas agendas tanto do setor público quanto do privado. A perspectiva da cultura, como recurso, implica em gerenciamento, em gestão dos recursos. A pessoa que faz filme também é empresária, possui orçamento, emprega pessoas. A arte para fins não-instrumentais, o artista “puro”, mesmo assim terá uma dimensão instrumentalista, de uso, uma vez que a arte no museu, para citar um exemplo, contribui com o orçamento do Produto Interno Bruto (PIB)⁹ da cidade.

Nesse sentido, conhecer melhor o setor torna-se imprescindível para a formulação de políticas que visam atuar nesse cenário. O levantamento de informações e a produção de indicadores eficazes são premissas da política cultural brasileira, que vem identificando o grande potencial de negócio, que envolve as atividades culturais.

Conforme veremos no capítulo seguinte, o governo pretende, por meio da elaboração de indicadores culturais (macroeconômicos), proporcionar uma medição completa da relevância econômica da cultura no país, fornecer informações que

⁹ PIB (Produto Interno Bruto) é o valor da produção de bens e serviços de um país durante o ano, é utilizado mundialmente para exprimir a riqueza produzida por cada nação. O PIB cultural é um instrumento, que vem sendo utilizado para indicar quanto produz (economicamente) a indústria cultural, ou seja, qual a contribuição do setor para a economia do país.

destaquem o papel da cultura como gerador de emprego e refletir sobre a magnitude de seus investimentos (OLIVEIRA, P., 2004). Tendo em vista esses aspectos, a metodologia adotada pelo Ministério da Cultura, em parceria com o IBGE, privilegia a posição econômica dos dados e as informações que possibilitam a comparabilidade internacional, visando inclusive transformar a cultura em produto de exportação e contribuir para o desenvolvimento do país.

Entretanto o fato de que os indicadores culturais devam essencialmente orientar os bons investimentos, em termos de mercado, é apenas uma das várias linhas de interesse possíveis. Devem-se integrar outros tipos de avaliações e objetivos (YÚDICE; DURAN, 2003).

Assim, o enfoque empreendido pelo estudo pretende problematizar o conceito de indicador cultural, adotado nas principais pesquisas, bem como sugerir parâmetros que fundamentam a consolidação dos indicadores culturais para além dos debates que evidenciam exclusivamente a dimensão econômica da cultura, reconhecendo seu papel criativo, construtivo e constitutivo, como um fim em si mesma. Para isso, defende-se aqui a cultura na dimensão da transformação social e da cidadania cultural.

Nesse aspecto, abordam-se, no capítulo subsequente, os procedimentos teóricos e metodológicos de construção dos indicadores voltados para medir e avaliar os impactos das atividades culturais no contexto da realidade brasileira. À luz da perspectiva da informação social, propõe-se o conceito de indicador cultural norteador na elaboração de uma proposta estruturante, para a composição de indicadores, que irão constituir um sistema de informações culturais.

CAPÍTULO 2 - INDICADORES CULTURAIS: EM BUSCA DE UM CONCEITO

Nos últimos anos, a cultura foi incluída entre os fatores estratégicos de desenvolvimento social e econômico. A relação entre cultura e desenvolvimento tem assumido posição de destaque em movimentos e instituições que defendem a dimensão cultural como um dos elementos estruturantes da sociedade contemporânea. A perspectiva atual aborda a cultura em seu viés simbólico e material, ou seja, ela é vista como um conjunto de significados compartilhados por qualquer povo, como eixo construtor de identidades, como espaço privilegiado de exercício da cidadania e, ainda, como fator econômico gerador de riqueza, que se traduz em produtos e bens de consumo, mercado de trabalho, equipamentos, infraestrutura, entre outros.

Diante desses aspectos, tornou-se fundamental formular políticas culturais em consonância com as condições gerais de desenvolvimento do país, voltadas para as melhorias sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, a demanda pela produção e organização das informações culturais se faz presente, já que a cultura passa a ser pensada sistematicamente nas etapas de criação, produção e distribuição por agentes culturais públicos e privados.

A necessidade de desenvolver diagnósticos sobre o processo cultural, para subsidiar a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas, obriga-nos a refletir sobre os limites e as potencialidades do levantamento de dados e informações culturais e, conseqüentemente, elaboração de indicadores culturais. “Uma forma de conhecer e diagnosticar aspectos da cultura de uma dada sociedade é por meio da elaboração de *indicadores* que sejam capazes de captar informações sobre o processo cultural” (SILVA, L., 2007, p. 134).

Podemos “medir” as atividades culturais no Brasil? Ou ainda, para que nos serve medir e dispor de estatísticas e indicadores culturais? Quais são as contribuições dessas atividades para o desenvolvimento social do país? Quanto deve ser investido em cultura e, sobretudo, em quê? Como conhecer a oferta real que a cultura pode

prover para satisfazer as necessidades básicas da sociedade? Quais são os pressupostos teóricos e metodológicos que devem ser levados em conta na construção de indicadores culturais? Como medir algo tão complexo como qualidade de vida e desenvolvimento? Uma série de indagações é apresentada no momento em que se propõe medir e quantificar os aspectos tangíveis e, sobretudo, intangíveis da cultura, uma vez que tal procedimento envolve múltiplas variáveis e diversos olhares.

Sendo assim, este capítulo pretende fazer uma revisão bibliográfica, que abordará os indicadores culturais, refletir sobre as etapas metodológicas necessárias para a construção de indicadores e sobre o processo de construção de um sistema de indicadores culturais no Brasil.

A discussão dos indicadores culturais, como objeto de estudo no campo da Ciência da Informação, é ainda recente. Por conseguinte, apresentam-se algumas considerações sobre os antecedentes históricos da sua produção, visando identificar os primeiros passos do processo de estruturação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, proposto pelo Ministério da Cultura, no Brasil.

2.1 – Antecedentes históricos da produção de informação estatística e indicadores para a cultura

A importância dada à cultura, como alvo de políticas públicas no cenário mundial, vem crescendo significativamente nos últimos tempos. Carrasco (1999) faz referência ao aparecimento, na década de 60, do termo indicador social e, conseqüentemente, às políticas sociais, para introduzir o período em que surge um interesse maior por parte dos governos pela política cultural. O autor lista uma seqüência de eventos expressivos, que direcionaram a atenção para os indicadores culturais, em nível internacional.

Em 1972, a UNESCO organizou uma reunião em Helsinque, Finlândia, com o intuito de discutir a natureza das estatísticas e indicadores no campo da cultura. Alguns

anos depois, em 1979, em Viena, no evento *Meeting of Experts on Statistics and Indicators of Culture*, Bohner apresentou algumas características dos indicadores culturais. Em 1980, em Acapulco, no México, foi celebrada a *International Conference on Communication*, em que, na sessão *Los Indicadores Culturales y el Futuro de Sociedades Desarrolladas*, reuniram-se, pela primeira vez, representantes de diferentes linhas de investigação no campo das estatísticas culturais. Dois anos mais tarde, foi realizado o simpósio *Los Indicadores Culturales para del Estudio Comparativo de la Cultura*, com o apoio da Academia Austríaca de Ciências. Esses encontros resultaram no projeto *Framework for Cultural Statistics*¹⁰, dirigido pela UNESCO, em 1986.

Por volta de 1990, a crescente conscientização da falta de informações culturais nos países europeus resultou na fundação do Grupo de Orientação Específica sobre estatísticas culturais da União Européia, com o objetivo último de criar um sistema de informação coerente e comparável entre os Estados membros (PFENNIGER, 2004, p. 3).

No ano de 1998, a UNESCO lança o primeiro *Informe Mundial sobre la Cultura*, sendo uma das prioridades da publicação a criação de indicadores culturais de desenvolvimento. Conforme aponta Silva, L. (2007), em 1999 foi criado o *UNESCO Institut of Statistics (UIS)*, em Montreal, Canadá, com o objetivo de coletar dados nas áreas de educação e cultura, que pudessem ser comparáveis entre os diversos países. No ano seguinte, é publicado o segundo *Informe Mundial sobre la Cultura 2000-2001*, que atualiza o volume anterior, trazendo novos dados estatísticos e indicadores voltados para a questão da diversidade cultural.

No Brasil, ainda que de maneira incipiente, o atual cenário indica o aparecimento de pesquisas relacionadas ao mapeamento e levantamento de informações culturais e, aos poucos, é possível perceber que a necessidade de informação passa a fazer parte do discurso político da cultura.

¹⁰ Segundo Silva, L. (2007, p. 140), o projeto “teve como subproduto a elaboração de uma matriz que cruza as áreas consideradas culturais (patrimônio; livros/literatura; música; artes performáticas; artes visuais; cinema; rádio e TV; atividades socioculturais; esportes e jogos; natureza e meio ambiente) com algumas funções que devem ser estudadas (criação/produção; transmissão/difusão; recepção/consumo; registro/preservação; participação)”.

A produção de estatísticas e informações, relativas à cultura, foi, ao longo da história, normalmente deixada de lado ou tratada como um capítulo menor nas estatísticas nacionais. As informações culturais, quando produzidas, se fizeram de maneira descontínua e sem periodicidade, dificultando o registro da historicidade do processo.

Contudo, a implantação de sistemas de financiamento e apoio no Brasil, na década de 1990, permitiu que a cultura se expandisse para as esferas política e econômica. A partir de então, a cultura toma o centro do debate, absorvendo outros conceitos a ela conferidos. Com o alargamento do seu campo de atuação, a cultura se transformou em um dos setores de mais rápido crescimento nas economias pós-industriais¹¹, e a demanda por um sistema de informações culturais se torna cada vez mais emergente.

Nessa perspectiva, chama-se a atenção para as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE e Ministério da Cultura, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP) e as discussões realizadas pelo Observatório Itaú Cultural, por meio de encontros, seminários e publicações em revista da Instituição.

Lins (2007) destaca os principais momentos de produção de estatísticas na área da cultura por parte do IBGE. Segundo a autora, no Recenseamento Geral do Brasil de 1920, o volume de introdução – *O povo brasileiro e sua evolução* – apresentou a evolução da sociedade brasileira, o desenvolvimento dos meios de comunicação postais e telegráficos e características gerais da população.

Já no Recenseamento Geral do Brasil de 1940, o volume de introdução – *A Cultura Brasileira* –, ao apresentar uma visão de conjunto da evolução histórica e social do país, trouxe informações relacionadas à cultura, apresentadas por meio de dados quantitativos sobre editoras, tipografias, produção e venda de livros, revistas, circulação de jornais diários, bibliotecas públicas e radiodifusão, além do registro de fotos e monumentos históricos.

¹¹ WERTHEIN, Jorge. Introdução. In: UNESCO. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 13-17.

Outro momento importante, destacado por Lins (2007), está relacionado à iniciativa do Ministério da Educação e Cultura¹², em que o IBGE produziu o “inquérito especial sobre cultura no Brasil”, também conhecido como *Censo Cultural* do IX Recenseamento Geral do Brasil de 1980. Contudo, de acordo com a pesquisadora, o IBGE foi a campo em 1988, o material foi entregue ao Ministério da Educação e Cultura na época, mas o resultado não chegou a ser divulgado, em razão de mudanças institucionais. A pesquisa visava coletar informações das instituições públicas e particulares existentes no país, em diversos segmentos da área da cultura.

Em 1990, o IBGE tomou a iniciativa de investigar os dados na área de cultura, introduzindo um bloco de cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que levantou informações sobre equipamentos culturais e de lazer existentes nos municípios brasileiros.

Segundo Oliveira, L. (2003, p. 189), as pesquisas em setores específicos do governo são realizadas com base em convênios, “cujos registros institucionais oferecem um quadro amplo e diversificado de informações realmente importantes para a composição de uma base de dados, com vistas à formulação de estatísticas e indicadores sociais”. O apoio, normalmente, não se limita ao financiamento da pesquisa, envolve a elaboração conjunta dos questionários, dos indicadores e da análise técnica. As informações estatísticas, levantadas pelo IBGE nas áreas da saúde, desenvolvimento urbano e segurança pública, são alguns exemplos de atuações por meio de convênios. No âmbito da cultura, Oliveira, L. (2003) destaca que, entre 1995-1996, o MINC entrou em contato com o IBGE para verificar a realização de um novo Censo Cultural ou inquérito cultural, mas a proposta não teve continuidade.

Em 1998, por encomenda do Ministério da Cultura, a Fundação João Pinheiro (FJP) publicou uma pesquisa nacional de avaliação do impacto econômico da cultura, com

¹² Nesse período, a Cultura ainda se encontrava junto com a Educação. A separação ocorreu em 1985, quando a Cultura ganhou um Ministério próprio, passando a existir o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura.

dados do período de 1985-1995 (*Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*). O objetivo da pesquisa era ressaltar a relevância da cultura como investimento, sua capacidade de criar emprego e de contribuir para o crescimento da economia. O estudo traçou um retrato do setor cultural no Brasil, evidenciando, principalmente, a sua importância na economia nacional ao concluir que as atividades culturais correspondem a cerca de 1% do PIB do país.

É importante destacar a atuação da FJP com a realização de várias pesquisas¹³, com o foco em cultura, mas priorizando as ações e atividades culturais do Estado de Minas Gerais. Assim como a FJP, outras instituições públicas e privadas de pesquisa vêm realizando levantamento de dados da cena cultural do Brasil, mas a maioria dos estudos empíricos é de alcance regional. Nesse aspecto, vale ressaltar três iniciativas:

O 1º *Diagnóstico da Área Cultural de Belo Horizonte*, realizado em 1996, por encomenda da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a uma empresa privada, especializada em pesquisa de mercado. Os principais objetivos eram tentar entender como os bens culturais são apropriados pela população belo-horizontina, compreender a configuração do mercado cultural da cidade e identificar seu potencial econômico.

A segunda iniciativa está relacionada a um estudo da *Cadeia Produtiva da Economia da Música*, desenvolvido em 2002, pela Incubadora Cultural do Instituto Gênesis PUC/RJ, com o apoio do SEBRAE/RJ e outras instituições. O objetivo principal era conhecer o setor musical do Estado de Rio de Janeiro e levantar possibilidades de desenvolvimento econômico e social, a partir de oportunidades identificadas na cadeia produtiva do setor. Ou seja, todas as atividades articuladas desde a pré-produção até o consumo final de um bem ou serviço, os componentes econômicos e as tendências de mercado da indústria da música.¹⁴

¹³ As pesquisas são publicadas nos Cadernos CEHC da Fundação João Pinheiro e podem ser acessadas pelo site da instituição www.fjp.gov.br.

¹⁴ Disponível em: <http://www.genesis.puc-rio.br>. Acesso em: 1º fev. 2008.

Por fim, a terceira iniciativa relevante de levantamento de dados culturais de alcance regional é o *Guia Cultural do Estado de São Paulo*, realizado pela Fundação SEADE, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Publicado pela primeira vez em 2001, com edição seguinte em 2003, tinha como objetivo principal do estudo identificar o potencial cultural dos municípios e das regiões paulistas, como subsídio às ações e às políticas públicas no setor.

Ainda que de maneira sucinta, é possível perceber o foco, fundamentalmente, nos aspectos econômicos da cultura em relação aos dados levantados pelas pesquisas supramencionadas. Mesmo no estudo realizado em São Paulo, que, em sua essência, pretendeu mapear o potencial cultural do Estado, é possível reconhecer que a cultura é transformada em objeto de consumo e que a produção cultural é cada vez mais desterritorializada e ditada pelo mercado cultural, que destrói e reconstrói valores e símbolos por meio da ação avassaladora dos sistemas de comunicação (CAIADO, 2001). O fato é que, ao se reconhecer que cultura movimenta uma quantidade de recursos consideráveis e gera grande número de empregos diretos e indiretos, vem aumentando o interesse em mapear e conhecer melhor essas atividades.

A despeito das iniciativas e estudos realizados pontualmente, pretende-se abordar as ações de caráter nacional, que abrangem dados do país como um todo. Nesse sentido, destacam-se os seguintes acontecimentos:

Em 2001, o IBGE repetiu a iniciativa de introduzir um bloco de cultura na MUNIC e atualizou as informações levantadas sobre equipamentos culturais e de lazer dos municípios do país em 1990.

No ano seguinte, em agosto de 2002, a UNESCO-Brasil e o IPEA, órgão do Governo Federal do Brasil, responsável por realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos, promoveram o *Seminário Internacional sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento – Uma Base de Dados para a Cultura*, que tinha como objetivo principal refletir sobre a idéia de criação de um banco de dados para a cultura. Esse período deu início às primeiras ações para um programa de informações culturais no Brasil, momento em que a UNESCO, o IPEA e o IBGE se uniram para discutir os

primeiros passos para a montagem do Sistema de Informações Culturais – Programa UNESCO/IPEA (GOMES, 2003).

Apesar de algumas manifestações de interesse por parte do MINC em levantar informações sobre o setor, de acordo com Oliveira, L. (2003, p. 190), até o ano de 2004, “não se vinha discutindo, como em outras áreas, a necessidade de realizar uma pesquisa no sentido de sistematizar os dados necessários, nem a respeito das bases em que ela poderia desenvolver”. Embora tenha havido tentativas de se realizar um trabalho conjunto, envolvendo uma equipe multidisciplinar, com representantes do IBGE e do MINC, o estabelecimento da parceria só se efetivou no final de 2004, na atual gestão do Ministro da Cultura, Gilberto Passos Gil Moreira.

Em novembro de 2006, o IBGE divulgou o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), uma pesquisa realizada a partir do estabelecimento da parceria MINC-IBGE. A publicação, com dados referentes ao ano de 2003, tem como principal objetivo sistematizar as informações que dizem respeito à área da cultura nas bases de dados já existentes da Instituição, com vistas a contribuir para a “construção de um sistema de informação que possibilite a sua análise como setor produtivo”.¹⁵ Nesse trabalho foram abordados a oferta e a demanda de bens e serviços culturais, os gastos das famílias e os gastos públicos com cultura, além do perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais.

O acordo de cooperação técnica entre as duas instituições (IBGE e MINC) previa uma comissão interdisciplinar, com representantes de ambas as partes, que visava criar e atualizar dados estatísticos sobre a cultura. A expectativa era ampliar o alvo das investigações, suprir a necessidade de informações atualizadas por parte de empreendedores culturais do Brasil e contribuir para o debate sobre a concepção de um sistema de informações e indicadores culturais que atenda às lacunas e demandas assinaladas pela sociedade.

Entretanto, o IBGE não possuía uma pesquisa específica, voltada para a cultura, e sim uma base de dados, um sistema de produção de informações estatísticas, com

¹⁵ IBGE. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003, Rio de Janeiro, 2006, p. 9

pesquisas com foco em outras áreas. Então, o primeiro passo foi organizar e sistematizar as informações já existentes, a partir das bases de dados das pesquisas realizadas pela Instituição, para, em seguida, mapear as lacunas, com outros órgãos, outras fontes externas, “de forma a contribuir para a construção de um sistema de informação que possibilite a sua análise como setor produtivo e que, a partir daí, obtenha-se critérios mais objetivos para a formulação de políticas públicas” (LINS, 2007, p. 5).

Outra iniciativa realizada, a partir do acordo de cooperação com o Ministério da Cultura, diz respeito à Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC). De periodicidade anual, seu foco de interesse é a gestão dos municípios, notadamente no que se refere à organização da prefeitura – quadro funcional, aparato material, instrumentos fiscais, recursos institucionais, políticas de planejamento, iniciativas de descentralização, programas e ações públicas locais, oferta de serviços à população e infra-estrutura urbana.

Trata-se de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade. (LINS, 2007, p. 16)

Segundo Lins (2007), e conforme relatado anteriormente, a pesquisa foi realizada pela primeira vez em 1999 e depois em 2001. Foram investigadas, prioritariamente, questões sobre as administrações municipais, abordando também a atuação do município na área social, que, dentre outros pontos, abrangia o conjunto de equipamentos culturais instalados nos municípios brasileiros. Na pesquisa realizada em 2001, as prefeituras relataram os seguintes tipos de equipamentos culturais¹⁶: biblioteca pública, museus, teatros ou salas de espetáculo, cinemas, clubes e associações recreativas, estádio ou ginásio poliesportivo, banda de música, orquestra, videolocadora, livraria, loja de discos, CDs e fitas, *shopping-center*, estações de rádio AM, estações de rádio FM, unidades de ensino superior, geradora de TV e provedor de *internet* (LINS, 2007, p. 18).

¹⁶ Segundo a definição adotada, os equipamentos culturais constituem o estoque fixo ligado às culturas existentes no município, aberto ao público, podendo ser mantido pela iniciativa privada ou pelo poder público de qualquer esfera (federal, estadual ou municipal). (IBGE, MUNIC, 2006)

Estabelecida a parceria com o MINC em 2004, no ano seguinte, o IBGE investigou o tema da cultura, por meio de um bloco de informações, aplicadas no questionário básico de gestão. Assim, foi possível levantar informações acerca dos dados cadastrais do órgão responsável pela cultura, a existência de conselho municipal e de orçamento específico para a cultura, os principais grupos artísticos e atividades artesanais, as quatro principais festas populares locais e a existência, quantidade e esfera administrativa (federal, estadual ou municipal) de 13 equipamentos culturais.¹⁷ Essas informações foram divulgadas em novembro de 2006 (LINS, 2007).

Após a assinatura do convênio, o IBGE inseriu um suplemento temático, voltado para a cultura, já havendo realizado prática semelhante para questões referentes às áreas do meio ambiente, esporte e assistência social, por intermédio de acordo estabelecido entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, respectivamente.

Assim, no que se refere ao censo realizado em todos os municípios brasileiros, a cultura deixa de ser um bloco para se tornar um suplemento, e, em setembro de 2007, o IBGE apresenta, em parceria com o Ministério da Cultura, os resultados do Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2006.

O fruto mais recente da parceria, estabelecida entre as duas instituições (IBGE e MINC), consiste na segunda publicação da pesquisa Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), edição referente ao período 2004-2005, divulgada em dezembro de 2007. Na verdade, essa segunda edição reapresenta os dados de 2003, mantendo o mesmo âmbito da pesquisa, ou seja, o campo delimitado ainda é o mesmo, com pequenas alterações.¹⁸

¹⁷ Biblioteca pública, museus, teatros ou salas de espetáculo, cinemas, estádio ou ginásio poliesportivo, videolocadora, livraria, loja de discos, CDs e fitas, *shopping-center*, estações de rádio AM, estações de rádio FM, unidades de ensino superior, geradora de TV e provedor de *internet*.

¹⁸ Os dados apresentados e a metodologia utilizada pela pesquisa SIIC serão abordados adiante, no item 2.3 do capítulo.

O IBGE pretende formar um sistema articulado de informações culturais no Brasil. A princípio, esse sistema incorpora a MUNIC, o SIIC e a próxima pesquisa, que vem sendo planejada para um longo prazo, a Conta Satélite de Cultura. A perspectiva da Instituição é de expandir a capacidade de análise com a construção de uma Conta Satélite de Cultura. O objetivo é que se possa mensurar o peso das atividades culturais no PIB nacional.

As contas satélites são realizadas pela Coordenação de Contas Nacionais, todos os países possuem um Sistema de Contas Nacionais, que revela anualmente a representatividade de diferentes setores na economia do país e um dos seus principais resultados é o PIB. A metodologia de cálculo é padronizada, o que permite a comparação entre países, contudo o procedimento metodológico adotado para as contas nacionais não permite identificar setores transversais à economia, como turismo, meio ambiente e cultura, pois são setores distribuídos entre diferentes categorias econômicas (REIS, 2007).

Conforme relata Reis (2007), o conceito de conta satélite foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, para permitir a avaliação do peso econômico dos chamados setores transversais, reunindo em uma mesma conta todos os dados que revelam sua contribuição à economia do país. No que se refere especificamente à cultura, a importância da conta satélite foi ratificada em 2005, pela Organização dos Estados Americanos.¹⁹ Em 2006, foi realizado o *III Encontro para a consolidação de um manual metodológico para a implementação das contas satélite de cultura na América Latina*, pelo Convênio Andrés Bello²⁰ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No encontro havia representantes da UNESCO, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), além de vários países da região.

¹⁹ OAS. "II Inter-American Meeting of Ministers and Highest Appropriate Authorities of Culture" (REIS, 2007, p. 32).

²⁰ Organização internacional de caráter intergovernamental, que tem por missão integrar educativa, científica, tecnológica e culturalmente países como Bolívia, Colômbia, Chile, Cuba, Equador, Espanha México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Favorece o fortalecimento dos processos de integração e desenvolvimento de um espaço cultural comum. Busca gerar consensos e cursos de ação em cultura, educação, ciência e tecnologia, com o propósito de que seus benefícios contribuam para o desenvolvimento equitativo, sustentável e democrático dos países membros. Fonte: <http://www.convenioandresbello.org/cab8/index.php>

Quanto ao Brasil, não existe ainda uma definição das atividades culturais que serão contabilizadas, apenas um primeiro esboço metodológico, que vem sendo discutido, baseado no marco conceitual definido pela ONU e outros organismos internacionais.²¹

O Ministério da Cultura possui também um acordo de cooperação com o IPEA, visando a “estruturação de um sistema de informações sobre a cultura no Brasil enquanto fonte de dados, formulação e reformulação de políticas em diferentes esferas da gestão pública”.²² Nessa premissa, destacam-se alguns estudos realizados pelo Instituto sobre o setor cultural. Um dos exemplos é “*Os Gastos Culturais dos Três Níveis de Governo e a Descentralização*” que estima e descreve os gastos públicos com cultura, relativos ao período de 1994 a 1996, nos níveis municipal, estadual e federal. O estudo analisa os montantes e o perfil dos dispêndios culturais, considerando a participação de cada um dos três níveis, bem como discute processos institucionais, como a descentralização, à luz do comportamento dos dispêndios culturais (SILVA, F., 2002).

Outro exemplo é o estudo publicado em 2005, *Notas sobre o Sistema Nacional de Cultura*, que descreve os gastos públicos em cultura durante o ano de 2002, também nas três esferas. Além de abordar os gastos em cultura, o documento apresenta a proposta de criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Ministério da Cultura.

Por fim, ressalta-se a publicação dos volumes 2 e 3 da coleção *Cadernos de Políticas Culturais*, em abril de 2007. Os cadernos são produzidos pela Secretaria de Políticas Culturais do MINC, em parceria com o IPEA, o IBGE e pesquisadores, e possui como principal objetivo divulgar temas relativos à cultura, especialmente no que se refere à economia e políticas públicas.

No caso da cultura, o Estado não é o único produtor de informações. Além daqueles em que a missão já é a produção de informações, como, por exemplo, o IPEA e o IBGE, percebe-se a participação de outros atores na elaboração do sistema. Além

²¹ Por se tratar de um ponto ainda em discussão até o momento de realização da dissertação, a Conta Satélite de Cultura não será retratada pela pesquisa. O relato acima se deu a título de esclarecimento do que viria a ser uma conta satélite.

²² Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/default.jsp> >. Acesso em: 30/12/2007.

do setor público, com a disponibilização de recursos e implementação de políticas públicas, o setor privado se faz presente, quer o empresarial, quer as organizações não-governamentais.

Acredita-se que a presença da demanda de informações no discurso político do Ministério da Cultura acaba por influenciar outras esferas de ações, públicas e privadas, como cursos, pesquisas, publicações, eventos, concursos. Ou seja, o Ministério da Cultura exerce grande impacto na conceituação de programas e ações da sociedade civil e da iniciativa privada.

No contexto da iniciativa privada, destacam-se as ações do Observatório Itaú Cultural e do Instituto Itaú Cultural. Trata-se de um Instituto cultural privado, financiado pela *holding* Itaúsa e por recursos provenientes da lei federal de incentivo fiscal à cultura. Criado recentemente, em 2006, o Observatório visa refletir sobre a cultura e subsidiar a elaboração de políticas públicas culturais, por meio do debate entre especialistas nacionais e internacionais. Sua missão, dentre outras propostas, consiste em reunir, produzir e difundir informações críticas sobre o setor, por meio da análise de pesquisas (quantitativas e qualitativas) e do estudo de práticas culturais.²³

Em novembro e dezembro de 2007, o Observatório promoveu dois encontros internacionais, especificamente sobre indicadores culturais, sendo eles: 1) *Encontro de Pesquisadores sobre Indicadores Culturais: Reflexão e Experiências* e 2) *Indicadores Culturais: Debate Brasil e Espanha*, esse último em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID/Acerca). Os dois encontros ocorreram com o intuito de estimular uma reflexão teórico-metodológica e o diálogo entre especialistas brasileiros e internacionais, tendo em vista a escassez de pesquisas referentes aos indicadores culturais no Brasil. Os resultados dos seminários e debates, bem como os textos apresentados pelos participantes, são divulgados no site da Instituição e em revista impressa.

²³ Disponível em: < <http://www.itaucultural.org.br> > Acesso em: 7 fev. 2008.

Até o momento, foram apresentados os antecedentes históricos da produção de informações e indicadores culturais no cenário internacional e no Brasil. Para que se possa prosseguir na análise proposta pela pesquisa, faz-se necessário levantar reflexões teóricas sobre o conceito de indicador cultural, seus aspectos metodológicos e características.

2.2 – Indicador como construção social

No Brasil, são poucas as pesquisas que podem servir como referência para a discussão a respeito dos indicadores culturais. A idéia de indicadores para a área da cultura ainda está envolta em abordagens polissêmicas, não havendo, até momento, consenso teórico sobre o conceito, uma vez que, conforme apontado, a temática é abordada por distintas áreas do conhecimento. Assim, em uma tentativa de lançar luz a essas questões, apresenta-se a seguir o marco conceitual dos indicadores culturais, localizando e precisando as principais abordagens que norteiam a proposta do conjunto de critérios estruturantes à sua composição, acentuando-se seus aspectos informacionais.

A localização e precisão desses conceitos permitirão uma análise mais aprofundada das pesquisas apresentadas e, conseqüentemente, a utilização dessas informações por parte do Ministério da Cultura. O levantamento teórico ocorre para que se possa refletir sobre o indicador cultural para além dos marcos econômicos, uma vez que a cultura, antes de proporcionar o desenvolvimento econômico, está diretamente relacionada ao desenvolvimento social, em seu sentido mais amplo.

A partir dos estudos pioneiros, relatados no tópico anterior, o IBGE começa a reverter o quadro de ausência de informações sobre o setor cultural em âmbito nacional. Conforme mencionado, a maioria das análises mais aprofundadas sobre os hábitos culturais da população foi realizada regionalmente. Dessa forma, o trabalho apresentado pelo IBGE, a pedido do Ministério da Cultura, consiste em estudos abrangentes, que devem tornar-se uma fonte de referência para outras pesquisas, inclusive aquelas realizadas por outras instituições, públicas ou não.

Para isso, o IBGE, em conjunto com o IPEA, e em convênio com o Ministério da Cultura, passa a exercer significativo papel na construção de indicadores culturais no país, indicando, inclusive, uma possível cesta de indicadores, que represente a área da cultura. A inexistência de uma base de dados sistematizada, que gera a falta de um sistema nacional de indicadores culturais, faz com que a iniciativa pioneira se torne modelo referencial. Por sua vez, como veremos mais adiante, outros atores entram em cena, já que o precursor da sistematização busca referências que subsidiem a elaboração de seus instrumentos, especificamente, referências internacionais, como a ONU e a UNESCO.

A origem etimológica do termo indicador é proveniente do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar (HAMMOND, 1995 *apud* VAN BELLEN, 2004, p. 5). O indicador corresponde a elementos de aproximação possíveis do real, um delineamento da realidade, uma tentativa de mensurar fenômenos sociais. Ele não é o próprio atributo, mas uma representação, uma imagem ou uma abstração do real. É um signo que tem relação com o real e a necessidade humana de ação direcionada.

Assim, indicadores são aproximações da realidade, em que construímos instrumentos para captar esse processo, que está em constante transformação. Buscam expressar algum aspecto da realidade, sob uma forma que possamos observá-lo ou mensurá-lo. Baseiam-se na identificação de uma variável, ou seja, algum aspecto que varia de estado ou situação, variação essa que consideramos capaz de expressar um fenômeno que nos interessa (VALARELLI, 1999).

Na visão de Silva, L. (2007), o indicador é uma informação sintética, que serve de referência para a compreensão de fenômenos que ocorrem nas mais variadas esferas. Originam-se de estatísticas e vão além, isso é, não se referem a uma estatística pura. Trata-se de uma estatística processada, com o objetivo de fornecer uma informação específica.

As estatísticas consistem em dados matemáticos, “duros”, impessoais, que não representam os conteúdos de um bem-estar, por exemplo. Há uma importante

distinção entre indicadores sociais e estatísticas públicas. As estatísticas se referem ao dado social bruto, descontextualizado de uma teoria, sem um fim em si mesmo. São dados parcialmente preparados para uma interpretação empírica da realidade (JANNUZZI, 2003).

Em contrapartida, o indicador é dotado de significado, um instrumento capaz de interpretar empiricamente a realidade, pois permite uma leitura mais contextualizada, uma apreciação comparativa no tempo e no espaço. A origem de um indicador é uma informação estatística. Assim, é possível afirmar que os dados públicos constituem-se na matéria-prima para a construção de indicadores sociais. “O que diferencia a estatística pública do indicador social é o conteúdo informacional presente, isto é, o ‘valor contextual’ da informação disponível”. A FIG. 1 evidencia o processo de agregação de valor informacional no indicador:

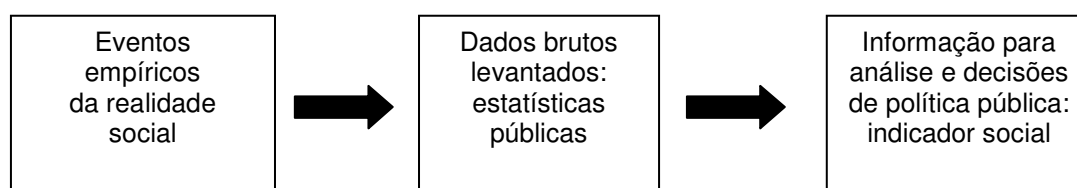


FIGURA 1 – Processo de agregação de valor informacional no indicador

Fonte: Jannuzzi, 2003, p. 16.

Por exemplo, se tomarmos o dado estatístico sobre a quantidade de bibliotecas espalhadas pelo país, que, de acordo com o IBGE, é o equipamento cultural mais presente nos municípios brasileiros – 89%²⁴ dos municípios possuem biblioteca –, esse dado não nos informa a respeito da qualidade da infra-estrutura desses equipamentos, a questão do acervo, ou se o fato do município possuir uma biblioteca indica um aumento na capacidade de leitura dos seus moradores, entre outros pontos. Assim, indicadores são dados estatísticos processados com o objetivo de fornecer uma informação específica, traduzem conceitos abstratos ou não-mensuráveis em termos operacionais.

²⁴ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006.

Em entrevista à Revista Observatório Itaú Cultural, Jurema de Souza Machado, coordenadora de Cultura da UNESCO no Brasil, afirma que o indicador não é um dado, mas, antes, sua evolução no espaço e no tempo. Ao contrário dos dados isolados, que descrevem uma situação cristalizada, o indicador expressa relações entre dados, informações, objetivos e um determinado contexto (MACHADO, 2007).

Ao discutir indicadores de sustentabilidade, Van Bellen (2004) afirma que indicador é uma ferramenta desenhada a partir de dados, que dão sentido e facilitam a compreensão da informação. O objetivo do indicador é quantificar e articular informações, de modo que se possa agregar mais significado à informação que se tem. Uma de suas características é fornecer informações que conduzam à ação.

o objetivo principal dos indicadores é o de agregar e quantificar informações de uma maneira que sua significância fique mais aparente. Os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos, tentando, com isso, melhorar o processo de comunicação. (VAN BELLEN, 2004, p. 6)

Ao tratarem de indicadores de ciência e tecnologia, Martinez e Albornoz (1998) afirmam que os indicadores representam uma medida agregada e completa, que permite descrever ou avaliar um fenômeno, sua natureza, estado e evolução, que articula ou correlaciona variáveis.²⁵

Segundo Rua (2004, p. 2-3),

Indicadores não são simplesmente dados, mas uma balança que nos permite “pesar” os dados ou uma régua, que nos permite “aferir” os dados em termos de qualidade, resultado, impacto, etc., dos processos e dos objetivos dos eventos.

Os indicadores são medidas, ou seja, são uma atribuição de números a objetos, acontecimentos ou situações, de acordo com certas regras. Enquanto medidas, os indicadores referem-se às informações que, em termos conceituais, são mensuráveis, independentemente de sua coleta obedecer a técnicas ou abordagens qualitativas ou quantitativas.

²⁵ “Los indicadores representan una medición agregada y compleja que permite describir o evaluar un fenómeno, su naturaleza, estado y evolución; articula o correlaciona variables y su unidad de medida es compuesta o relativa”. (MARTINEZ e ALBORNOZ, 1998, p. 11)

Vários adjetivos são aferidos aos indicadores, visando caracterizar suas especificidades, o foco ou aspecto a ser avaliado. São eles econômicos, sociais, gerenciais, culturais, de qualidade, de impacto, dentre outros. As abordagens são diferentes, com princípios conceituais e metodológicos próprios, contudo parece haver um consenso de que indicador é uma medida voltada para a avaliação e o monitoramento.

A tradição na adoção de indicadores sociais, segundo Aun e Moura (2007, p. 29-30), é recente no Brasil, tendo sido a década de 1960 marcante, devido ao “esforço nacional para o desenvolvimento sistemático de sistemas para o acompanhamento das transformações sociais e o apoio de instituições multilaterais tais como a UNESCO, OCDE, FAO, OIT, OMS, dentre outras”. O período seguinte, a década de 1970, foi marcado pela discussão dos custos sociais do crescimento econômico e seu descompasso em relação à melhoria da qualidade de vida da população.

Para Rua (2004), a década de 1990 caracterizou-se pelo estabelecimento de novas instituições de monitoramento e avaliação, e de bases de informação, dotadas de sofisticada infra-estrutura tecnológica. Especialmente no final desse período, o desenvolvimento das novas TICs, o avanço e a disseminação dos sistemas informatizados de gerenciamento de dados e a formação de redes virtuais de participação e controle social aprimoraram a noção de utilização de indicadores sociais para monitoramento e avaliação de políticas públicas.

O “movimento de indicadores sociais”, inaugurado pelas publicações encomendadas pelo governo americano, em meados dos anos 60, *Social Indicators* e *Toward a Social Report*²⁶, chamou a atenção para a necessidade de desenvolver alternativas que substituíssem ou complementassem as estratégias de crescimento econômico, focalizadas unicamente no aumento do PIB. Ou seja, começa-se a questionar se a crescente industrialização e, conseqüentemente, a modernização da economia mundial resultaria no aumento e na difusão do bem-estar humano.

²⁶ JANNUZZI, 2003, p. 14.

Nesse período, com o intuito de avaliar os efeitos secundários do programa de exploração espacial na sociedade norte-americana, a NASA (Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço) desenvolveu um projeto na tentativa de antecipar as conseqüências das rápidas mudanças tecnológicas na sociedade. Pioneira na ação, a NASA contribuiu para o aumento do interesse pelos indicadores sociais, o que resultou em umas das publicações supramencionadas, a obra *Social Indicators* (BAUER, 1967).

A nova situação política, criada pelas transformações advindas do desenvolvimento da chamada sociedade pós-industrial, faz emergir a preocupação pelo desempenho social. Detecta-se, a partir de então, um interesse em perseguir não apenas os valores econômicos, mas também as medidas relacionadas à *performance* social, felicidade e qualidade de vida.

Assim, a constatação da insuficiência do PIB *per capita*, como medida de desenvolvimento em seu sentido mais amplo, e o crescimento do movimento de indicadores sociais acarretaram na elaboração de teorias que forneceram subsídios, importantes à época, para a compreensão da desigualdade e da pobreza. No contexto de seu surgimento, o indicador social esteve diretamente relacionado aos objetivos de se medir as necessidades básicas ou os níveis mínimos de sobrevivência, ou seja, relacionava-se à formulação de políticas associadas à redução da pobreza.

De acordo com Carley (1985), as críticas mais pertinentes aos indicadores econômicos se referiam às limitações na avaliação de considerações mais amplas do bem-estar social, como satisfação psicológica, a felicidade ou a realização na vida. Para o autor, a avaliação de bens e serviços pelo mercado não está necessariamente relacionada com o seu conteúdo, em termos de bem-estar, e atividades não inseridas no mercado acabam por serem excluídas do exame. Dessa forma, os primeiros indicadores sociais surgiram da extrema necessidade de se aperfeiçoar um fluxo de informações sociais, válido para o processo decisório, cada vez mais complexo do setor público.

Ao invés de tentar suplantar as medidas econômicas, que inclusive desempenhavam papel de importância na qualidade global da vida, o movimento de indicadores sociais foi incumbido de elaborar indicadores complementares aos indicadores econômicos.

Carrasco (1999) aponta três escolas de pensamento que desenvolveram investigações sobre os indicadores culturais ao longo desses anos.

A primeira, e mais antiga, é representada pelo pesquisador George Gerbner, da Universidade de Pensilvânia, que introduziu o termo indicador cultural, em 1969, por meio de estudos que formularam indicadores, que auxiliaram na compreensão dos efeitos dos meios de comunicação sobre a cultura e sua influência na sociedade. Seu objetivo principal consistia em refletir sobre as conseqüências do processo de acumulação simbólica pelos consumidores de conteúdos midiáticos. Juntamente com o pesquisador Karl Erik Rosengren, da Suécia, ele formou a escola que analisou os conteúdos das obras simbólicas, visando entender as mudanças nos valores e comportamentos culturais de uma dada sociedade.

Segundo Rosengren (1985 *apud* CARRASCO, 1999, p. 7, tradução nossa),

(...) existem três tipos principais de indicadores: econômico, social e cultural. Os indicadores culturais medem idéias, valores especialmente básicos sobre o que é bom ou mal, verdadeiro ou falso. Os indicadores econômicos medem a riqueza. Os indicadores sociais medem o bem-estar.²⁷

A segunda escola analisa as mudanças ocorridas nos juízos de valores, por meio do estudo do comportamento da população. Nesse aspecto, Carrasco (1999) destaca o investigador Ronald Inglehart, professor de ciência política nos Estados Unidos, que mostrou a diferença nos juízos de valor entre a população de diferentes países, e em um país em diferentes épocas.

²⁷ “Según Rosengren hay tres tipos principales de indicadores: económico, social y cultural. Los indicadores culturales miden ideas, valores especialmente básicos sobre lo que es bueno o malo, verdadero o falso. Los indicadores económicos miden la riqueza. Los indicadores sociales miden el bienestar”.

Por fim, a terceira escola, que estuda os indicadores culturais no processo de criação e consumo de bens e serviços culturais. Essa escola interessa-se muito mais pelo processo de produção, difusão e consumo dos bens e serviços culturais, do que propriamente pelos juízos de valor ou análise de conteúdo. As abordagens baseiam-se na análise cultural, como formas simbólicas que são produzidas, transmitidas e recebidas. Em consonância com a visão apresentada, dentre outros investigadores²⁸, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela UNESCO, a respeito dos indicadores culturais (CARRASCO, 1999).

De acordo com Beluzzo (2004 *apud* AUN; MOURA, 2007, p. 28),

indicadores sociais são mais do que estatísticas isoladas, eles são variáveis relativas, organizadas em grupo, e pretendem formar um conjunto coerente que represente um sistema em suas múltiplas determinações, são reflexos de conceitos e, como tais, voláteis e em constante transformação, acompanhando o avanço do conhecimento da realidade que pretende mimetizar.

O conceito adotado por Jannuzzi (2003, p. 15) caracteriza indicador social como

uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Carlisle (1972 *apud* CARLEY, 1985, p. 29) aborda indicador social como “a definição operacional ou parte da definição operacional de qualquer dos conceitos que são centrais para a geração de um sistema de informações descritivo do sistema social”. Ou seja, para a autora, os indicadores sociais são resultados de conceitos abstratos operacionalizáveis, por meio da tradução de termos mensuráveis, sob a forma de substitutos. Fazem parte então de um sistema de informações, que é usado para compreender e avaliar as partes do sistema social, isso é, os conceitos centrais

²⁸ VER: THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995.

operacionalizados são categorizados como componentes de um sistema. Sistema que consiste numa forma de apreender uma dada realidade social, que traduz a realidade que se pretende compreender. As inter-relações entre os vários componentes do sistema fornecem informações úteis para examinar a consecução dos objetivos ou metas traçados.

A literatura aponta que há pouca concordância quanto à definição dos indicadores sociais (FREEMAN, 1970 *apud* CARLEY, 1985, p. 26). Carley (1985) afirma que a dificuldade de estabelecer um conceito é fruto do desacordo da produção acadêmica e da falta de avanços substanciais na construção de teorias sociais. Para o autor, o próprio movimento de indicadores sociais, no contexto de seu surgimento, não enfatizava a teorização social. Muito pelo contrário, a atividade surgiu da crença e do desejo de que melhores informações sobre os fatos sociais da vida ajudariam na tomada de decisões. Assim, à medida que a necessidade de novas informações avançava, novos conjuntos de indicadores sociais iam sendo propostos, visando atender demandas imediatas.

A imprecisão terminológica – característica presente na atividade – decorre, em sua maioria, da ausência de um arcabouço conceitual norteador, assim como da crescente necessidade de segmentação da informação, uma vez que é cada vez mais presente a construção de indicadores próprios ao que se pretende medir e monitorar. Ou seja, a questão não é mais abordada apenas sob o ângulo socioeconômico, existem diferentes grupos de interesse e atores sociais envolvidos.

Um dos aspectos mais relevantes na discussão de indicadores sociais e, especificamente, indicadores culturais, diz respeito à construção de um quadro de referência (teórico-conceitual, de visão de mundo, o modelo de desenvolvimento e de sociedade que se visa atingir), que explique e confira significado aos dados coletados.

Segundo Reis (2007, p. 234),

um dos maiores desafios para definir indicadores é delimitar o que se pretende monitorar. Quando o assunto refere-se a temas sociais,

como cultura, é preciso antes de mais nada, identificar o que se entende por cultura e o que esse conceito abarca.

Contudo a dificuldade maior apresenta-se justamente na ausência de um modelo conceitual único, que permita desenvolver um conjunto congruente e sistemático de indicadores culturais. Não obstante, acredita-se que essa barreira amplia ainda mais a complexidade no setor, já que especificar a relação conceito-indicador envolve a multiplicidade de olhares, apontada acima, assim o dilema teórico dos indicadores é incontornável.

Carley (1985) afirma que, no caso do Brasil, a dificuldade na produção de indicadores sociais tem caracterizado-se muito mais pelo desconhecimento do referencial teórico e metodológico básico, do que por uma limitada produção de dados e informações.

Acredita-se que situação semelhante ocorra em relação aos indicadores culturais. Trata-se de um contexto demarcado por complexidades, em que a inexistência de um modelo de referência dificulta a organização da informação em bases consistentes e, por sua vez, a ausência da organização da informação reduz a validade empírica, que facilitaria o desenvolvimento de modelos teóricos mais sólidos.

É possível afirmar, entretanto, que não existe um parâmetro científico que determine o que é cultura e o que não é. Os conceitos de cultura, utilizados, serão sempre conceitos valorativamente orientados, apenas terão sentido quando inseridos em um modelo de inferência, que explicita o conteúdo de cada um deles. A construção do conceito será sempre resultado de uma correlação de forças e jogos de interesses, e a sua compreensão dependerá da orientação ou do modelo de política cultural e de sociedade que os manipula.

Os critérios de classificação dos indicadores sociais variam de acordo com a literatura da área. Eles podem ser divididos segundo a área temática da realidade social a que se referem (demografia, educação, saúde, mercado de trabalho,

qualidade de vida, habitação, infra-estrutura urbana, segurança e justiça, renda e pobreza, meio ambiente), gerando inclusive sistemas de indicadores sociais. Dessa forma, são constituídos, por exemplo, de indicadores educacionais, demográficos, da saúde, do mercado de trabalho, de segurança pública, de renda e desigualdade, dentre outros. Ou ainda podem ser agrupados por áreas temáticas mais abrangentes, como indicadores de desenvolvimento humano, indicadores de qualidade de vida, indicadores socioeconômicos (JANNUZZI, 2003).

Os indicadores também são classificados como objetivos e subjetivos, ou como quantitativos e qualitativos, respectivamente. Os indicadores objetivos baseiam-se na contagem da ocorrência de um evento ou atividade, ou seja, referem-se a ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, que, de acordo com Jannuzzi (2003), são construídos a partir de estatísticas públicas disponíveis. A vasta maioria das estatísticas e indicadores sociais, com que estamos familiarizados, consiste em dados objetivos. Ao passo que os indicadores subjetivos ou qualitativos “baseiam-se nos relatos ou descrições dos indivíduos sobre seus sentimentos e percepções acerca de si mesmos e do mundo que os cerca” (CARLEY, 1985, p. 12). São informações levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão.

Assim, os indicadores são quantitativos quando procuram focar processos traduzíveis em termos numéricos, tais como valores absolutos, médias, porcentagens, proporções. São qualitativos quando relacionados a processos, nos quais se opta por utilizar referências de grandeza, intensidade ou estado, como forte/fraco, amplo/restrito, satisfatório/insatisfatório e assim por diante (VALARELLI, 1999).

Um exemplo da necessidade de se aliar os dados objetivos aos subjetivos é representado pelas pesquisas sobre qualidade de vida, uma vez que o uso exclusivo de medidas objetivas, como indicadores de qualidade de vida, fornece apenas um dos aspectos de um problema multidimensional. A correlação entre os indicadores objetivos e a satisfação dos indivíduos, com os vários aspectos de suas vidas, não pode ser deixado de lado. Nessa perspectiva, se faz necessário uma combinação de medidas, ou seja, estabelecer uma correlação entre o mensurável e o não-

mensurável, por meio de um arcabouço sistemático de teorias sociais, que direcionem a análise.

Outra maneira de classificação é a distinção entre indicadores descritivos e indicadores normativos. Os indicadores sociais descritivos consistem na seleção de fenômenos aparentes, apenas descrevem características e aspectos da realidade empírica, não se baseiam em nenhum modelo de causa e efeito ou em nenhuma relação de meios e fins.

Os indicadores sociais normativos são dotados de significados valorativos, refletem explicitamente juízos de valor ou critérios normativos, dependem de normas vigentes e definições conceituais mais específicas, ou seja, estão diretamente imbricados em um conceito ou teoria, que define a dimensão social a ser estudada.

Segundo Jannuzzi (2003, p. 21) e conforme mencionado, “todo indicador social ou estatística pública tem uma natureza intrinsecamente normativa, já que derivam de processos interpretativos da realidade que não têm nada de neutro ou estritamente objetivo em sua formulação”. Nessa mesma direção, Carley (1985, p. 25) afirma que “os indicadores sociais não seriam simplesmente descrições da realidade isentas de juízos de valor, mas medidores de acréscimos e ou decréscimos de efeitos sociais importantes ou não”.

E, por fim, os indicadores podem ser classificados também como simples ou compostos, o que indica a quantidade de informação usada para sua definição. Dessa forma, Jannuzzi (2003) define como simples os indicadores construídos a partir de uma estatística social específica, referida a uma dimensão social elegida. Os indicadores compostos ou índices sociais, como também são chamados, são elaborados mediante dois ou mais indicadores simples, que fazem referência a uma mesma ou diferentes dimensões da realidade. Um exemplo muito comum de indicador composto é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se constitui da combinação de indicadores simples, relacionados a diferentes áreas: saúde, educação, renda.

Os indicadores nos auxiliam a compreender o passado e o presente, mas também apresentam-se como instrumentos essenciais para o planejamento, para guiar a alocação de recursos, por conseguinte, a sua produção visa contribuir para o conhecimento da realidade empírica e fornecer informações politicamente importantes para o processo decisório. Além disso, os indicadores apresentam-se como insumo informacional relevante no debate político. Podem ser empregados no processo de análise, formulação e implementação de políticas e, para tanto, são propriedades desejáveis aos indicadores: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade (JANNUZZI, 2003).

Tais propriedades revelam em última instância a qualidade e a atualidade das fontes e dos dados obtidos, a metodologia adotada na sua concepção, bem como a capacidade do indicador refletir a realidade social referida. (AUN; MOURA, 2007, p. 29)

Dessa forma, definir a qualidade de um indicador ou julgar se ele atende aos objetivos propostos está diretamente relacionado ao grau de proximidade que o mesmo apresenta entre o conceito e a medida, o ente indicado, isso é, corresponde a sua capacidade de refletir o conceito abstrato, a que o indicador se propõe a substituir ou operacionalizar.

Na visão de Carley (1985), uma questão importante a ser considerada na pesquisa de indicadores sociais é que eles assumem uma postura de aparente neutralidade, quando, de fato, o conjunto de valores e os pressupostos dos pesquisadores orientam tacitamente a definição e a análise do problema. Para o autor, a pesquisa está repleta de pressupostos de valor cultural. Mesmo na escolha do problema político, em sua visão, quase sempre prevalecem os valores dos políticos ou dos interesses mais influentes. E ainda, a própria escolha de uma determinada abordagem, em detrimento de outra, é também imbuída de valor, uma vez que a mensuração social demanda recursos e o fato de ela ocorrer indica que alguma importância foi atribuída à medida.

O fato da construção de indicadores sociais envolver juízos de valor políticos se apresenta como uma das barreiras ao desenvolvimento do campo.

É preciso atentar para os juízos de valor orientados para a formulação de políticas, que podem existir em qualquer esboço de conjuntos de indicadores selecionados para conformar-se às percepções e compromissos de partidos específicos no processo político. Esses juízos de valor podem ocultar-se por trás de uma fachada de neutralidade estatística, mas os pesquisadores dos indicadores sociais devem demolir essa fachada e substituí-la por uma postura ponderada sobre o valor e as limitações da análise quantitativa. (CARLEY, 1985, p. 72)

Mesmo os diagnósticos apresentados são “retratos parciais e enviesados da realidade, espelham aquilo que a visão de mundo e a formação teórica dos técnicos do planejamento permitem ver ou priorizam enxergar” (JANNUZZI, 2003, p. 33).

Assim, aborda-se nesse estudo a perspectiva do indicador como uma construção social, ou seja, o indicador é uma informação construída e apropriada socialmente. A informação resulta da interação entre indivíduos de uma dada coletividade e é usada em determinada circunstância e em relação a algumas razões. Nesse sentido, informação é conhecimento para ação.

O indicador refere-se a determinados grupos sociais de interesse, população ou segmento alvo dos programas que se pretende diagnosticar, avaliar e monitorar. Dessa forma, os indicadores e as bases de dados incluem e, por outro lado, também excluem, uma vez que definem o que trazer ao foco da luz e o que ofuscar.

Outra dificuldade que se apresenta ao trabalhar com a elaboração de indicadores é o fato de que os governos são propensos a todo tipo de controle dos números – confiabilidade política das informações. De acordo com Carley (1985, p. 13), “há sempre a possibilidade de que os indicadores sociais sejam utilizados para favorecer posturas políticas específicas, ou que sejam distorcidos por discussões burocráticas ou por dados precariamente fornecidos”. Às vezes são apresentados apenas dados “expandidos”, desconhecendo-se os procedimentos de inferência para tal expansão. Assim, eles podem ser utilizados para esconder problemas ou para manipular o debate público em direção a um sentido.

2.2.1 – Características dos indicadores culturais

A cultura não pode ser reduzida simplesmente a um conjunto de dígitos ou algarismos. No entendimento de Bohner (1979), é muito fácil calcular o número de trabalhos publicados em um mesmo período, o número de filmes produzidos, gravações feitas, e assim por diante. E também é possível contabilizar o número de espectadores que freqüentaram os cinemas, teatros, concertos. “Contudo, todos esses cálculos não são suficientes para mensurar o conteúdo cultural das atividades a que se referem”²⁹ (BOHNER, 1979, p. 3, tradução nossa). Dessa forma, dados culturais precisam ser tratados e manipulados com muito cuidado, pois diferentemente dos indicadores econômicos e sociais, não são necessariamente acumulativos.

Para Fukuda Parr (2000), os indicadores são uma ferramenta de diálogo político. Conforme a opinião da autora, os indicadores culturais devem conter informação que sirva para avaliar e não aquelas para meramente descrever. Os indicadores culturais tornam-se uma ferramenta de diálogo na medida em que proporcionam material, informação, para a investigação e análise do segmento.

De acordo com Carrasco (1999), algumas estatísticas podem resultar de operações administrativas, que dão origem a informações, mas que não foram elaboradas com o fim último que se espera conseguir delas, ou seja, são subprodutos. No caso dos indicadores culturais, ele afirma ser diferente

Os indicadores culturais, por sua vez, devem ser enunciados e especificados um a um, com a finalidade expressa de dar uma medida ou representar uma variável teórica previamente definida; portanto têm que estar associados a uma noção ou a uma teoria conceitual.³⁰ (CARRASCO, 1999, p. 4, tradução nossa)

²⁹ “But all these calculations are not sufficient for measuring the cultural content of the activities to which they refer”.

³⁰ “Los indicadores culturales, en cambio, deben ser enunciados y especificados uno a uno, con la finalidad expresa de dar una medida o representar una variable teórica previamente definida; por tanto tienen que estar asociados a una noción o a una teoría conceptual”.

Uma das dificuldades que se apresenta em relação aos indicadores culturais diz respeito justamente ao conceito ou teoria na qual se baseiam as ações e as tomadas de decisão. É preciso delimitar, antes de qualquer coisa, o que se entende por cultura. Evidentemente, para cada definição, as estatísticas e os indicadores necessários para medir os temas relacionados ao conceito serão diferentes. Assim, a complexidade do termo cultura nos faz supor que não existe indicador capaz de captá-lo em sua totalidade (PFENNIGER, 2004).

Na visão de Bohner (1979), um indicador não indica nada a não ser uma resposta a uma questão. E a resposta a essa questão, normalmente, não é dada por um indicador isolado, mas por um conjunto de indicadores, que expressam relações significativas entre diferentes variáveis do sistema cultural.

Para que o conjunto de indicadores contenha todas as informações necessárias a atingir os objetivos da análise – no caso apresentado por Bohner, as condições para o desenvolvimento cultural da Europa – eles devem responder a quatro funções: descrever, comparar, explicar e prever.

Descrever – os indicadores devem ser capazes de refletir as características globais do desenvolvimento cultural da sociedade como um todo, identificar disparidades e evidenciar uma lista básica de necessidades culturais da população;

Comparar – os indicadores devem ajudar a classificar situações por tipos e características comparáveis;

Explicar – alguns indicadores se concentram nos sinais de desenvolvimento cultural, outros nas causas. Se esse fenômeno (causa) pode ser identificado e mesmo inter-relacionado, é mais fácil entender o processo de desenvolvimento e decidir quais variáveis podem influenciá-lo;

Prever – utilizando indicadores é possível considerar as dinâmicas do desenvolvimento cultural, prever tensões que podem surgir resultantes de decisões tomadas no presente, e melhorar a capacidade de superar as conseqüências culturais decorrentes das mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Eles devem ser capazes também de estimar os efeitos do desenvolvimento cultural na vitalidade econômica e mobilidade social.³¹ (BOHNER, 1979, p. 6, tradução nossa)

³¹ “Describe: The indicators should be capable of giving an account of the overall characteristics of the cultural development of society as a whole, and identifying existing disparities. It should be possible to draw up a list of needs on the basis of the cultural behavior of the population.

Assim como os indicadores sociais, os indicadores culturais, dentre outros pontos, devem cumprir quatro características básicas: ser confiáveis; permitir comparações no tempo e no espaço, com vistas a avaliar as evoluções ocorridas; ser compatíveis com outros indicadores estrangeiros, possibilitando a comparação entre países e; ser compreendidos pelos especialistas, isso é, devem ser apresentados de maneira que sejam interpretados com facilidade (CARRASCO, 1999).

As comparações no tempo e no espaço são imprescindíveis para o acompanhamento das evoluções que ocorreram com o passar dos anos. Comparar o mesmo indicador, em um mesmo contexto social, ou seja, medir um mesmo fenômeno a partir do mesmo instrumento, em diferentes momentos da história, permite avaliar os impactos de determinada política e/ou ação. Para seguir o mesmo exemplo citado anteriormente, ao acompanhar a implantação de uma biblioteca num município ao longo do tempo, é possível avaliar se a existência desse equipamento cultural desencadeou ou não o aumento da capacidade de leitura de seus moradores.

No que diz respeito à cooperação internacional, alguns autores como Bohner, (1979), Bonet Agustí (2004), Carrasco (1999), Pfenniger (2004), Silva, L. (2007) destacam a importância de se promover tal ação, uma vez que a troca de experiências e metodologias sobre a produção de informações culturais permitiria que se estabelecesse indicadores comuns e comparáveis entre os países.

Entretanto a busca por indicadores comparáveis entre diferentes realidades não pode deixar de lado os indicadores locais, que fornecem informações específicas, próximas ao contexto que se pretende medir e avaliar. Além disso, a existência de

Compare: The indicators should help to classify cultural situations by type and indicate comparable features.

Explain: Some indicators concentrate on the signs of cultural development, others on the causes. If these phenomena can be identified, and even interrelated, it will be easier to understand the process of development and to decide which variables can be influenced in order to attain the targets set.

Forecast: It is possible, by using indicators, to take account of the dynamics cultural development, foresee tensions that may arise as a result of decisions taken at present, and improve the capacity for overcoming the cultural consequences of social, economic and technological changes and mutations. It is also necessary to be able to estimate the effects of cultural development on economic vitality or social mobility”.

um modelo global e completo de análise do setor cultural é algo de difícil alcance, uma vez que a dupla dimensão da cultura - material / imaterial, tangível / intangível, ideológica / econômica – impõe a necessidade de diversos modelos interpretativos, que respondem a enfoques disciplinares díspares.

Deve-se aprender a trabalhar com a informação assimétrica em um campo de atividade onde se mescla o mercantil com o não mercantil, o público com o privado, o industrial com o artesanal, o bem com o serviço, o tangível com o intangível, etc. Nenhuma análise permite por si só uma avaliação exata da realidade, e do impacto social e econômico sobre um território das distintas políticas culturais públicas e privadas existentes.³² (BONET AGUSTÍ, 2004, p. 8, tradução nossa)

Trata-se de propor um sistema de informações e indicadores culturais a serviço dos distintos objetivos propostos, o que possibilitará uma maior compreensão do setor em seus vários aspectos e dimensões.

Ao refletir sobre as características e limitações dos indicadores e estatísticas culturais existentes, Bonet Agustí (2004) afirma que a questão pode ser observada pelo lado de quem coleta os dados e elabora estatísticas e indicadores, e pelo lado de quem busca e utiliza a informação estatística disponível. Segundo o autor, os primeiros – produtores de informação – consistem em um grupo muito reduzido de funcionários e consultores privados, contratados por empresas e organizações. O outro lado – usuários de informação – é formado por um grupo mais amplo, mas de natureza e interesse diversos e, às vezes, contrários. São eles os agentes empresariais, os responsáveis públicos, os comunicadores sociais e os pesquisadores acadêmicos.

Todos eles, ávidos por informação, compartilham a necessidade de contar com dados mais ou menos válidos para disseminar opiniões, gerar políticas públicas, elaborar análises prudentes ou implantar estratégias de mercado que os ajudem a entender ou produzir a

³² “Uno debe aprender a trabajar con información asimétrica en un campo de actividad donde se mezcla lo mercantil con lo no mercantil, lo público con lo privado, lo industrial con lo artesanal, el bien con el servicio, lo tangible con lo intangible, etc. Ningún análisis permite por si solo una evaluación exacta de la realidad, y del impacto social y económico sobre un territorio de las distintas políticas culturales públicas y privadas existentes”.

escorregadiça realidade cultural.³³ (BONET AGUSTÍ, 2004, p. 2, tradução nossa)

No contexto cultural, verifica-se, segundo Bonet Agustí (2004), a escassez de informação estatística disponível, com limitadas séries temporais, pouco homogêneas de país a país, e com uma baixa capacidade de ajustar-se às novas necessidades informativas do mundo contemporâneo. Para o autor, os governos e suas instituições (institutos de estatística, bancos centrais, ministérios), com responsabilidade e fundos para produzir tais informações, tendem a privilegiar as grandes magnitudes econômicas e sociais, ou a produção de indicadores requeridos pelas instituições intergovernamentais.

2.2.2 – Etapas metodológicas para a construção de indicadores culturais

Conforme mencionado, a metodologia para criar indicadores deve começar por definir uma teoria base, pois “não é de se esperar que um indicador tenha sentido sem um marco conceitual claro”³⁴ (FUKUDA PARR, 2000, texto *on-line*, tradução nossa). A indefinição do termo cultura tem acompanhado, desde sempre, as discussões sobre estatísticas e indicadores culturais, como também o debate sobre políticas culturais, indústrias culturais, economia da cultura, e assim por diante.

Carrasco (1999) sugere quatro passos metodológicos principais para a construção de indicadores culturais: desenvolver e declarar uma proposta teórica; expressar formalmente as relações entre as diferentes variáveis de interesse cultural (hipóteses); detectar a existência de fontes estatísticas e; avaliar a validade das fontes estatísticas.

Silva, L. (2007, p. 6) também aponta algumas etapas metodológicas necessárias para a criação de indicadores, sendo elas:

³³ “Todos ellos, ávidos de información, comparten la necesidad de contar con datos más o menos válidos para propagar opiniones, generar políticas públicas, elaborar análisis sesudos o poner en marcha estrategias de mercado que le ayuden a entender o labrar la escurridiza realidad cultural”.

³⁴ “No es de esperar que un indicador tenga sentido sin un marco conceptual claro”.

a definição de um conceito de cultura; a delimitação do universo a ser avaliado; a formulação de um marco conceitual relativo ao tema específico; o estabelecimento de variáveis para dar conta de aspectos do fenômeno estudado; o desenvolvimento de instrumentos para obtenção das informações requeridas.

Taber (2005) propõe levantar as bases epistemológicas e teóricas que fundamentam o crescente interesse despertado no campo das políticas culturais, com o intuito de identificar os parâmetros “científicos”, para se medir as características da cultura de um determinado lugar. Para tanto, a autora recorre às dimensões artística, antropológica e sociológica para a construção de seu argumento. Ela defende a abordagem sociológica, na perspectiva de Pierre Bourdieu sobre campo cultural – um sistema de relações, constituído por agentes sociais diretamente vinculados à produção e aos aspectos simbólicos do consumo – para analisar as características específicas de cada subcampo do campo cultural: música, artes cênicas, literatura, meios de comunicação, patrimônio, indústria cultural, artes plásticas etc.

Na visão de Taber (2005), um projeto de investigação e gestão de políticas e indicadores culturais requer um estudo prévio e permanente, que dê sustento teórico às ações que se desenvolvam e interpretações resultantes. Um modelo teórico que dê conta do conceito de cultura e de campo cultural e, num sentido mais amplo, das relações entre economia e cultura, cultura e política, cultura e educação, cultura e sociedade.

Para avaliar, é necessário conhecer previamente o quê se quer analisar, em relação a quê, e com que critérios foram estabelecidos os planos de ação e as prioridades políticas e gerenciais.³⁵ Os indicadores devem partir de um bom conhecimento do objeto e do entorno que se pretende estudar, assim como as finalidades da intervenção pública ou privada na realidade cultural. Conforme exemplifica Bonet Agustí (2004), destinar recursos para levantar o número de usuários de uma biblioteca ou o número de empréstimos de livros, só faz sentido quando relacionado à orientação de uma determinada política pública de leitura. O indicador utilizado

³⁵ O processo de elaboração de políticas públicas e a utilização dos indicadores culturais como instrumentos de monitoramento e avaliação da política cultural serão abordados adiante, no capítulo 3.

para avaliar deve referir-se ao objetivo que se pretende medir. Em um sentido mais amplo, deve-se averiguar a qualidade do serviço ofertado, sua evolução histórica, sua situação quando comparada às bibliotecas do sistema e, em última instância, o sentido que pode ter para uma determinada comunidade dispor de uma biblioteca.

Porém, definir a prioridade dos indicadores culturais não é tarefa fácil. Percebe-se, nas pesquisas realizadas, a preferência em desenvolver instrumentos que possibilitam medir a importância econômica das indústrias culturais.

Até agora, a maioria dos indicadores são relacionados com a vitalidade cultural e especificamente com o nível alcançado em produção de bens culturais ou em participação das atividades culturais. Isto tem um efeito infeliz de dar maior importância ao ganho material das atividades criativas – a coisificação da cultura – e, portanto, de deixar em segundo plano a cultura como uma forma de viver claramente sustentada pelos valores e pelas instituições sociais.
³⁶ (FUKUDA PARR, 2000, texto *on-line*, tradução nossa)

Grande parte dos indicadores culturais, levantados até então, tem se centrado nos aspectos institucionalizados e comercializáveis da cultura. As análises têm tido como objetivo principal divulgar informações sobre a esfera cultural, a partir do saber econômico, relegando ao segundo plano a qualidade da informação e o conteúdo simbólico propagados pelas indústrias culturais, ou seja, os aspectos intangíveis da cultura.

Segundo Valarelli (1999), os aspectos tangíveis da realidade são os facilmente observáveis e aferíveis quantitativa ou qualitativamente. Já os aspectos intangíveis são aqueles sobre os quais só podemos captar parcial e indiretamente algumas manifestações, como, por exemplo, consciência social, auto-estima, valores, atitudes, estilos de comportamento, liderança, poder, cidadania. São dimensões complexas da realidade, processos não lineares ou progressivos. Demandam, portanto, “um conjunto de indicadores que apreendam algumas de suas manifestações indiretas, ‘cercando’ a complexidade do que pretendemos observar”.

³⁶ “Hasta ahora, la mayoría de los indicadores se han relacionado con la vitalidad cultural y especialmente con el nivel alcanzado en producción de bienes culturales o en participación en actividades culturales. Esto tiene el efecto desafortunado de dar mayor importancia a los logros materiales de las actividades creativas – la cosificación de la cultura – y, por tanto, de pasar por alto la cultura como una forma de vivir claramente sostenida por los valores y las instituciones sociales”.

Identifica-se então a necessidade de buscar novas formas de abordar o dado cultural, outras dimensões. Abordar o intangível, por meio de instrumentos de análises mais complexos, com enfoque social, antropológico e, sobretudo, cultural. A inexistência de um modelo teórico, que fundamente a discussão, tem dificultado a abordagem cultural dos indicadores culturais, ou seja, um enfoque para além dos indicadores econômicos e sociais das atividades culturais.

Em consonância com esse aspecto, acredita-se que a instrumentalização das informações culturais vem sendo cada vez mais corrente. O conjunto de indicadores concernidos até então, a leitura e apropriação dos dados, concebem o campo cultural como um verdadeiro setor econômico em si mesmo.

A indústria cultural e a economia do intangível, como também são chamadas as atividades do setor cultural relacionadas à economia, se converteram em fatores de influência considerável na economia e nas sociedades mundiais, origem de uma vasta mutação dos cenários culturais e simbólicos. Nesse sentido, a tendência é adotar critérios que supervalorizam a dimensão instrumental da cultura, ou seja, priorizam-se o viés econômico e as dimensões que se referem à indústria cultural.

2.2.3 – UNESCO: proposta de uma abordagem internacional comparativa

A UNESCO foi fundada em 1945, no período da segunda Guerra Mundial, com o intuito de promover a paz e os direitos humanos no mundo. A agência especializada das Nações Unidas atua, especificamente, nas áreas de educação, ciências sociais e naturais, comunicação, informação e cultura, e funciona como um “laboratório de idéias e como uma agência de padronização para formar acordos universais nos assuntos éticos emergentes”. Dentre outras atividades, a Organização se caracteriza como uma agência com função de disseminar e compartilhar informação e conhecimento, colaborando com os Estados Membros “na construção de suas

capacidades humanas e institucionais em diversos campos”.³⁷ Suas ações são justificadas pela promoção da cooperação internacional.

A UNESCO possui forte influência no estabelecimento de agendas mundiais, que orientam as ações de vários países e, conseqüentemente, a adoção de políticas públicas. No campo da cultura, ocorre o mesmo, o órgão desenvolve importantes atividades e programas voltados à salvaguarda do patrimônio cultural mundial, à proteção e ao estímulo da diversidade cultural e às relações entre cultura e desenvolvimento.

Nesse último ponto, destacam-se os trabalhos da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, convocada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, que resultaram na publicação do relatório denominado *Nossa Diversidade Criadora*, em 1995. O documento possui como característica principal os estudos que aproximam a relação entre cultura e desenvolvimento, como mencionado anteriormente. Trata-se de uma proposta de avançar para além da visão meramente instrumental do desenvolvimento e reconhecer o papel construtivo da cultura.

No âmbito da discussão sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, a UNESCO lançou, como foi citado no início do capítulo, em 1998, o primeiro *Informe Mundial sobre la Cultura*, que apresentou indicadores culturais de desenvolvimento³⁸ de diversos países membros.

Segundo Carrasco (1999), a UNESCO desenvolve categorias culturais, que orientam a investigação, tais como: patrimônio cultural; material impresso e literatura; música; artes cênicas; artes visuais; cinema; rádio e televisão; atividades socioculturais; esportes e jogos; natureza e meio ambiente. O autor aponta cinco funções culturais, que indicam o tipo de atividade considerada dentro de cada uma das categorias supramencionadas: criação / produção; transmissão / difusão; recepção / consumo; conservação e; participação. O QUADRO 1, desenvolvido com base em informações sobre artes plásticas, exemplifica um dos aspectos da abordagem proposta pela UNESCO.

³⁷ Disponível em: <http://www.unesco.org.br>. Acesso em: 24 nov. 2006.

³⁸ Ver ANEXO 1, lista de indicadores culturais apresentados pela UNESCO, em seu primeiro *Informe Mundial sobre la Cultura*.

QUADRO 1

Proposta de indicadores culturais baseada nas categorias da UNESCO

Categoria: Artes Plásticas		
Função	Levantamento de dados	
	Estatísticos	Indicadores
Criação	Nº de artistas: - segundo idade e sexo.	- Porcentagem de artistas sobre o total da população ativa. - Porcentagem de artistas jovens sobre o total de artistas. - Porcentagem dos artistas que vivem de sua obra com relação ao total de artistas.
	Nº de obras produzidas.	- Parte que representam as obras de arte na produção global do país.
Difusão	Nº de museus: - segundo titularidade - segundo tipologia - segundo nº de empregados - segundo fundos	- Nº total de museus por 100.000 hab. - Porcentagem de museus de arte com relação ao total de museus.
	Montante de vendas de objetos ligados às coleções.	- Montante de vendas de objetos ligados às coleções.
	Nº de galerias de arte: - segundo cifra de negócios	- Nº de galerias de arte por 100.000 hab.
	Nº de exposições de arte: - segundo tipo de exposição - segundo duração	- Nº de exposições por 100.000 hab.
	Nº de obras de arte vendidas.	- Porcentagem de obras vendidas pelo artista.
	Nº de livros de artes editados.	- Porcentagem de livros de arte editados em respeito ao total de livros editados.
Consumo	Visitantes dos museus.	- Nº médio anual de visitas aos museus por hab. - Porcentagem da população que realizou ao menos uma visita em 12 meses. - Gasto médio anual por família em visitas a museus.
	Visitantes das exposições.	- Nº médio anual de visitas a exposições por hab. - Porcentagem da população que visitou ao menos uma exposição.
	Gastos da população em obras de arte originais.	- Gasto médio anual em obras originais.

Fonte: Informações adaptadas a partir da proposta de indicadores culturais de Isabel Serrano (1995 apud Carrasco, 1999, p. 11), "La cultura y su dimensión económica".

A partir de dados estatísticos básicos, constroem-se indicadores capazes de medir e analisar o acesso dos diferentes grupos sociais aos bens e serviços culturais, como um dos componentes de bem-estar. O acesso é interpretado na perspectiva da oferta e da demanda cultural, isso é, uma análise que demonstre as possibilidades culturais (indicadores de oferta) e o consumo, por meio de indicadores de demanda cultural. As noções de oferta e demanda de bens culturais evidenciam a ênfase na visão econômica para o tratamento dos dados. Mesmo quando as atividades culturais a serem medidas e avaliadas não estão notadamente voltadas para a questão econômica, o tratamento e, conseqüentemente, a sua apropriação deixa transparecer o predomínio da linguagem do mercado sobre os valores simbólicos, redefinindo o que se entende por cultura e o seu lugar na sociedade. Como se instituições públicas culturais deixassem de prestar serviços socioculturais para tornarem-se atividades autofinanciáveis e lucrativas (CANCLINI, 2005). O exemplo demonstra a importância do papel desempenhado pela UNESCO, uma vez que a série de indicadores culturais, desenvolvida pelo estudo de Serrano (1995 *apud* CARRASCO, 1999), parte da delimitação do campo cultural segundo a classificação criada pela Organização.

A despeito da validade e utilidade dos indicadores sugeridos pelo órgão, um conjunto de questões é levantado por Goldstone (1998), que evidencia a dificuldade de se pensar a proposta da UNESCO de um índice único de desenvolvimento cultural. Segundo o autor (tradução nossa), “este índice não medirá nada mais que os resultados culturais dos países ricos: quanto mais rico é um país ‘mais cultura’ parece ter, com algumas exceções inevitáveis”.³⁹ Outra questão diz respeito à incapacidade de um único índice exemplificar a multiformidade da cultura e conseguir fomentar a diversidade cultural.

Não obstante, Goldstone (1998) chama a atenção para o que consideramos ser o mais relevante na questão dos indicadores culturais:

Ao decidir que aspectos quantitativos da cultura se devem ressaltar e como devem apresentar-se, surge imediatamente um problema: parece, em efeito, que é na produção e consumo de bens culturais que

³⁹ “(...) dicho indice no mediría más que los resultados culturales de los países ricos: cuanto más rico es un país “mas cultura” parece tener, con alguna excepciones inevitables”.

possuem um preço no mercado onde se dispõe do maior número de indicadores, igualmente se constata que, quanto mais rico é um país, mais bens culturais produz e consome. Não somente existem mais dados para os países avançados, como estes apresentam melhores resultados na produção e no consumo de bens culturais, através dos mecanismos do mercado.⁴⁰ (GOLDSTONE, 1998, *on-line*, tradução nossa)

A visão de Silva, L. (2007, p. 177) é a mesma, na medida em que a autora afirma que as tabelas estatísticas e os indicadores culturais do primeiro *Informe* “(...) limitam-se a captar produtos e serviços institucionalizados e comercializados, deixando de lado grande parte das criações de quem não participa do mercado ou não pertence às instituições formais”.

Os indicadores propostos pela UNESCO apresentam os aspectos da cultura que são facilmente mensuráveis, com intuito de estabelecer uma padronização das informações sobre o setor cultural, com medidas comuns e comparáveis entre diferentes países. Surgem então idéias imbricadas de uma visão notadamente econômica, como Produto Interno Bruto Cultural e Índice de Desenvolvimento Cultural, à luz de uma análise do “mercado cultural”. São poucos os instrumentos que se concentram nos valores e direitos humanos, por exemplo.

Dois anos depois, a UNESCO publica o segundo *Informe Mundial sobre la Cultura 2000-2001*, com foco direcionado às questões sobre diversidade cultural, conflito e pluralismo, em uma época em que a discussão sobre identidade e expressões culturais está em voga, decorrente do processo de globalização exacerbado.

No que se refere às estatísticas e aos indicadores culturais, foram incorporadas seis novas tabelas sobre áreas multiculturais, não contempladas no *Informe* de 1998. As tabelas novas, acrescidas à categoria “práticas culturais e patrimônio cultural”, dizem respeito a idiomas dominantes, religiões dominantes, festas nacionais, festas populares e religiosas, lugares culturais mais visitados e lugares naturais mais

⁴⁰ “Al decidir que aspectos cuantitativos de la cultura se deben resaltar y como deben presentarse, surge inmediatamente un problema: parece, en efecto, que es en la producción y consumo de bienes culturales que tienen un precio en el mercado donde se dispone de mayor número de indicadores, igualmente se constata que, cuanto más rico es un país, más bienes culturales produce y consume. No solamente existen más datos para los países avanzados, sino que estos presentan mejores resultados en la producción y consumo de bienes culturales, a través de los mecanismos del mercado”.

visitados – informações baseadas nas respostas recebidas dos Estados Membros ao questionário especial enviado pela UNESCO. O objetivo é oferecer uma imagem da cultura mundial mais ampla e profunda do que foi realizado até então.

Nesse aspecto, além das novas tabelas supramencionadas, as informações cobrem as categorias: atividades e tendências culturais (periódicos, bibliotecas, rádio/TV, cinema e vídeos, música gravada); ratificação de convenções internacionais (UNESCO e OIT); tendências do comércio e das comunicações culturais (turismo, comunicação, intercâmbio de bens culturais, novas tecnologias da comunicação); traduções (autores mais traduzidos, traduções e livros em idiomas estrangeiros, traduções por idioma de origem); e outros indicadores pertinentes, como educação, ensino superior no exterior, capital humano, demografia e saúde, economia, previdência social e meio ambiente, incluídos na categoria denominada contexto cultural.

A seguir apresenta-se um quadro síntese (QUADRO 2) das exposições conceituais dos principais autores/instituição destacados pelo estudo, bem como as etapas metodológicas seguidas por cada um. O objetivo é evidenciar as diferentes abordagens dadas aos indicadores culturais, a partir de sua definição conceitual, da metodologia adotada para a sua composição, do tipo de produto que se pretende alcançar, das repercussões e desdobramentos de seu uso e da identidade do conceito (social, econômico ou híbrido).

Demonstra-se, portanto, no QUADRO 2, a construção do indicador de um modo geral, tendo como foco o indicador social e o indicador econômico. Pretende-se tornar evidentes as variações no nível do discurso, uma vez que, em alguns momentos, o social é abordado por meio da leitura econômica e vice-versa. Acredita-se que o indicador cultural, apresentado pelos autores sintetizados no QUADRO, não privilegiou o olhar exclusivamente cultural, pois, em sua maioria, embora o indicador venha estruturado com palavras e expressões que abordem o discurso cultural, ele privilegia a abordagem social, quando não a abordagem econômica.

QUADRO 2

Sistematização das abordagens dos indicadores culturais

(Continua)

Autor/ Instituição	Data	Definição / concepção	Metodologia	Produto	Repercussões / desdobramentos	Identidade do conceito
Bohner	1979	Informação para tomada de decisão, uma resposta a uma questão. Instrumento responsável por medir a evolução dos resultados.	<ul style="list-style-type: none"> • Definir os objetivos a serem atingidos; • Elaborar instrumentos para análise do setor com as funções de: descrever, comparar, explicar e prever; • Identificar as necessidades da população (dados quantitativos e aplicação de questionários). 	Desenvolvimento cultural (qualidade de vida e bem-estar).	Informar a tomada de decisão e as políticas culturais. Cooperação internacional.	Social.*
UNESCO	1998/ 2000	Instrumento capaz de medir a contribuição da cultura para o desenvolvimento do bem-estar humano.	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o conceito de cultura, de desenvolvimento e de bem-estar; • Definir os objetivos a serem atingidos; • Criar categorias para a análise dos dados. 	PIB Cultural IDC** (econômico e social / bem-estar)	Informar políticas culturais e o mercado cultural. Cooperação internacional.	Econômico.
Carrasco	1999	Informação de síntese, um barômetro.	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitar o conceito de cultura; • Desenvolver uma proposta teórica; • Expressar as relações entre as diferentes variáveis de interesse cultural (hipóteses); • Detectar existência de fontes estatísticas; • Avaliar a validade das fontes. 	Desenvolvimento cultural (econômico e social).	Informar políticas culturais e o usuário. Cooperação internacional.	Social.

* É importante destacar que a dimensão social do indicador, em alguns momentos, vem revestida de uma base economicista, privilegiando os aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico da cultura.

** IDC – Índice de Desenvolvimento Cultural.

(Continua)

Autor/ Instituição	Data	Definição / concepção	Metodologia	Produto	Repercussões / desdobramentos	Identidade do conceito
Fukuda Parr	2000	Informação para avaliar, uma ferramenta de diálogo político.	<ul style="list-style-type: none"> • Definir a teoria base, o marco conceitual; • Delimitar a realidade que se pretende medir; • Definir as dimensões chaves. 	Desenvolvimento cultural (qualidade de vida e bem-estar / IDH).	Informar políticas culturais. Investigar e analisar o setor.	Social.
Jannuzzi***	2003	Medida dotada de significado social, usada para operacionalizar um conceito social abstrato. Informa algo sobre um aspecto da realidade social.	<ul style="list-style-type: none"> • Definir os modelos explicativos da teoria social; • Definir a evidência empírica dos fenômenos sociais observados; • Estabelecer a ligação entre os dois pontos. 	IDH (qualidade de vida e bem-estar).	Monitorar as condições de vida e bem-estar da população.	Social.
Bonet Agustí	2004	Instrumento de avaliação de políticas públicas.	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitar a realidade cultural que se pretende analisar; • Conhecer o objeto; • Levantar e organizar dados disponíveis; • Delimitar as variáveis de interpretação por meio do modelo teórico pré-definido; • Cruzar as variáveis com os objetivos; • Definir as estratégias de ação de acordo com as orientações políticas. 	—	Informar políticas culturais. Cooperação internacional. Compreender o setor e avaliá-lo.	Social.

*** Embora Jannuzzi (2003) evidencie a importância das informações no campo da cultura, sua abordagem gira em torno, prioritariamente, da estruturação do indicador social.

(Conclusão)

Autor/ Instituição	Data	Definição / concepção	Metodologia	Produto	Repercussões / desdobramentos	Identidade do conceito
Pfenniger	2004	Estatística processada com o fim de dispor de informação específica. Ferramenta desenhada a partir de dados que dão sentido e facilitam a compreensão da informação.	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitar o que se entende por cultura; • Elaborar a classificação das atividades culturais; • Analisar as estatísticas e os dados básicos; • Captar o conceito de cultura por meio desses dados. 	Desenvolvimento cultural (econômico e social).	Informar políticas culturais.	Híbrido.****
Taber	2005	Signo que remete a um âmbito preciso. Informação de síntese. Ferramenta de diálogo.	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar as bases epistemológicas e teóricas (dimensões artística, antropológica e sociológica), que fundamentam a pesquisa em cultura; • Identificar os parâmetros “científicos” para se medir as características da cultura.***** 	Desenvolvimento cultural (econômico e social).	Informar políticas culturais.	Híbrido.
Silva, L.	2007	Informação sintética que serve de referência para a compreensão de diferentes fenômenos.	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o conceito de cultura; • Delimitar o universo a ser avaliado; • Formular o marco conceitual relativo ao tema específico; • Estabelecer as variáveis para dar conta de aspectos do fenômeno estudado; • Desenvolver os instrumentos para obtenção das informações requeridas. 	Desenvolvimento cultural (qualidade de vida / IDH).	Informar políticas culturais (diagnóstico e planejamento).	Social.

**** A dimensão híbrida refere-se à abordagem tanto social quanto econômica do indicador.

***** A autora cita as etapas metodológicas desenvolvidas por Carrasco (1999).

2.3 – Sistema público de informação e indicadores culturais

Os indicadores transformaram-se em um dos instrumentos centrais da análise de políticas, programas e projetos. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre as implicações das escolhas que são feitas para a construção das estatísticas e indicadores culturais, uma vez que o indicador está relacionado a uma ação humana estratégica, trata-se da ferramenta utilizada para atuar na realidade.

O indicador é um veículo entre a realidade e a estratégia, em que se revela o que se pretende mostrar e se oculta o que não se quer mostrar, uma correlação de forças. Não pode ser compreendido em si mesmo, ele vai ser apreendido em meio ao sistema de relações que o constituem e que permitem que ele seja utilizado.

Assim, o sistema de indicadores consiste em um conjunto de indicadores, que se referem a um determinado aspecto da realidade social ou área de intervenção programática. Ou seja, faz-se necessário um sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para descrever e caracterizar um fenômeno social.

Segundo Carley (1985, p. 52)

a expressão 'sistemas de indicadores sociais' pode ser entendida, de modo geral, como um grupo de indicadores sociais organizados em torno das partes que compõem o sistema social. É usada de maneira diferente, mas costuma significar o exame de várias das diversas partes ou áreas que compõem o bem-estar individual ou social.

Para Zapf (1975, *apud* CARLEY, 1985), sistemas de indicadores sociais são todas as tentativas de operacionalizar e medir os componentes de uma concepção multidimensional do bem-estar. O autor sugere quatro eixos de problemas que devem, em certa medida, ser abordados: a definição de bem-estar, a determinação da estrutura do sistema em bases teóricas ou práticas, a seleção e operacionalização dos indicadores e o processo real de mensuração.

As instituições multilaterais, como UNESCO, OCDE, OIT, OMS, entre outras, podem ser consideradas sistemas de indicadores especializados em eixos temáticos de

acordo com o interesse de cada organização. Funcionam com uma estrutura e uma fundamentação lógica integrais. Especificamente para a área da cultura, foi abordada acima a importante atuação da UNESCO. A Instituição desenvolve diretrizes e conceitos centrais, que orientam os governos-membros na preparação de indicadores culturais.

Segundo Valarelli (1999), um sistema de indicadores é sempre resultado do processo de diálogo e negociação entre os diferentes sujeitos envolvidos. A correlação de forças estará sempre presente, uma vez que cada organização possui valores próprios, tendo assim uma leitura específica dos problemas sociais, de suas causas e possíveis soluções, atribuindo para si uma missão ou papel na resolução desses problemas.

De acordo com Bonet Agustí (2004), a realidade que pretendem descrever os distintos sistemas estatísticos não é estática, e sim dinâmica, justamente, em função da relação de forças entre os diferentes agentes que intervêm no setor. Conforme mencionado no tópico anterior, as estatísticas e seus sistemas de indicadores não são algo neutro ou alheio ao processo evolutivo. Assim, as informações dependem, em grande parte, dos modelos interpretativos de uso. O diagnóstico resultante será utilizado para alcançar os objetivos estratégicos, que cada um dos atores em cena considere conveniente para construir a realidade cultural que defende.

Bonet Agustí (2004) aponta que poucos profissionais e instituições compartilham uma idéia clara do que deveria ser um sistema de indicadores culturais, pois esse depende não só da própria realidade como também do tipo de diagnóstico que se queira realizar. “(...), a maioria dos sistemas de informação tende a estar a serviço dos agentes mais poderosos ou dominantes, pois estes conseguem impor a coletividade, de forma mais ou menos explícita ou direta, sua própria agenda de prioridades”.⁴¹ (BONET AGUSTÍ, 2004, p. 6, tradução nossa).

⁴¹ “(...), la mayoría de sistemas de información tienden a estar al servicio de los agentes más poderosos o dominantes, pues estos consiguen imponer a la colectividad, de forma más o menos explícita o directa, su propia agenda de prioridades”.

Os fenômenos sociais e culturais são complexos e multidimensionais, sendo, portanto, de difícil apreensão, o que exige um número abrangente de indicadores para refletir a realidade que se pretende apreender. Mas quantos indicadores são necessários para fornecer uma base confiável de informação para o monitoramento e a avaliação? Quais características deve ter um sistema de indicadores culturais?

Ao analisar o contexto dos indicadores sociais, Valarelli (1999) afirma que a idéia de se estabelecer indicadores para o monitoramento e avaliação de resultados de projetos sociais vem ganhando força entre dirigentes e técnicos dos vários tipos de organizações do terceiro setor. Estimar os impactos das ações sociais do terceiro setor na sociedade coloca em voga o debate sobre a construção de um sistema de indicadores de resultados.

Segundo Valarelli (1999), um bom sistema é coerente com a visão e com a concepção que as organizações envolvidas têm sobre os objetivos centrais e as dimensões que um projeto deve considerar. Resulta de uma negociação transparente e não impositiva, considera as particularidades do contexto e a complexidade dos fatores, sendo desenvolvido a partir de um bom conhecimento da realidade na qual se vai intervir. Contudo não possui a pretensão de dar conta da totalidade do fenômeno, tem como característica principal indicadores bem definidos, precisos e representativos dos aspectos centrais da estratégia do projeto. É simples, capaz de ser compreendido por todos, e não apenas por especialistas, sem ser simplista. É viável do ponto de vista operacional e financeiro e fornece informações relevantes e em quantidade que permite a análise e a tomada de decisão.

Nesse aspecto, o bom sistema de indicadores combina, de modo adequado à natureza do projeto, indicadores relativos à eficiência, eficácia e efetividade. A eficiência diz respeito à boa utilização dos recursos, tanto financeiros e materiais quanto humanos, em relação às atividades e resultados atingidos – utilizar produtivamente os recursos. A eficácia refere-se à qualidade daquilo que produz o efeito que se espera, ou seja, observa se as ações do projeto permitiram alcançar os resultados previstos – a capacidade de realizar os objetivos. E por fim, a efetividade examina em que medida os resultados do projeto, em termos de benefício ou

mudanças, foram incorporados à realidade da população atingida – realizar a coisa certa para transformar a situação existente (VALARELLI, 1999).

A construção de bons indicadores, capazes de abordar a complexidade da cultura, será o resultado do estabelecimento de direções e metas, por meio de um processo decisório, no qual estejam envolvidos os diferentes atores sociais implicados ou interessados no setor cultural (SILVA, R., 2007). Ao partimos do pressuposto de que o indicador é uma construção social, nada mais evidente que as variáveis e o conjunto de indicadores selecionados para o estabelecimento de um sistema sejam definidos de maneira participativa, com a opinião de diversos atores sociais envolvidos.

Segundo Jesinghaus⁴² (1999 *apud* VAN BELLEN, 2002), existem duas abordagens dominantes na seleção dos indicadores: a *top-down* e a *bottom-up*. Na primeira, o sistema de indicadores é definido pelos especialistas e pesquisadores. A maioria dos esforços internacionais para a definição de indicadores privilegia esse método. Segundo o autor, a vantagem é que essa abordagem fornece uma aproximação cientificamente mais homogênea. Por outro lado, o sistema não tem contato direto com as prioridades das comunidades.

Já na abordagem *bottom-up*, os temas de mensuração e os conjuntos de indicadores “são selecionados a partir de um processo participativo que se inicia com a opinião dos diversos atores sociais envolvidos, como líderes, tomadores de decisão, comunidade, e finaliza com a consulta de especialistas” (JESINGHAUS, 1999 *apud* VAN BELLEN, 2002, p. 38). A vantagem principal é que a comunidade realmente adota o projeto e estabelece suas prioridades reais.

Na opinião de Jesinghaus (1999 *apud* VAN BELLEN, 2002, p. 39), a situação ideal é “aquela em que a comunidade seleciona as questões prioritárias num processo participativo, envolvendo vários atores, e incorpora estas questões num sistema desenvolvido por especialistas”.

⁴² O autor aborda em sua obra a construção de indicadores de sustentabilidade, mas que em nosso entendimento pode ser aplicado aos indicadores culturais. JESINGHAUS, J. *Indicators for Decision Making*. European Commission, JRC/ISIS/MIA, TP 361, 1-21020 Ispra (VA), Draft, 1999.

No contexto do Brasil, a metodologia adotada para a seleção dos indicadores que comporiam o Sistema de Informações e Indicadores Culturais não privilegiou a perspectiva da construção social da informação. A definição das bases de dados do IBGE, que seriam utilizadas, bem como o conjunto de indicadores, foi estabelecida por especialistas e pesquisadores da Instituição, com a colaboração de técnicos do Ministério da Cultura e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Os segmentos da sociedade, que são representados nesses indicadores, não participaram da discussão e definição das prioridades, provavelmente, devido ao caráter governamental da ação.

Conforme mencionado, em 2004, o Ministério da Cultura assinou o Acordo de Cooperação Técnica com o IBGE, na tentativa de suprimir a lacuna de informações relacionadas à cultura no país. O IBGE é o órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, responsável pela produção de estatísticas oficiais. Subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Instituição representa hoje o principal provedor de dados e informações do Brasil.

Assim, a parceria tinha por objetivos:

- organizar e sistematizar informações relacionadas ao setor cultural a partir das pesquisas existentes na Instituição,
- formular uma estratégia para construção de um conjunto articulado de estatísticas e indicadores culturais,
- propor o desenvolvimento de linhas de pesquisa para suprir as lacunas existentes na produção de estatísticas nacionais e,
- a longo prazo, expandir a capacidade específica de análise para esse setor com a construção de uma conta satélite para medir o peso da cultura no produto interno bruto nacional. (LINS, 2006, p. 2)

A concepção de cultura que orientou o estudo está relacionada às atividades econômicas geradoras de bens e serviços, tomando como referência inicial a definição da UNESCO sobre as atividades culturais relacionadas:

à criação, produção, e comercialização de conteúdos, que são intangíveis e culturais em sua natureza. Estes conteúdos estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São indústrias em trabalho e conhecimento e que estimulam

a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização (INFORME..., 2004, p. 498 *apud* IBGE, 2007, p. 11).

Assim, com o intuito de privilegiar a dimensão socioeconômica e garantir a comparabilidade, tanto nacional quanto internacional, o estudo concentrou-se na Classificação Nacional de Atividades Econômicas 1.0 – CNAE/IBGE, definida pelo Conselho Nacional de Atividades Econômicas, que relaciona as atividades econômicas desenvolvidas no país. A partir dessa relação, foram destacadas as atividades econômicas que, de alguma maneira, se referem à cultura (OLIVEIRA, L., 2003). O autor cita como exemplo as atividades de emissão e impressão de jornais, revistas, livros; de reprodução de materiais gravados, discos, fitas; de máquinas e equipamentos eletrônicos de informática, que podem ser relacionadas com variáveis como número de empresas, empregos, empregados, trabalhadores e massa salarial.

A CNAE consiste em um instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica⁴³, que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação – CONCLA.⁴⁴ A Classificação é desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification – ISIC*⁴⁵, Revisão 3, aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, e recomendada como instrumento de harmonização das informações econômicas em âmbito internacional. Tida como a identidade econômica das unidades produtivas (indústria, comércio e serviços) estabelecidas no país, a CNAE imprime consistência às informações que subsidiam as decisões da administração pública.

A análise do IBGE baseou-se também nas informações do *1º Diagnóstico da área cultural de Belo Horizonte*, nas publicações da Fundação João Pinheiro (CEHC), em textos produzidos por técnicos do Ministério da Cultura e nas pesquisas desenvolvidas pelo próprio IBGE. Quanto à literatura internacional, a equipe fez a

⁴³ Disponível em: < www.cnae.ibge.gov.br > Acesso em: 10 fev. 2008.

⁴⁴ CONCLA é um órgão colegiado do Ministério do Planejamento e Orçamento, com finalidade de definir e normatizar o uso de classificações padronizadas por sistema estatístico e por registros de cadastros da administração pública. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/>> Acesso em: 10 fev. 2008.

⁴⁵ Equivalente em espanhol à *Clasificación Industrial Internacional Uniforme (CIU)*.

leitura das informações produzidas sobre o setor cultural em Anuários Estatísticos da França, Espanha, Estados Unidos, Nova Zelândia, Japão, Canadá, Chile, Argentina e México, em textos desenvolvidos no Departamento de Estudos e da Prospectiva (DEP) do Ministério da Cultura da França e nas diretrizes e publicações da UNESCO (LINS, 2006).

A partir de então, o IBGE procurou identificar, nas pesquisas já realizadas pela Instituição, as que tratam, direta ou indiretamente, de aspectos que podem ser relacionados à cultura.

Realizado esse levantamento, sob a coordenação da área de População e Indicadores Sociais, com a participação das Coordenações das Estatísticas Econômicas, de Contas Nacionais, Índices de Preços, Serviços e Comércio, Indústria, Trabalho e Rendimento, e a Gerência do Cadastro Central de Empresas, o IBGE iniciou as discussões sobre a sistematização, produção e conceituação das estatísticas e indicadores culturais (LINS, 2006).

No final de 2006, foi lançado o primeiro resultado oficial do convênio, o *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003*, que buscou mapear o campo das atividades culturais no país, levantando informações estatísticas sobre a produção (oferta) de bens e serviços culturais, sobre os gastos do governo (demanda), a posse de alguns bens duráveis relacionados à cultura (demanda) e, o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais. Em 2007, foi publicada a segunda versão do estudo, repetindo os dados de 2003, e inserindo novos dados relativos aos anos de 2004 e 2005.

As informações sobre a oferta de bens e serviços foram obtidas nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e nas pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Industrial Anual – Empresa – PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio – PAC, e Pesquisa Anual de Serviços – PAS). Já para os gastos das famílias e do governo, foram utilizadas a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e as Estatísticas das Administrações Públicas (APU), respectivamente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi utilizada como fonte de informação

sobre as características das ocupações e atividades culturais realizadas pelos brasileiros (IBGE, SIIC, 2003).

O ponto de partida e o instrumento principal para a reflexão sobre o setor cultural foi a CNAE, versão 1.0. Assim, o setor cultural foi delimitado a partir das atividades econômicas de natureza industrial, comercial e de serviços, que tinham relação com a cultura. Subseqüentemente, os dados das pesquisas, citadas acima, foram organizados de acordo com as atividades delimitadas a partir da CNAE.

O conjunto de atividades contidas na CNAE 1.0 foi dividido em duas abordagens. Na primeira abordagem, consideram-se as atividades econômicas de natureza industrial, comercial e serviços diretamente relacionadas à cultura, ou seja, as características que são típicas da cultura, tradicionalmente ligadas às artes. Foram excluídas, nesse caso, as atividades econômicas estritamente relacionadas ao turismo, esporte, meio ambiente e religião, que compreendem atividades culturais em alguns países. Nesse campo, estão incluídas as atividades de edição de livros, rádios, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico (IBGE, SIIC, 2007).

Na segunda abordagem, foram consideradas as atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura, ou seja, as atividades que agregam, em uma mesma classificação, as consideradas propriamente culturais e outras não vinculadas exclusivamente ao setor. Por exemplo, as atividades de “comércio atacadista de artigos de escritório e papelaria; livros, jornais e outras publicações”, que compreendem as atividades diretamente relacionadas à cultura, e as atividades que desenvolvem processos similares de produção, mas que estão indiretamente relacionadas ao setor cultural, como artefatos de papel, papelão, artigos de escritório, cadernos, entre outros. O QUADRO 3 demonstra a forma como foi organizado o segundo grupo:

QUADRO 3

Atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura

Classe de atividades	Notas explicativas	
	Atividades indiretamente relacionadas à cultura	
Descrição	Culturais	Não-culturais
Comércio atacadista de artigos de escritório e papelaria; livros, jornais e outras publicações	livros, jornais, revistas, publicações, periódicos etc.	artefatos de papel, de papelaria, artigos de escritório, de papelaria, escolares, cadernos, etiquetas de papel etc.
Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, parte e peças	computadores, microcomputadores, telefones, equipamentos para comunicação, <i>softwares</i> , programas informáticos etc.	peças e acessórios para computadores, peças e equipamentos de informática, teclados, <i>toner</i> , cartucho de tinta para impressora, secretária eletrônica etc.
Telecomunicações	transmissão de sons, imagens, dados, serviços de telefonia fixa e telefonia móvel, provedores de acesso à Internet e correio eletrônico etc.	manutenção operacional das redes de telecomunicações, serviços de rastreamento por satélites, telemetria e estações de radar, <i>pager</i> , serviços de radiochamadas marítimos e aeronáuticos etc.
Processamento de dados	processamento de dados completo, digitalização de textos e imagens, hospedagem de páginas e de <i>sites</i> , etc.	serviços de CPD, gestão e operação de equipamentos de processamento de dados
Atividades de bancos de dados e distribuição <i>on-line</i> de conteúdo eletrônico	criação de banco de dados, distribuição <i>on-line</i> de conteúdo, portais de busca na Internet, páginas (<i>sites</i>) de busca, de jogos e de entretenimentos na Internet etc.	edição <i>on-line</i> de cadastros e malas diretas, armazenamento de dados, edição <i>on-line</i> de bancos de dados etc.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações.

A classificação das atividades econômicas culturais, realizadas pelas empresas investigadas pelas pesquisas nas áreas de indústria, comércio e serviços do IBGE, a partir da CNAE, serviu de base para delimitar o âmbito das fontes de informação que ajudam a identificar a demanda (gastos das famílias na aquisição de produtos culturais e os gastos do governo nos três níveis federativos).

A análise do Cadastro Central das Empresas (CEMPRE) demonstra o crescimento do setor da cultura e sua significativa capacidade de geração de emprego e renda. Foi registrado um aumento no número de empresas que atuam na produção cultural brasileira - 19,4%, - durante o período de 2003 a 2005, crescimento superior ao número total de empresas do país, que atingiu o acréscimo de 9,3% no mesmo período. Além disso, os dados demonstram que as pessoas assalariadas, ocupadas nas atividades culturais, possuem remuneração média mensal mais elevada do que o total de pessoas ocupadas nas empresas formalmente constituídas, cerca de 47,64% superior. A pesquisa registrou também um aumento de 14,2% no número de pessoas ocupadas no setor cultural no mesmo período, bem como o crescimento de 12,2% no número de sócios e proprietários (IBGE, SIIC, 2007).

Além dos indicadores culturais, em termos de salário médio, a participação das atividades culturais na economia foi analisada com base em variáveis como: pessoal ocupado, número de empresas, receita, custos, valor adicionado, valor bruto da produção, custo das operações industriais, consumo intermediário e valor da transformação industrial.

As dificuldades de se extrair informações, para a área da cultura, das bases de dados existentes no IBGE, são apontadas pelo Chefe do Departamento de População e Indicadores Sociais:

Podemos até obter algumas informações a partir do Censo Demográfico, da PNAD ou da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, mas, na realidade, elas não bastariam para construir um sistema de dados para a área da cultura. São indicadores, quesitos e informações básicas que constam de várias pesquisas do IBGE, voltadas para outras temáticas, nas quais não houve nenhuma preocupação em definir ou conceituar a cultura. (OLIVEIRA, L., 2003, p. 191)

Ou seja, as pesquisas utilizadas não foram montadas para atender essa demanda, as estatísticas não foram produzidas com o intuito de levantar informações para a área da cultura, nem para se criar indicadores culturais. Nesse aspecto, atividades indiretamente relacionadas ao setor cultural, como, por exemplo, a telefonia⁴⁶, acabam por inflar os números da cultura.

As informações coletadas são quantitativas e dão conta de aspectos tangíveis da realidade cultural. Muitos dos dados utilizados são objetivos e referem-se a temas como financiamento da cultura, economia da cultura, gastos familiares com bens e serviços culturais, ou ainda dados relacionados à indústria cultural, que envolvem informações sobre a produção e consumo pelo público. Na descrição dos ramos de serviços culturais, por exemplo, a especificação das atividades é notadamente voltada para a indústria cultural: consultoria em *software*, publicidade e atividades fotográficas, cinematográficas e de vídeo, de rádio, televisão, agências de notícias, telecomunicações, processamento e atividades de banco de dados e distribuição de conteúdo eletrônico, dentre outros (IBGE, SIIC, 2007).

Com relação às despesas das famílias brasileiras, foram tabulados os gastos com bens duráveis. Os produtos registrados, como relacionados ao setor cultural, novamente, correspondem às atividades da indústria cultural, sendo eles: televisão em cores, televisão em preto e branco, conjunto de som acoplado, gravador e toca-fitas, rádio de mesa, rádio portátil e toca-discos de agulha, microcomputador, videocassete, antena parabólica e toca-discos a laser, e DVD. O estudo demonstra a importância da televisão em cores no país, sendo que mais de 92% das famílias pesquisadas possuem o aparelho. As famílias dão prioridade aos gastos voltados para a aquisição de eletrodomésticos ligados à atividade cultural, sendo que as despesas com atividades de cultura, lazer e festas (cinema, teatro e *show*, *boite*, danceteria, discoteca, aniversários e casamento) são menores (IBGE, SIIC, 2007). A aquisição de eletrodomésticos revela a importância das práticas domiciliares e o peso da cultura privada no Brasil.

⁴⁶ A telefonia foi um dos itens inseridos no levantamento de dados dos gastos das famílias brasileiras com cultura. Com a inclusão da telefonia, a cultura aparece em quarto lugar na prioridade dos gastos, perdendo para as despesas com habitação, alimentação e transporte. Ao retirar os gastos com a telefonia, a cultura passa a ocupar a sexta posição nas despesas, abaixo também das despesas com saúde e vestuário.

O aspecto socioeconômico da análise trouxe informações sobre escolaridade, gênero, cor ou raça. Pessoas com maior nível de escolaridade consomem mais cultura; o número de homens empregados no setor cultural é maior do que o de mulheres; os homens gastam mais que as mulheres com a aquisição de eletrodomésticos, brinquedos e jogos, festa, instrumentos e acessórios musicais, enquanto as mulheres gastam mais com acesso à internet, cinema, teatro e *show*, *boate*, danceteria e discoteca, e telefonia (SILVA, L.; OLIVEIRA, L., 2007, p. 15); a quantidade de trabalhadores brancos empregados na cultura é maior, ou seja, a participação de trabalhadores negros e pardos no setor cultural é inferior à sua proporção na população ocupada.

Por fim, a pesquisa abordou também dados sobre os gastos públicos no setor cultural, evidenciando o baixo orçamento destinado à cultura, bem como o essencial papel dos municípios, que representam 47,2% da participação do governo no total dos gastos.

Um desafio que se coloca para qualquer centro de estudo é como lidar com os aspectos intangíveis relacionados à cultura, envolvendo valores, motivações, interesses, ampliação de repertório das pessoas envolvidas. Esses dados são de difícil obtenção, embora sejam fundamentais para o alargamento do entendimento do processo cultural.

a definição de cultura adotada no estudo do IBGE está relacionada com as atividades econômicas geradoras de bens e serviços e com a mensuração dos produtos ofertados e consumidos. Tal viés econômico limita a ampla esfera da cultura e deixa de contemplar questões tais como a prática cultural dos indivíduos, de que forma se apropriam da cultura, como utilizam os equipamentos culturais, qual a relação entre capital cultural e consumo cultural, a pluralidade da cultura, entre outras. (SILVA, L.; OLIVEIRA, L., 2007, p. 12)

As pesquisas contam com base de dados, que são fundamentalmente baseados nos aspectos econômicos. Os procedimentos metodológicos adotados têm tradicionalmente privilegiado a dimensão mercantil das atividades culturais, deixando a abordagem propriamente social em segundo plano. Nesse contexto, é possível pensar em indicador cultural desvinculado das noções econômicas e sociais? Como mediar a cultura pela cultura? Na visão de Silva, R. (2007), parece que “a grande

atenção que vem merecendo a construção de estatísticas e indicadores culturais decorre, sobretudo, da percepção de que esta se figura como um novo 'nicho' a ser explorado em relações mercantis”.

As pesquisadoras do Observatório do Itaú Cultural chegam a afirmar que

Apesar da importância do estudo do IBGE como primeira tentativa de formulação de um sistema nacional relativo ao setor cultural, e a despeito de denominar-se Sistema de Informações e Indicadores Culturais, não chega à proposição de indicadores culturais, operando apenas com uma sistematização das informações passíveis de compor o setor cultural, dentro de critérios estipulados pelo IBGE. (SILVA, L.; OLIVEIRA, L., 2007, p. 18)

Segundo as autoras, o IBGE não vai além da sistematização de informações, que são incapazes de descrever a realidade multicultural brasileira. O setor cultural necessita de uma pesquisa específica para a área, o que permitirá a compreensão da cultura não só em sua relação com a economia, mas em relação a diferentes eixos, que evidenciem sua realidade intrinsecamente dinâmica e complexa e forneça subsídios para formulação de políticas públicas (SILVA, L.; OLIVEIRA, L., 2007).

Outro estudo de relevância, realizado pelo IBGE, diz respeito à MUNIC, que, por meio de um suplemento de cultura, incorporado no questionário da pesquisa, conseguiu sistematizar estatísticas voltadas mais diretamente para a cultura, com informações sobre a gestão das atividades culturais nos municípios brasileiros.

O objetivo do questionário era investigar os dados relativos ao órgão gestor de cultura nos municípios; as condições de infra-estrutura utilizadas para o cumprimento dessa função; as características dos recursos humanos da cultura na prefeitura; os instrumentos de gestão utilizados; a legislação específica; a existência e características do Fundo Municipal de Cultura; os recursos financeiros; a existência de Fundação Municipal de Cultura; as ações, projetos e atividades desenvolvidas; as atividades artísticas e artesanais, nas suas mais diversas manifestações (apoiadas ou não pelo poder local); assim como levantamento dos meios de comunicação e equipamentos culturais.

Em sua maioria, os atuais parâmetros adotados na construção do indicador cultural são tomados como econômicos, e não propriamente social e cultural, uma vez que os dados sistematizados revelam e privilegiam os números que descrevem o setor: riqueza produzida, números de empregos diretos e indiretos, o perfil desses empregados, consumo de bens e serviços culturais; ao invés de privilegiar, na mesma medida, os números que explicam o setor como: estudos de tendências do consumidor de produtos e serviços culturais, da frequência aos espaços culturais, preferências, perfil do praticante de atividades e cursos.

Acredita-se que a visão puramente econômica pode trazer conseqüências importantes, já que aquilo que é definido como medida pode influenciar fortemente o que está sendo medido. É possível que o campo passe a valorizar mais o que vem sendo abordado pelos indicadores, deixando, em segundo plano, por exemplo, os aspectos intangíveis da cultura.

Os estudos voltados para o setor cultural têm privilegiado temáticas específicas, inscritas nas políticas culturais, financiamento cultural, indústria cultural, dentre outros. Os olhares recentes sobre a cultura estão mais especificamente relacionados à economia da cultura. Percebe-se que pouca atenção tem sido despendida às questões mais teóricas e conceituais. Na revisão de literatura realizada, foram encontrados poucos estudos preocupados com a teorização e definição conceitual de indicadores culturais. É evidente que não se pretende construir uma definição estática e rigorosa de indicadores culturais, no entanto acredita-se que a delimitação de conceitos auxilia nas ações, e tal esforço emerge como essencial para a constituição de uma temática de estudos voltados para a elaboração de indicadores culturais.

Nesse sentido, apresenta-se o conceito de indicador cultural, que leva em conta a noção de informação social, desenvolvida neste capítulo, e que, inevitavelmente, retoma alguns elementos desenvolvidos por autores do referencial teórico utilizado.

A noção de indicador, desenvolvida por Machado (2007), nos é relevante na medida em que a autora afirma que um indicador não é um dado, mas sua evolução no tempo e no espaço. O indicador cultural expressa relações entre dados, informações, objetivos e um determinado contexto. Estão sempre relacionados a um

contexto específico, portadores de vasto conteúdo informacional, são dotados de significado, ou seja, de valor contextual (JANNUZZI, 2003). Em detrimento disso, o indicador cultural atribui sentido e facilita a compreensão da informação (VAN BELLEN, 2004). Trata-se de uma operacionalização de conceitos abstratos, uma vez que traduz em variáveis a teoria que se pretende mensurar, ponto central para a geração de sistemas de informação que pretendem descrever a realidade. Nesse aspecto, o indicador cultural é uma das aproximações possíveis da realidade, uma vez que descreve o fenômeno a ser avaliado sob determinado ponto de vista, ou seja, o indicador cultural é fruto de uma construção social, uma informação apropriada socialmente, resultado da interação entre indivíduos de uma coletividade.

Recupera-se a noção de Fukuda Parr (2000), que afirma que os indicadores são ferramentas de diálogo político, portanto devem conter informação que sirva para avaliar e não para meramente descrever. A autora também aborda a noção de vitalidade cultural, quando critica o modo como os indicadores culturais vêm sendo elaborados até então. A análise do impacto cultural implica na estimativa do valor da cultura, não apenas econômico, mas, principalmente, estético, histórico, científico e social. É premente a necessidade de se expandir o foco da análise a fim de avaliar o verdadeiro potencial da cultura. É preciso abandonar a noção de que o que não pode ser mensurado quantitativamente não conta ou até mesmo não existe.

CAPÍTULO 3 - GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA: INDICADOR CULTURAL E MONITORAMENTO

“Reconocer que la función de los indicadores es estimular el diálogo político es muy importante para la creación de indicadores culturales”

Sakiko Fukuda Parr⁴⁷

Abordar a relação entre Estado e cultura implica, necessariamente, em identificar as discussões teóricas e políticas que orientam a gestão pública do setor. Concomitantemente, se faz imprescindível demonstrar, do ponto de vista de uma perspectiva histórica, a forma como essa relação se estabeleceu na sociedade. Para tanto, são desenvolvidas a seguir considerações sobre o universo da cultura tal como se apresenta em relação a uma política pública.

Acredita-se que conhecer as contingências do processo de elaboração de políticas públicas pode ser útil para se estabelecer alguns dos parâmetros de determinação de indicadores, isso é, entender a lógica do modo de produção das decisões políticas, seu *modus operandi*, pode facilitar a compreensão dos elementos utilizados para a construção dos indicadores e os objetivos a serem atingidos com tais instrumentos de medida e avaliação.

Nesse sentido, este capítulo aborda conceitos de política pública e política cultural, no intuito de compreender o processo de elaboração de políticas voltadas para o setor cultural. As políticas públicas envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais, e as respostas do Estado para essas questões podem atender às demandas de uns em detrimento de outros.

O processo de elaboração de políticas públicas envolve diferentes estágios. Na visão de Jannuzzi (2005, p. 148), as etapas são compostas de: a elaboração do

⁴⁷ “Reconhecer que a função dos indicadores é estimular o diálogo político é muito importante para a criação de indicadores culturais” (FUKUDA PARR, 2000, texto *on-line*, tradução nossa). Diretora da Oficina do Informe sobre o Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Estados Unidos).

diagnóstico com indicadores que permitem “retratar” a realidade social; a formulação de programas e seleção de alternativas, por meio de indicadores que orientem a tomada de decisão; a implementação e execução, por meio de indicadores que permitem compreender o processo de implementação de programas formulados e a eficiência e; por fim, a avaliação, com indicadores que permitem “revelar” a eficácia e a efetividade social dos programas. O autor apresenta uma proposta de cronograma de atividades, relacionado aos indicadores sociais, contudo acredita-se que o mesmo processo possa ser seguido para a cultura.

Tendo em vista a exposição acima, é possível perceber a importância dos indicadores para o monitoramento de políticas públicas. O monitoramento pode ser entendido como um processo de acompanhamento das ações, por intermédio de informações fornecidas por instrumentos técnicos. Trata-se de um método ou um procedimento de avaliação e controle, que visa à identificação de falhas, erros ou desvios no processo, seja durante a elaboração e o planejamento, seja na fase de execução. Pretende-se, por meio do monitoramento, observar o desenvolvimento e a evolução dos fatos, com vistas a indicar equívocos ou necessidades de mudanças.

Assim, os instrumentos de avaliação e de medida podem possibilitar o acompanhamento das atividades, uma espécie de verificação administrativa, em que o percurso pode ser readequado ou reformulado, em vista de novas interferências ou necessidades. Nesse aspecto, os indicadores diminuem a imprecisão e a ambigüidade, comuns nas tomadas de decisão política.

Além disso, a produção e a disseminação de informações sobre o setor ampliam o controle social e fornecem subsídios para a formulação de propostas voltadas para o bem público e coletivo. Os indicadores constituem instrumentos capazes de fortalecer a intervenção dos atores organizados da sociedade civil, em busca do cumprimento da agenda de direitos e monitoramento das ações do governo.

Considerando o monitoramento de política pública, se faz necessário estabelecer os parâmetros que compõem um indicador cultural para a sua avaliação. Assim, apresentado o marco conceitual, passe-se à discussão de uma proposta de estruturação de um conjunto de parâmetros que fundamentam a composição do

indicador cultural. Acredita-se que esses critérios possam nortear também as ações de elaboração de um sistema público de informação e indicadores culturais, voltado para o processo de formulação e avaliação de políticas e programas.

Uma avaliação das ações de políticas públicas de cultura, desenvolvidas pelo governo Luís Inácio Lula da Silva e Gilberto Passos Gil Moreira, implica, necessariamente, em um retorno aos principais momentos da história da institucionalização do setor no Brasil. Esse recorte histórico se faz necessário para a compreensão do modo como a questão é abordada na sociedade contemporânea. Percebe-se que o momento atual está diretamente relacionado à sua trajetória.

3.1 – A Política cultural como política pública: as relações entre Estado e cultura

No intuito de situar o tema proposto – indicador cultural para o monitoramento de políticas públicas de cultura – entende-se ser conveniente identificar as noções de política e política pública de cultura, caras a esta pesquisa. O retorno ao conceito de política não se dá de maneira exaustiva, mas sim como preâmbulo.

Assim, compreende-se, em conformidade com Rua (1998), que vivemos em uma sociedade complexa e de diferenciação social. Seus sujeitos possuem atributos diferenciados, como idade, sexo, religião, renda, dentre outros, como também idéias, valores, interesses. Essas diferenças, comuns à nossa realidade, devem ser mantidas dentro de limites administráveis, e a política é o meio para se alcançar este fim.

Para Silva, V. (2005, p. 26), política é “concebida de modo estrito, como esfera de confrontação entre indivíduos e grupos de indivíduos que se organizam com o objetivo de impor projetos que prefiram nos processos decisórios que resultarão em leis e planos de governo”.

De acordo com Souza (2006), as últimas décadas apresentam um ressurgimento da importância do campo de conhecimento, denominado como políticas públicas. Um

dos fatores responsáveis pelo aumento da visibilidade da área, segundo a autora, diz respeito à substituição das políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. A adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e a diminuição do papel do Estado na economia e nas políticas sociais são alguns dos pilares da nova política de ajuste fiscal.

Sabe-se que, assim como vários outros conceitos do campo do saber, não existe uma definição consensual sobre o que seja política pública. Souza (2006, p. 24) recorre a autores que apresentam abordagens diversas. Mead (1995)⁴⁸ define política pública como um campo de “estudo que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. Outro autor, Lynn (1980)⁴⁹ entende política pública “como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Já para Peters (1986)⁵⁰ política pública é composta pela “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Dye (1984)⁵¹ argumenta que política pública consiste no “que o governo escolhe fazer ou não fazer”. E, por fim, o mais conhecido, segundo a autora, Laswell (1936-1958)⁵², que defende a idéia, segundo a qual “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Para Souza (2006), todas essas definições guiam nosso olhar para os governos, sendo que os debates em torno das políticas públicas implicam em responder à questão sobre o espaço que cabe ao governo na sua definição e implementação. A autora resume política pública como

(...) o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que

⁴⁸ MEAD, L. M. *Public Policy: Vision, Potential, Limits*. Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

⁴⁹ LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

⁵⁰ PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

⁵¹ DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

⁵² LASWELL, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

Nesse ponto, vale ressaltar a importância da intervenção do Estado na sociedade, não apenas como regulamentador, mas como ator, como uma estrutura atuante e propositiva.

Em seguida, Souza (2006, p. 26) destaca que

políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

A exposição da autora vai ao encontro do interesse da pesquisa de analisar um dos desdobramentos da política pública de cultura: a proposta de desenvolvimento de bases de dados e sistemas de informação para o setor. O papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas é um dos pontos desenvolvidos por Souza (2006), que reconhece sua autonomia relativa, com espaço próprio de atuação. Contudo a autora concorda que a atuação do Estado é suscetível de influências tanto internas quanto externas. Segmentos, como grupos de interesse e movimentos sociais, acabam por interferir nos processos de decisão, e fenômenos como a globalização e a diminuição das atribuições dos governos, segundo ela, não chegaram a inibir a capacidade das instituições governamentais de governar, entretanto tornaram a atividade mais complexa.

Nesse aspecto, cabe ressaltar que a formulação e a implementação de políticas públicas não são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos. O mundo do governo e o mundo da administração pública não estão separados do mundo da política, portanto sofrem influências constantes na sua atuação. Assim, políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores, envolvem mais de uma decisão e requerem diversas ações estratégicas para a implementação das decisões tomadas (RUA, 1998).

Política pública planeja e implementa algo que é público em detrimento do privado, expressa a conversão de decisões e ações que afetam a todos. E aqui tomamos como público a idéia de Coelho (2000, p. 134): “espaço que favorece a constituição do *nós comum*, da comunidade”.

Assim, entende-se por política pública o conjunto de ações voltadas para a administração da vida coletiva e a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público. Normalmente, a política pública está integrada em um conjunto de políticas governamentais e constitui uma contribuição setorial à busca do bem-estar coletivo. A execução de suas ações é financiada por recursos provenientes do orçamento público ou negociados por autoridades públicas.

A natureza do Estado e a sua relação com a sociedade civil estão em processo de transformação. Como mencionado, a adoção de políticas públicas, que visam à redução do déficit fiscal do governo e ao enxugamento das burocracias estatais, reforçam a tendência à privatização de empresas e serviços públicos. A implementação de estratégias de desregulamentação, tanto pode trazer benefícios, com o alargamento dos espaços de co-gestão democrática das políticas governamentais, quanto pode ser prejudicial, na medida em que são adotados modelos gerenciais inspirados no setor privado. Nesse último caso, políticas públicas seriam “publicizadas”, ou seja, receberiam a concessão do Estado para serem executadas por organismos privados, sem que fiquem claros os mecanismos de controle dessas atividades por parte da sociedade e instituições públicas.

Ao abordar a necessidade de informação para subsidiar políticas públicas de cultura, é imprescindível expor, primeiro, o surgimento do conceito de política cultural e seus principais fundamentos.

3.1.1 – Política cultural

A cultura vem recebendo atenção cada vez maior por parte do Estado, desde o período imediatamente posterior ao pós-guerra (BARBALHO, 2005). Acredita-se que a criação da ONU, em 1945, e as políticas de convenções internacionais, que

surgiram com a missão de fortalecer laços de cooperação internacional e intercâmbio, a fim de evitar novos conflitos, influenciaram fortemente o movimento dos países em despendere interesses à educação, à cultura, à ciência e à comunicação. Conseqüentemente, as políticas culturais recebem maior apreciação por meio de ações efetivas de organização e institucionalização. Registra-se, a partir de então, a implementação de fóruns específicos, e a atenção da UNESCO às discussões sobre o tema.

Contudo, apesar dos fóruns relacionados à temática, de acordo com Barbalho (2005, p. 35), “são raros os trabalhos que definem o que seja política cultural”, portanto toma-se como referência o quadro conceitual elaborado por Teixeira Coelho, no *Dicionário crítico de política cultural*.

(...) a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais das populações e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (COELHO, 2004, p. 293)

As motivações para uma política cultural são a difusão cultural e as respostas às demandas sociais, segundo reivindicações apresentadas. Entretanto, independente das motivações ou de sua legitimação⁵³, Coelho (2004) afirma que todos os modos de se constituir a política cultural têm enfrentado transformações significativas, advindas do processo de globalização. Para o autor, as “políticas globalizantes” tendem a não proteger a produção cultural nacional e, por conseqüência, acabam permitindo a inserção da produção internacional ou supranacional, por intermédio da abolição das fronteiras – isenção ou redução de impostos.

Não que as políticas devam ser exclusivamente de cunho nacionalista, contudo acredita-se que a ausência de parâmetros estruturantes, de políticas e indicadores

⁵³ O autor entende por legitimação os termos nos quais foram formulados a política cultural em questão. Ou seja, diz respeito ao paradigma da lógica do bem-estar social; ou da procura de um sentido orientador da dinâmica social; ou da necessidade de obter um enquadramento ideológico, construção nacional; ou da necessidade de uma prática comunicacional entre a instituição formuladora da política e seus cidadãos.

culturais claros e objetivos, fundamentados no interesse público e coletivo, acaba por suprimir a política de proteção da produção nacional.

A visão de Canclini (2001) propõe a ampliação da maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais, em detrimento da configuração transnacional dos processos simbólicos e materiais da sociedade contemporânea. Para o autor, as políticas não podem se preocupar apenas com questões nacionais em um tempo em que “(...) as maiores intervenções na cultura e nos fluxos de comunicações mais influentes, ou seja, as indústrias culturais, atravessam fronteiras, nos agrupam e conectam em forma globalizada, ou ao menos por regiões geoculturais ou lingüísticas”⁵⁴ (CANCLINI, 2001, p. 65, tradução nossa).

Além do foco transnacional apontado por Canclini, a existência plena de uma política cultural de Estado depende da presença e combinação de quatro circuitos básicos de intervenção: políticas relativas ao mercado cultural e à atuação da iniciativa privada no campo da cultura; políticas relativas à cultura alheia ao mercado; políticas relativas aos usos da cultura, que visam à criação de condições para que os sujeitos desfrutem dos modos culturais à sua disposição e; por fim, políticas relativas às instâncias institucionais de organização dos circuitos culturais, voltadas para a organização administrativa da cultura (COELHO, 2004).

As principais características da sociedade contemporânea, traçadas no primeiro capítulo da dissertação, vão refletir de modo incisivo também na organização das políticas culturais. Diante desse cenário, na tentativa de dar consistência a uma definição conceitual, Rubim (2006, p. 9) esboça um modelo analítico, que circunscreve o espaço de abrangência das políticas culturais na atualidade. Segundo o autor, algumas dimensões de análise devem ser contempladas como inerentes às políticas culturais. A definição e determinação da noção de política acionada é um dos primeiros pontos destacados, pois é preciso elucidar as diferentes modalidades de políticas, que podem estar incorporadas às políticas culturais. Em seguida, a definição do conceito de cultura imanente, que vai incidir

⁵⁴ “(...) las mayores inversiones en cultura y los flujos comunicacionales más influyentes, o sea las industrias culturales, atraviesan fronteras, nos agrupan y conectan en forma globalizada, o al menos por regiones geoculturales o lingüísticas”.

diretamente na amplitude desta política e nas conexões a serem realizadas, questão já ressaltada em outros momentos da dissertação.

Outro ponto abordado por Rubim (2006) refere-se à identificação do conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas, que são traduzidas em programas, projetos, planos. Essas formulações e ações são baseadas em objetivos e metas que se pretende alcançar, nos quais é possível identificar as concepções de mundo que orientam às políticas.

Conforme mencionado no tópico anterior deste capítulo, a atuação do Estado tem sofrido influências tanto internas quanto externas. Assim, outra dimensão de análise desenvolvida por Rubim (2006) consiste na delimitação e caracterização dos atores envolvidos, uma vez que as políticas culturais são o resultado da complexa interação entre agências estatais e não-estatais. No caso de atores não-estatais, destaca-se o mercado e a sociedade civil, por meio das entidades associativas e organizações não-governamentais, que têm realizado intervenções significativas no campo da cultura. E ainda, a existência de governos nacionais, subnacionais (províncias e municípios), supranacionais, organismos multilaterais, sistemas das Nações Unidas e uniões de países é uma realidade presente no ciclo de formulação e implementação de políticas.

Rubim (2006) destaca ainda a elucidação dos públicos pretendidos e seus critérios de formatação, e quais as modalidades de fruição e de consumo previstas e inscritas nas políticas culturais. Toda política, para ser implementada, depende de recursos, portanto, para o autor, um conhecimento aprofundado dos instrumentos, meios e recursos acionados (humanos, legais, materiais, financeiros) vai ser imprescindível às análises de políticas culturais.

A configuração didática do sistema cultural é composta por diversos momentos: 1. Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5. Fruição, consumo e públicos; 6. Conservação e preservação; 7. Organização, legislação, gestão, produção da cultura. A maneira de articulá-los trará marcas diferenciadas às políticas culturais, sendo a delimitação e o estudo dos

momentos acionados do sistema cultural de extrema relevância para a compreensão da política cultural (RUBIM, 2006).

Devido ao caráter de transversalidade da cultura, a identificação e a análise das interfaces pretendidas e acionadas permitirão compreender as diferentes esferas sociais perpassadas pela cultura, inclusive áreas afins como educação e comunicação. Por fim, o último ponto desenvolvido por Rubim (2006) consiste na combinação complexa de todos os elementos, ou seja, a sistematicidade existente, uma vez que os itens analíticos não se apresentam isoladamente. Trata-se de uma proposta de modelo teórico-analítico, que, segundo o autor, seja capaz de possibilitar um maior rigor nos estudos da cultura e, principalmente, das políticas culturais.

De acordo com o abordado anteriormente, um dos desdobramentos da política pública consiste em desenvolver bases de dados e sistemas de informação. Para Botelho (2001, p. 79), “políticas eficazes implicam estratégias que supõem o conhecimento que, por sua vez, requer outras formas de ação, agora no plano da pesquisa, em que o esforço dos poderes públicos é insubstituível”. A autora refere-se então à necessidade de se elaborar e desenvolver pesquisas que irão permitir conhecer melhor a realidade cultural do país, por meio do levantamento de informações e dados estatísticos pertinentes para tal. A ausência de pesquisas, informações e indicadores culturais dificulta o monitoramento da política e, inclusive, a sua própria gestão.

3.2 – Política cultural no Brasil: breve histórico

O quadro das últimas décadas sinaliza a entrada definitiva da produção cultural no mercado e na economia, e evidencia a discussão da cultura relacionada a processos de afirmação da cidadania, inclusão social, geração de emprego e desenvolvimento social. Em vista desses aspectos, as políticas culturais vêm recebendo maior atenção do que o verificado em tempos passados de sua história.

No caso do Brasil, especificamente, é possível realizar um rápido mapeamento das ações do Estado no campo da cultura e dos principais momentos das políticas públicas do setor. A história das políticas culturais brasileiras é marcada por uma série de expressões como autoritarismo, caráter tardio, desatenção, paradoxos, impasses, desafios e, principalmente, descontinuidade (RUBIM, 2007).

As primeiras instituições culturais no país surgiram com a vinda de D. João VI e a corte portuguesa. Esse período foi caracterizado pela idéia positivista do século XIX, em que o Brasil precisava ser “civilizado”, sendo a cultura imbricada à civilização e educação. Assim, o conceito de cultura da época influenciou a criação de instituições como bibliotecas, escolas de belas artes, museus, arquivos, instituições culturais. Cria-se então a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, entre outras instituições de semelhante grandeza e importância (SIMIS, 2007). Entretanto, apesar da criação de estruturas importantes, esse período foi marcado por um completo desprezo pelas demais atividades culturais presentes em solo brasileiro, por meio da perseguição das culturas indígenas e africanas e, ainda, controles rigorosos, como a proibição da instalação de imprensas, censura de livros, interdição ao desenvolvimento da educação e, sobretudo, universidades. Segundo Rubim (2008), a independência brasileira não alterou substancialmente esse panorama. A República também continuou a tradição de ausência do Império.

Assim, de acordo com Rubim (2007), não é possível falar de uma política cultural nacional até os anos 30, o que evidencia o caráter tardio do processo. O governo Vargas (1930-1945) inaugurou a atuação sistemática do Estado na cultura, um período de estruturação formal da área e elaboração do que se pode chamar de políticas culturais governamentais. O autor destaca dois eventos históricos que impulsionaram o setor: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, abrangendo a área da cultura e que passou a receber maior atenção com o ministro Gustavo Capanema (1934-1945).

Ainda que a experiência tenha se dado no âmbito do município, a presença de Mário de Andrade na cena política paulistana influenciou fortemente a política nacional

voltada para a cultura. Pela primeira vez na história, formulou-se uma política cultural no sentido público e não apenas voltada para as elites.

A proposta do escritor de ampliação do conceito de cultura trouxe inovações para a intervenção estatal sistemática, antes fundamentada exclusivamente nas belas artes. A partir de então, passou-se a abranger diferentes áreas do setor cultural (como, por exemplo, a cultura popular) e outros estratos da sociedade. Mário de Andrade instigou o governo a pensar a cultura como algo “tão vital como pão”, evidenciando seu caráter primordial na sociedade. No que se refere ao patrimônio, valorizou não apenas a sua materialidade, mas seus aspectos imateriais e de igual relevância. O olhar para o país e não apenas para o Estado de São Paulo pode ser comprovado pelas duas missões etnográficas patrocinadas com o intuito de pesquisar o norte e o nordeste do Brasil.

Conforme apontado, a trajetória do ministro Capanema ocorreu quase que simultaneamente a de Mário de Andrade. Na implantação da ditadura do Estado Novo em 1937, o ministro acolheu vários intelectuais e artistas⁵⁵, que trabalharam no sentido de sistematizar a cultura e ampliar a presença do Estado no campo. Assim, nesse período, destaca-se a criação de instituições⁵⁶ voltadas para setores em que o poder público ainda não atuava, como a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, voltada para a preservação do patrimônio material. O SPHAN merece destaque por ter se tornado uma instituição importante para a política cultural de preservação do patrimônio brasileiro até final da década de 60 (RUBIM, 2007).

O momento seguinte, a partir de 1945 até o ano de 1964, apesar do desenvolvimento da cultura brasileira em quase todas as áreas, o mesmo não ocorre nas políticas culturais. O período democrático não foi caracterizado por uma maior intervenção do Estado, e a literatura não aponta grandes avanços políticos para a

⁵⁵ Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari e Oscar Niemeyer, para citar alguns.

⁵⁶ A Superintendência de Educação Musical e Artística, o Instituto Nacional de Cinema Educativo e o Serviço de Radiodifusão Educativa, em 1936; o Serviço Nacional do Teatro e o Instituto Nacional do Livro, em 1937, além do SPHAN, já citado no corpo do texto e; o Conselho Nacional de Cultura, em 1938.

cultura, ainda que a separação do Ministério da Educação e Saúde para Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura (MEC) tenha acontecido em 1953.

Durante o golpe militar, em 1964, novamente autoritarismo e repressão vão estar associados às políticas culturais ativas. A história revela o que parece ser uma imensa contradição: o período marcado pela censura e pela violência impostas foi também uma época de intensa produção e difusão cultural, tanto por parte do Estado quanto por parte da sociedade.

Na perspectiva do Estado, a política cultural relacionava-se estrategicamente com uma política mais ampla, que o governo procurava implementar com forte mensagem ideológica. Eram valorizados o nacionalismo, a brasilidade, o caráter mestiço do povo brasileiro. Vale ressaltar que a história registra que o primeiro Plano Nacional de Cultura foi esboçado em 1975, em pleno período de ditadura.

Para Rubim (2008, p. 187),

Por certo tal atuação visava instrumentalizar a cultura; domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários; buscar sua utilização como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para conformação de um imaginário de nacionalidade.

O imaginário de nacionalidade era alimentado por canções de amor à Pátria, temas musicais das propagandas oficiais, desfiles de “7 de Setembro” e a obrigatoriedade de disciplinas como a Educação Moral e Cívica nas escolas.

Por outro lado, possivelmente em resposta a tanta imposição, a sociedade também fez uso da cultura como reivindicação política. Compositores, músicos, intérpretes escreviam e cantavam canções de protesto. Chico Buarque, Elis Regina, o movimento Tropicalismo, com Caetano Veloso e Gilberto Gil, a contracultura, a jovem guarda, a efervescência do *rock'n'roll* são manifestações culturais expressivas do momento. No cinema e no teatro também é possível perceber tal inquietude, registrada na criatividade de seus artistas, como Cacá Diegues, Glauber Rocha, os grupos de teatro Oficina e Arena. Uma fase luminosa da cultura brasileira.

Em meio a torturas, censuras, exílios e assassinatos, o Estado realizou uma intervenção potente no campo cultural, inaugurando um intenso processo de renovação da ação pública. Foram criados novas legislações culturais e inúmeros organismos voltados para o campo, como, por exemplo, o Conselho Federal de Cultura (1966), o Instituto Nacional de Cinema (1966), a Empresa Brasileira de Filme (EMBRASILFILME), em 1969, a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), em 1975, dentre outros. Ao mesmo tempo, ocorre um forte investimento no desenvolvimento das indústrias culturais do país e da cultura midiaticizada, sem qualquer interação com as políticas públicas de cultura do Estado.

Apesar dos percalços, o longo período do regime militar (1964-1985) registrou momentos importantes. Um deles, já mencionado, a criação da FUNARTE, e o outro, que merece destaque, são as ações de Aloísio Magalhães. Mesmo diante da sua curta atuação⁵⁷ à frente da Secretaria de Cultura do MEC (1981-1982), ele introduziu na política a concepção antropológica de cultura, estabelecendo novos parâmetros de atuação para o setor. Anteriormente à sua passagem como secretário, o intelectual contribuiu para a criação ou renovação de instituições como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1979, o SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória, em 1979. Nessas instituições, Aloísio Magalhães desenvolveu a noção de bens culturais e alargou a atenção do governo para o saber popular e o artesanato, renovando antigas concepções de patrimônio vigentes no país (RUBIM, 2007; BOTELHO, 2007).

Após 20 anos de ditadura militar, em 1985, o Ministério da Cultura é implantado com base nos argumentos de que o governo federal deveria assumir seu papel na coordenação da política cultural nacional. Como previsto por muitos, as verbas foram destinadas para o Ministério da Educação, e a cultura passa por um longo período de retração e instabilidade.

⁵⁷ Aloísio Magalhães sofreu um violento derrame cerebral logo após um pronunciamento em Veneza, vindo a falecer em seguida.

Desse momento em diante, um elemento que vai alterar significativamente a estrutura de financiamento do setor no país é a lei de incentivo à cultura. Por intermédio da renúncia fiscal, a lei beneficia projetos artístico-culturais nas várias vertentes ou eixos de atuação. O interessado em propor um projeto cultural inscreve sua proposta na lei para aprovação do governo. Havendo a aprovação, o proponente segue em busca de patrocínio na iniciativa privada, que poderá disponibilizar recurso para o projeto, deduzindo-o de seu imposto devido.

Em 1986, foi criada a Lei Sarney, que desde a sua implantação levantou controvérsias sobre a real contribuição para o desenvolvimento cultural. A Lei Sarney financiava as atividades culturais por meio da concessão de incentivos fiscais aos contribuintes do Imposto de Renda. Na época, não era exigida aprovação prévia de projetos culturais, bastando somente o cadastramento como “entidade cultural”, junto ao Ministério da Cultura, das pessoas físicas ou jurídicas interessadas no uso do incentivo. O sistema era extremamente liberal e sem fiscalização, o que acabava favorecendo aos abusos. E ainda, a Lei não distinguia os segmentos culturais que, de fato, precisavam de incentivo e acabava por contemplar projetos culturais sem caráter público.

Poucos anos depois, em 1990, a Lei foi revogada com o Plano Collor, e a estrutura federal, no campo da cultura, foi radicalmente alterada, colocando em evidência, mais uma vez, a instabilidade da área cultural. O Governo Collor substituiu o Ministério pela Secretaria de Cultura, sob a supervisão da Presidência da República. Vários projetos foram interrompidos, desmontando trabalhos que vinham sendo desenvolvidos há mais de uma década, extinguindo também instituições longamente formadas. Um movimento contrário, cuja ação governamental na área da cultura foi completamente devastadora.

Revogada a Lei Sarney, em 1991, foi criada a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro 1991), mais conhecida como Lei Rouanet. A diferença em relação à lei anterior foi a sua formalidade, com a criação de mecanismos de fiscalização mais rígidos. A Lei Rouanet passou a ser um modelo de implementação de política pública cultural nas instâncias estaduais e municipais. Assim, embora os

estados e municípios tenham hoje dispositivos legais específicos, as políticas deles decorrentes são bastante semelhantes na forma ao estabelecido na lei federal.

Em 1992, o governo Itamar criou o Ministério da Cultura novamente. Contudo, ao longo da gestão do Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), o governo federal diminuiu o nível dos investimentos públicos na área da cultura, repassando para a iniciativa privada a responsabilidade de decisão sobre os rumos da produção cultural. Acontece uma retração do Estado em quase todas as áreas.

No governo de Fernando Henrique Cardoso e seu ministro Francisco Weffort, o *slogan* predominante afirmava que a cultura é antes de tudo “um bom negócio”⁵⁸, por meio da cartilha editada pelo Ministério da Cultura. A política cultural do período da gestão de FHC é caracterizada, predominantemente, pelas leis de incentivo⁵⁹, que assumem o lugar das políticas estatais e passam a exercer o papel do Estado.

No que diz respeito à Lei Rouanet, percebe-se o crescente investimento em cultura ao longo dos anos, já que os dados apontam que em 1999, 1040 empresas e 2.289 pessoas físicas investiram por meio deste instrumento, sendo 1.288 empresas em 2002 e mais de 1.829 empresas em 2005, chegando a quase R\$ 700 milhões.⁶⁰ A política cultural desse período se concentrou toda, praticamente, na ampliação da utilização das leis de incentivo pelo mercado. O instrumento surgiu como uma das principais fontes de fomento à cultura no Brasil.

Apesar do lado positivo da parceria estabelecida na questão do financiamento à cultura, existe ainda uma zona litigiosa na relação entre o público e o privado no setor cultural, uma vez que os interesses da iniciativa privada nem sempre condizem com os interesses coletivos da população.

Em janeiro de 2003, o atual governo assumiu o Ministério da Cultura, organizado quase que exclusivamente para atender e administrar o mecanismo de financiamento a projetos culturais, previsto na Lei Rouanet. Por meio da gestão do

⁵⁸ MINISTÉRIO DA CULTURA. Cultura é um bom negócio. Brasília: MINC, 1995.

⁵⁹ Para maior aprofundamento da dinâmica das leis de incentivo à cultura no Brasil, ver MOURA; ZIVIANI (2006).

⁶⁰ CESNIK, 2007, p. 6.

ministro Gilberto Passos Gil Moreira, o MINC teve sua estrutura reformulada, com a criação de novas secretarias e aumento do orçamento. Percebe-se, a partir de então, uma mudança no discurso político em relação à cultura. O governo defende hoje uma conceituação ampla de cultura, considerando a sua dimensão antropológica, ponto que pode ser observado na diversidade de programas e ações implantados, com especial destaque ao *Programa Cultura Viva* e à criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Culturais.

Passa a fazer parte também da nova proposta de governo a articulação entre cultura e cidadania, por meio do reconhecimento de seu papel estratégico, no sentido de conceber a cultura como base da construção e preservação da identidade brasileira, espaço para conquista plena da cidadania, instrumento para a superação da exclusão social, por meio do fortalecimento da auto-estima da população e da capacidade da cultura de gerar empregos e atrair investimentos (MINC, 2006).

No primeiro mandato, o governo pronunciava a necessidade de retomar o papel ativo do Estado na formulação e implementação de políticas de cultura. Nesse aspecto, a atuação do Ministério aconteceu em debate com a sociedade civil e agentes culturais, por meio das Câmaras Setoriais⁶¹, seminários, conferências e a Conferência Nacional de Cultura, que visava dar substância ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultura.

Conforme mencionado anteriormente, uma das propostas do SNC e do PNC consiste em elaborar um Sistema Nacional de Informações Culturais, foco da pesquisa. O governo discute a perspectiva de viabilizar a construção de um sistema de informações e indicadores culturais, a primeira tentativa de formulação de um sistema nacional relativo ao setor cultural, um progresso na produção de dados sobre a área, fundamental para se implementar uma política cultural e avaliar seus resultados.

⁶¹ As Câmaras Setoriais correspondem à representação de diversas expressões artísticas, promovendo a mobilização e difusão de diretrizes políticas e planos de ação de cada setor, para o estabelecimento de prioridades. São compostas por entidades governamentais e integrantes da cadeia produtiva e criativa dos segmentos das artes. Abrange os setores do teatro, dança, circo, ópera, música e artes visuais, literatura, livro e leitura (BOTELHO, 2007).

O relato histórico das políticas culturais foi desenvolvido na tentativa de acompanhar e analisar a atuação do Estado, no que diz respeito ao campo da cultura. Qual deve ser o papel das políticas públicas no universo da cultura? Ao longo da história, segundo Chauí (2006, p. 134), o Estado apresenta-se ou como produtor de cultura, conferindo a ela a “generalidade nacional ao retirar das classes sociais antagônicas o lugar onde a cultura efetivamente se realiza” ou propõe os critérios e a lógica da indústria cultural, operando com os padrões de mercado. No primeiro caso, de acordo com a autora, oferece-se como produtor de uma cultura oficial e, no segundo caso, como um “balcão para atendimento de demandas”, adotando os padrões de consumo.

Apesar do caráter positivo das ações do atual governo, uma série de limitações e desafios ainda precisa ser enfrentada. Como foi possível perceber, o passado das políticas culturais no país revela um longo período de ausências e descontinuidades. A definição ampla do conceito de cultura, por exemplo, é acertada ao reconhecer que todo indivíduo produz cultura, mas cria um problema quando abraça todas as possibilidades, uma vez que a definição alargada dificulta a efetiva formulação de políticas culturais e o próprio delineamento institucional do Ministério (BOTELHO, 2001).

A concentração ou a total ausência de equipamentos culturais continua a ser um problema para a democratização da cultura, assim como os recursos humanos do próprio MINC, os recursos financeiros e a questão do financiamento da cultura.

No que se refere especificamente às informações culturais, a literatura utilizada para a construção histórica das políticas culturais não aponta grande interesse por parte do governo em construir dados para a cultura. Durante a gestão de Francisco Weffort, foi patrocinada a pesquisa sobre economia da cultura, realizada pela Fundação João Pinheiro, já mencionada no segundo capítulo, mas o trabalho não teve continuidade, e nada foi desenvolvido junto aos órgãos nacionais de estatísticas para a elaboração de dados culturais. De uma maneira geral, são raras as ocasiões em que são encontrados indicadores que foram coletados de forma permanente, ou ao menos periódica, o que dificulta a sua projeção.

Fora as expedições realizadas por Mário de Andrade para conhecer a cultura brasileira, o que, a nosso ver, não se trata propriamente de levantamento de dados para o monitoramento de política pública, e algumas ações retratadas no capítulo anterior, percebe-se que o discurso sobre a informação, para subsidiar políticas culturais, toma maior incidência na gestão do ministro Gilberto Passos Gil Moreira.

As continuidades e discontinuidades desse processo e, principalmente, a ausência de indicadores capazes de orientar a formulação de políticas por um longo período, dificultaram o planejamento institucional da cultura no país e a própria gestão do setor, no entanto a discontinuidade político-administrativa pode ser suavizada por meio da melhoria na gestão cultural. As informações sobre o setor podem auxiliar nas relações com os demais ministérios e com o próprio executivo, uma vez que a exigência de uma maior articulação governamental é fundamental.

Acredita-se que, na ausência desse olhar de indicador, o governo acabe estabelecendo marcos reguladores no nível da retórica e não propriamente com base no instrumento de medida, pois “a falta de clareza sobre o que de fato são os indicadores pode fazer com que se queira que eles resolvam algo que não seria de sua esfera, que eles ofereçam soluções para problemas que fogem do âmbito para qual o foram construídos” (REVISTA OIC, 2008, p. 11).

O indicador pode ser entendido como uma ferramenta de diálogo político, um instrumento de comunicação entre as instâncias do poder e outros setores da sociedade, estabelece conexões entre o campo do conhecimento e do discurso, entre a realidade cultural e a política. Contudo a sua equivocada compreensão conceitual e metodológica e a falta de clareza em sua construção acabam por privilegiar apenas o campo do discurso.

3.3 – Uma base de dados para a cultura: a proposição de parâmetros para a construção de indicadores culturais e a elaboração de sistemas de informação

A proposta deste capítulo desenvolve uma argumentação sobre a necessidade de uma política continuada de geração de dados para a cultura, pois, como foi possível perceber ao longo do estudo, a política de informação do setor cultural acontece pontualmente. O que irá garantir um bom indicador é a continuidade do processo, isso é, criar um setor / instituição que se responsabilize formalmente pela tarefa. Uma proposta política aliada a uma instituição executora. Acredita-se que o desenho de um sistema nacional de informação para a cultura, que suprisse as demandas e necessidades informacionais da população, poderia reduzir o impacto dos limites impostos nas políticas de quatro em quatro anos.

As informações são imprescindíveis para acompanhar ações e mudanças, monitorar desempenhos e resultados, definir objetivos e, principalmente, justificar investimento de recursos. Informação é conhecimento para a ação, ou seja, orienta e direciona as ações voltadas, no caso, para o setor cultural. Na mesma linha, insere-se a temática dos indicadores culturais, cuja aplicação vem crescendo em atividades ligadas ao planejamento governamental e ao ciclo de formulação e avaliação de políticas públicas de cultura. O indicador auxilia / influencia a estruturação de sistemas de dados e coleta de informação do governo, na medida em que aponta e anuncia os fenômenos a serem sistematizados.

Segundo Silva, L. (2007), a preocupação cada vez mais crescente quanto à criação de sistemas de informação do setor cultural decorre da necessidade de se elaborar mecanismos para o monitoramento e avaliação de políticas culturais, desenvolver diagnósticos, bem como identificar áreas estratégicas de desenvolvimento. Outro ponto destacado pela autora refere-se à necessidade de informação sistematizada para promover um aprimoramento da criação, produção, distribuição, uso e consumo da cultura.

As mudanças institucionais, pelas quais tem passado a administração pública no Brasil, é um dos fatos apontados por Jannuzzi (2005) como justificativa para o crescente interesse pela temática dos indicadores na organização de políticas

públicas. Segundo o autor, é possível perceber um aperfeiçoamento do controle social do Estado brasileiro nos últimos vinte anos, fruto da reforma gerencial da gestão pública da década de 1990, em que essas transformações são caracterizadas pela consolidação da sistemática do planejamento plurianual, aprimoramento dos controles administrativos dos ministérios, implantação da avaliação do desempenho dos programas, ao invés da ênfase da auditoria dos Tribunais de Contas.

Outro fator de relevância, anunciado por Jannuzzi (2005), diz respeito ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, que vêm contribuindo para a disseminação do uso de indicadores por meio do facilitado acesso às informações de natureza administrativa e estatística. Para o autor, a dificuldade de manipular dados cadastrais foi superada pela praticidade da *internet*, que potencializou a disseminação da informação administrativa e o acesso às informações estatísticas.

Conforme mencionado anteriormente, indicador é informação em contexto. Trata-se de uma informação específica, contextualizada, que está relacionada a determinado propósito, ou seja, recorre-se ao indicador cultural com o objetivo de se medir determinada realidade do setor. O indicador é informação por excelência e veicula uma visão de mundo de quem o propõe e, conseqüentemente, a sua leitura e apropriação também vão indicar algum juízo de valor. Não existem, em princípio, estatísticas neutras, elas supõem sempre intenções políticas, ações estratégicas e planejadas.

Na maioria das vezes, quando falamos de informação para a cultura, encontramos dados relacionados aos aspectos da economia da cultura. Não se trata aqui de negar a importância desses dados, nem tampouco a relevância da cultura como geradora de recursos financeiros, emprego e renda, seja nas indústrias culturais ou nas atividades artísticas e artesanais. Ao contrário, o surgimento da própria disciplina Economia da Cultura e o aumento dos debates em torno do tema reforçam o papel da cultura para o desenvolvimento de um país ou região.

A importância que a cultura vem assumindo no discurso da sociedade contemporânea, relatada no primeiro capítulo da dissertação, propicia a multiplicidade de olhares e interesses diversos (privados, públicos, econômicos, sociais, materiais, simbólicos, internacionais). É possível afirmar que o interesse da iniciativa privada, no levantamento de informações para a área da cultura, está relacionado, prioritariamente, aos dados econômicos e aos impactos positivos que o setor desencadeia na economia.

O conjunto de critérios que se apresenta adiante se refere à construção de indicadores culturais para o monitoramento de políticas públicas de cultura. Nesse sentido, acredita-se que o governo deva elaborar políticas voltadas para o desenvolvimento da economia da cultura e, por conseguinte, indicadores para tal, conforme, inclusive, vem sendo proposto pelo atual Ministério da Cultura. Entretanto ressalta-se que a economia da cultura é uma das vertentes possíveis de estruturação dos dados e responde a apenas um dos aspectos da complexidade da cultura.

A definição do que se entende por cultura é que estabelece parâmetros para a determinação das estratégias de uma política cultural, portanto considerar a cultura como um espaço fundamental de ação de política pública implica em identificar os objetivos e as estratégias necessárias para que respondam a essa complexidade. As direções são diversas, conforme a aceção de cultura adotada.

No que se refere especificamente à construção do indicador cultural, o primeiro passo a ser adotado consiste também na definição do conceito de cultura. Normalmente, o passo mais difícil, que merece ampla discussão e debate, envolvendo o maior número de atores possíveis do setor para garantir grande representação e maior amplitude. A elaboração e definição do conceito de maneira estruturada irão delimitar o que deve ser medido e o que não deve ser considerado como cultura. Acredita-se que quanto mais tempo for despendido nessa etapa, e quanto mais claros forem a concepção de cultura e os objetivos a serem traçados, menores serão os percalços ao longo do processo.

Quanto à definição dos objetivos, na visão de Jannuzzi (2005)⁶², esse deve ser o primeiro passo a ser tomado na proposta de estruturação de um sistema de indicadores para subsidiar o processo de formulação e avaliação de políticas e programas públicos. Entretanto o autor refere-se, especificamente, aos indicadores sociais, que se encontram em estágio mais avançado em relação à cultura e, possivelmente, já atravessaram ampla discussão conceitual. Nesse sentido, Jannuzzi (2005, p. 138) afirma que “o processo de construção de um indicador social, ou melhor, de um sistema de indicadores sociais, para o uso no ciclo de políticas públicas inicia-se a partir da explicitação da demanda de interesse programático (...)”. Dito de outra maneira, é a partir da definição do objetivo que se quer alcançar, com a formulação e implementação de determinada política, que se inicia o desenvolvimento dos indicadores.

Realizada a etapa de definição dos objetivos, o próximo passo, de acordo com Jannuzzi (2005, p. 139), consiste em “delinear as dimensões, os componentes ou as ações operacionais vinculadas”. Segundo o autor, para o acompanhamento dessas ações, buscam-se dados administrativos e estatísticas públicas, que, “reorganizados na forma de taxas, proporções, índices ou mesmo valores absolutos, transformam-se em indicadores sociais”, conforme exemplificado na FIG. 2.

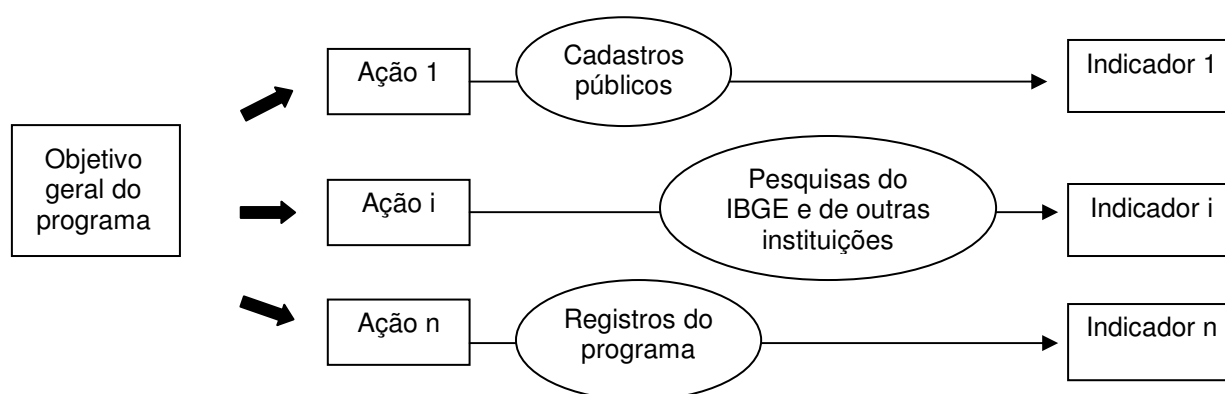


FIGURA 2 – Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas

Fonte: Jannuzzi, 2005, p. 139.

⁶² É importante ressaltar que na análise empreendida pela dissertação foram incorporados aspectos abordados por Jannuzzi (2003, 2005), em consonância com a perspectiva dos indicadores sociais, mas que foram considerados de extrema relevância e validade para a compreensão dos indicadores culturais.

No caso da cultura, dada a complexidade do tema, sua dimensão simbólica, o caráter inicial de algumas ações, a descontinuidade de políticas ou até mesmo a falta de institucionalização e a escassez de informações, dificilmente o processo ocorre da maneira sugerida por Jannuzzi (2005).

Apesar das diferenças entre as abordagens dos indicadores econômicos, sociais e culturais, percebe-se que a cultura, em vários momentos, é tomada por critérios notadamente sociais e/ou econômicos do que propriamente culturais. Há uma metamorfose dos dados, em que o social é tomado como cultural e vice-versa, ocorrendo o mesmo na perspectiva econômica. Constantemente, dados culturais recebem uma leitura econômica, tendo em vista o crescente interesse na relação entre economia e cultura, cultura e desenvolvimento. Além disso, indicadores culturais são elaborados a partir de outros dados, que não culturais e criados para outros fins, por exemplo, medir aspectos econômicos, como é possível verificar na pesquisa do IBGE, Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Dessa forma, vale ressaltar que se trata de três blocos distintos: o econômico, o social e o cultural.

Os indicadores sociais referem-se às questões de bem-estar e melhoria da qualidade de vida da população, portanto estão voltados para medir a *performance* social. Seu surgimento está intimamente ligado à proposta de ampliar a noção de desenvolvimento, focada unicamente nos aspectos econômicos. Dessa forma, quando pensados em relação à melhoria da qualidade de vida, os dados culturais se aproximam dos indicadores sociais e podem ser assim pensados. O acesso à cultura sinaliza hoje o desenvolvimento geral de um país, ou seja, participar da cultura em qualquer uma das esferas (criação, produção, distribuição, fruição, consumo) transformou-se em um indicador das melhorias sociais e econômicas de uma nação.

Contudo, o indicador cultural possui especificidades em relação ao indicador social, pois não está relacionado única e exclusivamente às noções de bem-estar. Refere-se também, ou ao menos deveria referir-se, principalmente, ao processo de acumulação simbólica da população, às questões de identidade e conteúdo cultural, e às mudanças ocorridas nos juízos de valores de uma comunidade.

No que se refere especificamente ao IBGE, apesar da importância do Instituto para as análises políticas do país e de sua missão institucional de “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade”⁶³, trabalhar única e exclusivamente com a disponibilização de seus dados não garante o aprofundamento esperado para a avaliação de programas e políticas públicas. Para citar o exemplo mencionado no capítulo anterior, a informação de que 89% dos municípios brasileiros possuem biblioteca não revela a qualidade das mesmas ou a sua relevância para a comunidade. Essa informação não foi levantada em concordância com os objetivos da política do livro e da leitura, por exemplo. Trata-se de um dado relevante, mas que necessita de outros elementos para se tornar eficaz.

A fim de evitar a hibridização de abordagens e conceitos, a atividade de criação de indicadores culturais e de sistemas de informação para o setor precisa considerar alguns critérios, sendo um deles a qualidade da informação.

A qualidade da informação é um conceito de extrema importância para a Ciência da Informação, apesar de haver pouco consenso em relação a sua definição. Boa parte das pesquisas relacionadas ao tema propõe outras abordagens, como, por exemplo, relevância, uso e valor da informação como foco de teorização. Nesse aspecto, segundo Nehmy e Paim (1998), a literatura sobre avaliação da informação apresenta algumas outras noções, além da qualidade: ‘eficácia’, ‘impacto’, ‘relevância’ e ‘autoridade cognitiva’. Estabelecer as bases de discussão para a qualidade da informação é uma maneira de enriquecer o debate a respeito do processo de construção e consolidação de indicadores culturais.

Com atributos e conceitos utilizados para compreender melhor a informação, a qualidade da informação, em consonância com o campo da Ciência da Informação, pode ser separada em duas grandes linhas teóricas: a vertente centrada no produto (informação como coisa) e a centrada no usuário (abordagem subjetiva) (NEHMY; PAIM, 1998). A análise das autoras baseia-se na idéia de que a qualidade é um elemento intrínseco à informação, e na proposta realizada por Marchand (1990)⁶⁴,

⁶³ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 2 maio 2008.

⁶⁴ MARCHAND, D. *Managing information quality*. In: WORMELL, I. (Ed.) *Information quality: definitions and dimensions*. London: Taylor Graham, 1990. p. 7-17.

em que ele desagrega o conceito de qualidade da informação em oito dimensões inter-relacionadas: valor real, características suplementares, confiança, significado no tempo, relevância, validade, estética e valor percebido.

De acordo com Marchand (1990 *apud* NEHMY; PAIM, 1998), a dimensão ‘valor real’ refere-se à variabilidade da percepção do valor do produto (informação ou serviço), que depende de estilos individuais de tomada de decisão. As ‘características suplementares’ à utilidade de um produto ou serviço de informação dizem respeito aos diferentes pesos que as características da informação podem ter em contextos diversos. A dimensão da ‘confiança’ faz alusão à existência de atitudes contraditórias de confiança em relação à fonte da informação. O ‘significado no tempo’ refere-se à variabilidade da atualidade da informação em diferentes contextos. O atributo ‘relevância’ chama a atenção para as diferenças de percepção da relevância da informação entre os projetistas de sistemas e os agentes da tomada de decisão. A compreensão da ‘validade’ da informação varia de acordo com quem a fornece e o modo como é apresentada. O atributo da ‘estética’ refere-se à subjetividade do aspecto estético da informação. E, por fim, a dimensão ‘valor percebido’ demonstra o caráter vago e subjetivo do modo de qualificar sistemas de informação pelo usuário.

A ênfase em atributos subjetivos, como confiança, estética, atualidade – dimensões que podem variar de acordo com o sujeito ou o tempo (a data de elaboração da informação ou do documento) – colocam em cena o usuário que utiliza a informação. Nesse sentido, a análise qualitativa sobressai-se à abordagem de cunho propriamente objetivo, uma vez que descrever e medir a informação é um processo que ocorre não da soma desses atributos, mas do fato de que certos parâmetros não são analisados isoladamente. “A qualidade (ou o desempenho) de sistemas de informação não pode ser determinada objetivamente no sentido de que o resultado de uma avaliação possa ser independente da pessoa que tenha feito” (NEHMY; PAIM, 1998, p. 41).

O indicador cultural vai exigir uma análise qualitativa, mas quais os procedimentos capazes de abranger tal análise, uma vez que o indicador lida com a abordagem estatística e parâmetros numéricos?

A análise dos indicadores que devem avaliar a eficácia e eficiência das propostas culturais deveria, sem dúvida, reconhecer os elementos afetivos da experiência cultural, fornecer todos os elementos econômicos quantificáveis, os dados numéricos e, o que é mais importante, mostrar a experiência dos participantes e dos cidadãos, o que em poucas ocasiões pode ser feito por meio do tratamento estatístico da realidade. (SATORRE, 2008, p. 34)

Assim, no exame de um fenômeno cultural, são necessários métodos qualitativos, por meio de entrevistas com a população, discussões e análises de opiniões, uma vez que resultados dessa natureza não são revelados por meio de métodos quantitativos. Ou seja, os dados quantitativos apresentam tendências que devem ser aprofundadas por meio de estudos qualitativos (BOTELHO, 2001). Argumenta-se, mais à frente, sobre a necessidade de se agregar dimensões como cidadania cultural e diversidade cultural para aumentar a profundidade e o alcance da análise.

A mensuração do conceito e o valor da cultura não podem ser expressos somente com estatísticas e números, já que são intervenientes nesse processo fatores subjetivos, não lineares, polaridades diversas, múltiplos olhares, reações heterogêneas. Daí a importância de se considerar o discurso produzido pelos atores envolvidos na realidade cultural que se pretende abordar, por meio de um processo participativo, permeado por entrevistas, questionários e grupos de discussão.

A exposição acima reforça a importância de se levar em conta o contexto em que a informação é utilizada para se determinar a qualidade e garantir a legibilidade do dado. A proposta consiste em identificar e sistematizar, do ponto de vista informacional, elementos capazes de auxiliar na constituição de um indicador cultural para o monitoramento de políticas públicas. É nesse sentido que se acredita que o conceito de qualidade da informação pode auxiliar no processo. Trata-se de um esforço novo de tentar superar a orientação voltada propriamente para a questão econômica e social, por meio da exposição de parâmetros que revelem os aspectos notadamente culturais.

Na visão de Jannuzzi (2003, p. 27), “este cuidado com a qualidade da informação, em todos os estágios pelos quais ela passa, é que pode garantir que as mudanças

observadas no indicador ao longo do tempo possam ser analisadas de forma consistente”.

Cabe ressaltar duas proposições de categorização dos indicadores culturais, encontradas na revisão de literatura. Uma delas consiste na sugestão de Enrique Saraiva, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Rio) (OIC, 2008, p.11), que sustenta a idéia de que os indicadores podem ser caracterizados como: “estratégicos, quando se referem a metas; de sustentabilidade, quando aferem a consecução de propósitos de políticas; de resultado, quando avaliam o desempenho de programas e projetos determinados; de atividade, quando apontam características de desempenho”.

E ainda, SILVA, R. (2007), desenvolve uma argumentação em torno da classificação dos indicadores culturais como sistêmicos e de *performance*. Segundo a autora, os indicadores sistêmicos estão fundamentados em referenciais técnicos desenvolvidos pela comunidade científica. Entretanto, em sua visão, devido à complexidade dos aspectos culturais, a cultura está longe de estabelecer instrumentos dessa natureza. Nesse sentido, os indicadores que deverão predominar serão os de *performance*, ou seja, ferramentas para a comparação e descrição, referenciadas a um objetivo político específico. Possui significado e é passível de compreensão apenas quando estabelecido um termo de comparação, em uma perspectiva temporal ou espacial. As medidas precisam ser acompanhadas de elementos que dão sentido e que orientam a sua interpretação.

Assim, com base nas propriedades desejáveis ao indicador, desenvolvidas por Jannuzzi (2003, p. 26-31), bem como nas concepções de indicador abordadas no capítulo anterior e sistematizadas no QUADRO 2, e, tendo em vista o caráter multidimensional da cultura, extraem-se os elementos a seguir (QUADRO 4), que, em nosso entendimento, devem ser levados em conta ao compor um sistema público de informações e indicadores culturais.

QUADRO 4

Parâmetros que fundamentam a composição do indicador cultural
para a elaboração de um sistema público de informação

(Continua)

Parâmetros	Definição
Atualidade	Conhecer o período coberto pelo dado e sua previsão de obsolescência.
Audiência	Identificação / categorização dos receptores, agentes e beneficiários de uma política pública, produto, processo ou equipamento cultural.
Autoridade	Instituição proponente e mantenedora das bases de dados que codificam os indicadores.
Cidadania cultural	Dados capazes de indicar o lugar da cidadania cultural presente em uma política pública, produto, processo ou equipamento cultural.
Coerência	Dados capazes de medir a coerência entre política pública, produto, processo ou equipamentos cultural (todo lógico).
Comparabilidade	Coleta de dados em iguais condições para permitir a comparabilidade entre diferentes regiões ou países (evolução no tempo e no espaço).
Comunicabilidade	Clareza da identificação e precisão do dado a ser comunicado.
Conceito operador	Identificação do conceito de cultura e dos demais conceitos-chaves, importantes para a compreensão da realidade que se pretende abordar.
Confiabilidade	Credibilidade e confiança na origem do dado. Qualidade da fonte.
Cooperação internacional	Construção de um conjunto de dados comuns (padronização) capazes de permitir a comparação entre países. Promover o compartilhamento e o aprimoramento do diálogo a partir da análise comum dos dados.
Diversidade cultural	Dados capazes de expressar os elementos de diversidade presentes em uma política pública, produto, processo ou equipamento cultural.
Estratégias de ação	Dados capazes de indicar o cronograma e execução efetiva de uma política pública, produto, processo ou equipamento cultural com relação à meta estabelecida.

(Conclusão)

Parâmetros	Definição
Evidência empírica	Delimitação da realidade que se pretende analisar.
Inteligibilidade	Transparência e explicitação da metodologia adotada. Redução da complexidade para a compreensão do dado.
Meta	Objetivos que se pretende alcançar com a implementação de uma política pública, produto, processo ou equipamento cultural.
Padronização	Indicação dos padrões adotados na coleta. Controle da qualidade da coleta de dados por meio da padronização no treinamento dos profissionais responsáveis.
Periodicidade	Indicação da regularidade na coleta e sistematização do dado.
Política institucional	Dados capazes de identificar a política institucional quanto à política pública, produto, processo ou equipamento cultural.
Produtores de informação / modeladores de dados	Responsáveis pela coleta dos dados e elaboração das estatísticas e indicadores.
Recursos	Dados indicadores dos recursos humanos e financeiros envolvidos na política pública, produto, processo ou equipamento cultural. Os recursos devem permitir o cruzamento dos dados com a meta e a estratégia de ação.
Relevância	Importância da temática à qual o indicador se refere. Ligada a aspectos geográficos, sociais e temporais. Historicamente determinada.
Usuários de informação	Público diretamente interessado na busca e utilização da informação disponível. Conjunto de atores de natureza e interesse diversos: o gestor de política pública (para o monitoramento e avaliação), os agentes culturais (para a oferta de bens e serviços culturais); agentes empresariais (para investimentos) e os acadêmicos (para o aprofundamento de pesquisas e análises).
Validade	Articulação / tradução entre o valor percebido e as dimensões do indicador.
Valor percebido	Mecanismos e categorias de validação das políticas públicas, produtos, processos ou equipamentos culturais, realizados pelos atores sociais envolvidos.

É importante destacar que nem sempre o indicador gozará plenamente de todos esses atributos, mas quanto maior o número de qualidades reunidas, maior será a sua eficácia. Na visão de Jannuzzi (2003), quanto maior o grau de aderência às propriedades assinaladas, maior a sua legitimação como insumo informacional relevante no debate político. Avaliar a qualidade do indicador cultural não é tarefa simples e não está relacionada à soma das atribuições listadas acima, pois não existe uma abordagem teórica capaz de garantir essa orientação objetiva, conforme mencionado, a análise é subjetiva.

Alguns parâmetros sugeridos podem passar a impressão de sobreposição na sua definição, entretanto a análise é feita de maneira inter-relacionada, não havendo a possibilidade de abordá-los separadamente, como, por exemplo, comparabilidade e padronização. É preciso que haja comparabilidade para garantir a padronização e vice-versa. Assim, como no conceito de qualidade da informação, um critério depende do outro.

Para o melhor entendimento da proposta, convencionou-se em organizar os parâmetros desenvolvidos em categorias assim representadas:

- Aspectos conceituais;
- Aspectos gerenciais / políticos;
- Aspectos informacionais / comunicacionais.

Nos aspectos conceituais, procura-se evidenciar que os indicadores culturais são construídos com base numa orientação teórica, ou seja, nascem de uma perspectiva teórico-epistemológica, que fundamenta a pesquisa em cultura. Assim, privilegia-se nessa categoria o marco conceitual que irá orientar as ações de se medir a cultura, uma teoria de base, que norteia a delimitação da realidade cultural que se pretende diagnosticar e analisar, ou seja, indica onde o dado se manifesta por meio da evidência empírica. Referem-se, principalmente, ao conceito operador de cultura e aos demais conceitos chaves importantes para a compreensão da realidade que se pretende abordar. Conforme mencionado ao longo da dissertação, trata-se, provavelmente, dos aspectos mais relevantes na discussão dos indicadores culturais, pois são os atributos conceituais que irão orientar o que é passível de

apreensão por medidores e aqueles que devem ser apreendidos por outros instrumentos qualitativos. É importante estabelecer a relação entre o fato de que a política cultural também deve se orientar por abordagens conceituais, conforme já desenvolvido ao longo desse capítulo. Além disso, fazem parte dos aspectos conceituais parâmetros como cidadania cultural e diversidade cultural.

Chauí (2006) afirma que, em uma perspectiva democrática, as prioridades consistem em garantir direitos existentes, criar novos direitos e desmontar privilégios. Segundo a autora, a pluralidade de interesses e de conflitos exige que a política pública de cultura vá além da cultura identificada com a esfera das belas artes, caminhando para a efetivação da política cultural e da cultura política. A proposta, portanto, não se restringe à definição de programas de atividades e serviços culturais. A concepção que a autora defende é a política de cidadania cultural: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação dos sujeitos sociais.

É nesse sentido que um dos parâmetros propostos concebe a cultura do ponto de vista da cidadania cultural. Acredita-se que a cidadania cultural poderá ser apreendida por meio de dados que demonstrem a ampla participação da sociedade nas decisões políticas e no processo de gestão pública; a própria existência de sistemas públicos de informação, por meio dos quais a população se manterá informada sobre os serviços culturais e sobre a realidade cultural de seu país; a formação cultural e artística em escolas públicas e privadas; os espaços para reflexão e debate; as atividades de formação de agentes culturais multiplicadores; o acesso à infra-estrutura tecnológica para produção e divulgação em diferentes mídias; a universalização do acesso aos bens e serviços culturais; dentre outros de igual relevância, que elucidem as diretrizes básicas da cidadania cultural na política pública, produto, processo ou equipamento cultural proposto.

O mesmo ocorre com o critério da diversidade cultural. A incorporação de áreas multiculturais, por meio de indicadores de inclusão cultural, como o reconhecimento de diversidades lingüísticas em relação ao idioma dominante, diferentes religiões, festas nacionais, festas populares e religiosas, ou, até mesmo, dados sobre a proteção e promoção da diversidade de expressões artístico-culturais, consistem em

atributos que irão expressar os elementos de diversidade presentes em uma política pública, produto, processo ou equipamento cultural.

Acredita-se, ainda, que devam fazer parte dos aspectos conceituais o valor percebido e a validade. O valor percebido vai estar associado aos mecanismos e categorias de validação das políticas públicas, produtos, processos ou equipamentos culturais, realizados pelos atores sociais envolvidos, ou seja, trata-se do modo como o sujeito percebe e agrega significado à informação transmitida pelo indicador cultural. Já a validade refere-se à articulação / tradução entre o valor percebido e as dimensões do indicador, ou seja, o grau de proximidade entre o conceito e a medida, a capacidade do indicador de refletir o conceito abstrato a que se propõe operacionalizar.

Na elaboração de indicadores, é preciso considerar atributos que irão garantir a qualidade da informação, possibilitando, dessa forma, a interação entre os múltiplos atores. Trata-se dos aspectos gerenciais / políticos, eminentemente relacionados ao diálogo político, ou seja, à legitimação de instâncias a que o governo tem acesso, assim como outros atores da cena social e cultural. Nesse sentido, é interessante ressaltar que não há um alinhamento estrito entre a política e o indicador, uma vez que ele é utilizado para monitorar a própria política, sendo imprescindível, portanto, que o instrumento de medida cause estranhamento, ou seja, que aponte deficiências no ciclo político (elaboração, implementação e avaliação). Assim, o foco não está necessariamente na política, não se trata de orientá-la, mas de tornar evidentes os méritos e os deméritos da mesma, ou seja, o indicador é um instrumento que mede inclusive a política pública. Por intermédio do indicador cultural, é possível estabelecer o diálogo tanto entre o poder público e a população, quanto entre as duas instâncias.

Por conseguinte, é necessário saber com que fim queremos medir, quais os objetivos que se pretende alcançar com a implementação de determinada política pública, produto, processo ou equipamento cultural. A existência de um indicador supõe um objetivo humano, ou seja, uma estratégia que se expresse em objetivos e metas. Nesse sentido, a meta possui relação direta com a política institucional, as estratégias de ação e os recursos humanos e financeiros necessários à realização

das ações. É importante destacar que os recursos devem permitir o cruzamento dos dados com a meta e a estratégia de ação, uma vez que o alcance da meta implica, necessariamente, em planejamento, cronograma de ação e recursos, tanto humanos quanto financeiros, para a sua execução.

A eficácia dos indicadores será alcançada com base em atributos como comparabilidade, confiabilidade, padronização e periodicidade. No que se refere à comparabilidade, é interesse político coletar dados em iguais condições para permitir a comparação tanto no tempo e no espaço, quanto, principalmente, entre diferentes regiões e países. Como apontado anteriormente, o indicador só possui significado quando estabelecidos elementos de comparação, como, por exemplo, entre uma série histórica de dados. Nesse ponto, acrescenta-se o parâmetro da cooperação internacional também como um aspecto gerencial / político, uma vez que a troca de experiências e metodologias sobre a produção de indicadores culturais permite estabelecer indicadores comuns, aprimorando o diálogo entre países.

A periodicidade na coleta e sistematização do dado será imprescindível para permitir a comparabilidade. E a confiabilidade vai estar intimamente relacionada à padronização, pois a qualidade da fonte e origem do dado interferem diretamente nos padrões adotados, sendo que o inverso também se faz presente, assim como em outros elementos. Esses elementos irão garantir a qualidade e a clareza do dado.

Ainda em relação aos aspectos propriamente gerenciais / políticos, identificar os responsáveis pela coleta dos dados e a elaboração das estatísticas e indicadores (produtores de informação / modeladores de dados), assim como a instituição proponente e mantenedora da base de dados, é de extrema relevância para compreender as características implícitas aos indicadores. Isso é importante, pois cada ator desse processo privilegiará e disponibilizará o dado de acordo com a sua formação, interesse e juízo de valor. A visão de mundo particular de cada instituição estará subentendida no dado disponibilizado, influenciando a composição do sistema de indicadores. O mesmo ocorre em relação à audiência, pois categorizar o segmento que se quer atingir, por meio da política pública, produto, processo ou

equipamento cultural, informa qual a concepção de política operada em determinado governo, que irá beneficiar uns em detrimento de outros.

Os aspectos informacionais / comunicacionais referem-se, principalmente, à transmissão do dado ou da informação no interior de um grupo, em um determinado contexto. Estão diretamente relacionados à publicização e à democratização da condição de acesso à informação cultural, ou seja, asseguram o caráter público das informações, permitindo que diferentes atores possam ter acesso às informações levantadas e não apenas o poder público. Logo, estão relacionados à comunicabilidade, ou seja, à clareza da identificação e precisão do dado a ser comunicado aos usuários da informação, o público diretamente interessado na informação disponível. A comunicabilidade, por sua vez, está imbricada à inteligibilidade do indicador, em que a transparência e a explicitação da metodologia adotada para a sua construção reduzem a complexidade para a compreensão da informação. Já a atualidade e a relevância do dado possuem relação direta, uma vez que a importância da temática à qual o indicador se refere é historicamente determinada, sendo imprescindível, então, conhecer a atualidade do dado, ou seja, o período coberto pela informação e sua previsão de obsolescência.

Por fim, outro ponto relevante aos aspectos informacionais / comunicacionais diz respeito à coerência dos dados em relação à política pública, ao produto, ao processo ou ao equipamento cultural. Por exemplo, caso uma política possua como princípio a democratização e a descentralização do acesso aos bens e serviços culturais, provavelmente os dados levantados pelos indicadores devem referir-se ao aumento do número de equipamentos culturais; localização geográfica desses equipamentos; à existência de processos como formação de público, trabalhos em escolas públicas, ampliação da capacidade criativa dos cidadãos, por meio da educação; dentre várias outras questões, que não são exclusivamente ligadas ao acesso físico.

É importante ressaltar a presença de aspectos internacionais em todas as dimensões da categorização. Parâmetros como diversidade cultural, comparabilidade, confiabilidade, cooperação internacional, padronização, periodicidade, atualidade, comunicabilidade e inteligibilidade consistem em elementos orientados também para a perspectiva de um diálogo internacional. São

medidas comuns, que podem dizer de uma realidade cultural do Brasil em relação a outro país. A centralidade da cultura, em vários âmbitos das relações sociais, bem como o corpo político e institucional, que vem ganhando na esfera mundial, demonstra que o desenvolvimento de diagnósticos e indicadores sobre o processo cultural, para subsidiar a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas tem se tornado uma tendência internacional.

O QUADRO 5 sintetiza as abordagens apresentadas.

QUADRO 5

Categorização dos parâmetros

Aspectos	Parâmetros
Conceituais	Cidadania cultural
	Conceito operador
	Diversidade cultural
	Evidência empírica
	Validade
Gerenciais / políticos	Valor percebido
	Audiência
	Autoridade
	Comparabilidade
	Confiabilidade
	Cooperação internacional
	Estratégias de ação
	Meta
	Padronização
	Periodicidade
	Política institucional
Produtores de informação / modeladores de dados	
Recursos	
Informacionais / comunicacionais	Atualidade
	Coerência
	Comunicabilidade
	Inteligibilidade
	Relevância
Usuários de informação	

Ao fim da exposição deste capítulo, é possível concluir que, nesse primeiro momento, a abordagem dos indicadores culturais e do sistema de informações para a área da cultura será muito mais qualitativa do que propriamente quantitativa. A definição dos parâmetros norteadores do processo de constituição e a garantia da qualidade da informação do produto final são analisadas com ênfase maior nos aspectos subjetivos.

A abordagem qualitativa apreende a realidade, levando em consideração seu contexto, as múltiplas variáveis envolvidas no procedimento e a complexidade do tema. Ou seja, não desconsidera as especificidades, o contexto histórico, as relações institucionais (correlação de forças), os juízos de valores, os diferentes atores envolvidos, uma série de questões mediante e interligadas, em que os fenômenos não são reduzidos à operacionalização objetiva de variáveis.

Futuramente, haverá na análise a necessidade de se quantificar algumas observações, de se traduzir em números a medida de alguns fenômenos, ou seja, conjugar as duas abordagens conforme as necessidades. O que se pretende ressaltar é que, ao se falar em cultura, existem elementos que não podem ser medidos de maneira precisa, não podem ser objetivamente mensurados. Daí a necessidade de centralizar a pesquisa em um problema e buscar a metodologia adequada para a compreensão dos fenômenos, seja a qualitativa, a quantitativa ou a conciliação de ambas.

A metodologia das duas perspectivas possui objetivos diferentes. Nesse sentido, considera-se mais adequado o olhar prioritariamente qualitativo, no momento de se definir o conceito de cultura e de indicador cultural, e os aspectos metodológicos de construção de uma base de dados. A análise da qualidade da informação e do sistema de informação vai estar diretamente relacionada ao contexto de geração da informação e ao uso pretendido, um procedimento interpretativo e contextualizado, que engloba aspectos subjetivos.

A manifestação dos parâmetros apresentados é essencialmente informacional, trata-se de categorias que são informacionais por excelência. Nesse sentido, a categorização dos critérios, em grandes classes, se deu com o intuito de evidenciar

como esses elementos se manifestam formalmente no mundo da vida. A abordagem informacional do indicador cultural relaciona-se aos elementos que irão garantir a qualidade da informação.

Os pontos abordados acima se referem às preocupações (lista de requisitos)⁶⁵ que devem orientar, simultaneamente, os formuladores de políticas públicas, os produtores de instrumentos para o monitoramento e o aprimoramento da gestão pública e a sociedade em geral.

Entende-se o indicador como um lugar de inscrição de sentido. Assim, nesse caso, a informação não se apresenta como objeto, mas como um ponto de vista adotado para analisar os processos e os fenômenos da realidade, uma construção social.

Na sociedade contemporânea, tendo em vista a enorme quantidade de informações que vem sendo produzida e distribuída, em velocidade nunca antes imaginada, a exigência qualitativa da informação se impõe de forma crescente. Nesse sentido, a abordagem informacional do indicador cultural propõe o desenvolvimento de estratégias de uso e de mediação da informação, estabelecidas com base em um quadro conceitual estruturado.

A abordagem informacional empreendida não se limita simplesmente a listar uma série de parâmetros e critérios. Ao contrário, possui como foco primordial contribuir para uma reflexão conceitual, a partir da qual o poder público e ou outras instâncias da sociedade adotem instrumentos para nortear suas ações. Trata-se de uma ferramenta de orientação teórica e prática, associada à noção de informação como conhecimento para a ação. Pauta-se, portanto, pelo princípio de democratização da informação como ponto de partida, em que a contribuição da Ciência da Informação consiste justamente na formulação de sistemas significantes, voltados para a disseminação da informação de qualidade.

⁶⁵ Elaborado a partir de adaptações baseadas no *Roteiro para análise de projetos culturais*, da Profa. Maria Aparecida Moura, disciplina *Elaboração e Avaliação de Projetos Culturais*, curso de Pós-graduação em Gestão Cultural, Centro Universitário UNA, 2005.

Pelo fato de não existir, a princípio, uma instituição central responsável pelo tratamento desses dados, a questão principal está diretamente relacionada ao modo como o dado é abordado, e não propriamente o dado em si. Como foi possível perceber, ao longo do relato histórico da institucionalização da cultura no país, a avaliação das políticas culturais era autocentrada, não gerava dados para o monitoramento e a avaliação de seus impactos, a política era formulada quase que intuitivamente.

Além disso, outro fator que contribui para a ausência de informação sobre o setor refere-se à dificuldade de se medir a cultura, pela sua intangibilidade e fluidez na delimitação do objeto. A informação é fundamental em todas as etapas da política, pois uma gestão de qualidade precisa munir-se de informação para ser eficiente e transparente. A produção de diagnósticos é algo estruturante na formulação de políticas. A ausência de informações e indicadores culturais impede a formulação de políticas e tomada de decisões fundamentadas e em consonância com as necessidades da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objeto de estudo a construção teórica e metodológica do indicador cultural no contexto de políticas públicas de cultura. Pretendeu-se refletir sobre a possibilidade de construção de um sistema de informação e indicadores culturais para além de perspectiva de mercado. Para isso, apresentou-se, do ponto de vista informacional, uma proposta de análise qualitativa para a consolidação dos indicadores culturais no Brasil.

Após a definição dos parâmetros que devem orientar a elaboração de indicadores culturais, conclui-se que a resposta à indagação sobre a possibilidade de se construir um sistema de informação e indicadores culturais, para além da perspectiva de mercado, será sempre uma questão política, uma vez que o resultado emerge da luta entre diferentes atores, interesses e demandas. E, principalmente, a construção de indicadores não é neutra, já que a seleção das informações, a serem coletadas, e das variáveis representativas estarão de acordo com os valores e interesses de quem propõe o instrumento de medida.

Foi possível perceber, ao longo do estudo, que a maioria das pesquisas sobre o levantamento de informações culturais emerge da necessidade de situar o desenvolvimento cultural no desenvolvimento econômico e social do país. Nesse sentido, a existência de dados concretos e estruturantes passa a ser, cada vez mais, primordial para o planejamento do setor. Os primeiros passos, normalmente, são tomados para se estabelecer informações descritivas sobre o campo. Prevaecem, então, dados simples, como o número de equipamentos culturais nos municípios, quais os municípios que possuem órgão gestor específico para a cultura, quais as principais atividades culturais exercidas, ou, em outros casos, qual o índice de frequência nas salas de cinema, custos de investimentos, dentre outros de semelhante apreensão. Ou seja, trata-se efetivamente de situar a cultura dentre os demais setores da economia e da vida social, por meio do mapeamento de suas atividades.

A capacidade avaliativa dos dados levantados é relativamente baixa, pois não derivam de definições conceituais mais específicas. Assim, é possível concluir que grande parte das informações apresentadas pelos estudos não podem ser chamadas de indicadores culturais, no sentido proposto pela dissertação, já que não estabelecem comparações para a sua significação e compreensão. Trata-se de uma informação descontextualizada, de baixo conteúdo informacional.

Os dados culturais, normalmente, estabelecem conexões entre o cultural e o social, ou o cultural e o econômico, ou seja, a cultura é abordada pelo seu viés social ou econômico. Portanto, buscou-se esboçar e provocar o debate acerca do caráter eminentemente informacional, revelado pelos indicadores culturais, por meio da proposta de parâmetros para a sua construção, que abordem, prioritariamente, a cultura para, em seguida, abordar o econômico e o social, e não o contrário.

Dessa forma, as informações culturais precisam ser elaboradas a partir de dados construídos exclusivamente para a cultura ou tendo como um dos focos a medição da cultura. A transposição de informações, a partir de bases de dados já existentes, construídas para outros fins, dificilmente garantirá a confiabilidade do indicador cultural, uma vez que medir a cultura exige representar uma variável teórica previamente definida.

É preciso deixar claro que não se trata de criticar a relevância do trabalho apresentado pelo IBGE, nem tampouco questionar a sua capacidade em conduzir pesquisas no campo da cultura. Ao contrário, acredita-se que a Instituição possui grande potencial para desenvolver tais práticas. Pretendeu-se, ao longo da dissertação, problematizar a abordagem conceitual, que conduziu as ações.

Começam a aparecer os avanços da produção de informações culturais no Brasil, contudo existem ainda grandes lacunas a preencher e, principalmente, deficiências a corrigir. O apertado orçamento da cultura, de maneira mais ampla, e, especificamente, a inexistência de recursos para a realização de pesquisas e diagnósticos sobre o setor, consiste em um dos principais obstáculos. As críticas e questionamentos são muitos em relação à qualidade das informações produzidas; a descontinuidade das pesquisas, que impedem o aprimoramento das abordagens

metodológicas; a construção de indicadores, com base em dados que não foram elaborados, tendo como fim último medir a cultura; a falta de aprofundamento, desagregabilidade e detalhamento das informações, que acabam por inflar os dados da cultura, como, por exemplo, a inserção de estatísticas sobre a telefonia no quadro cultural, apresentada em uma das pesquisas realizadas pelo IBGE, e já ressaltado pela pesquisa. Outro grande obstáculo refere-se à dificuldade e o desafio metodológico enfrentado pelo campo, pelas razões apontadas anteriormente. O levantamento de informações culturais no Brasil ainda é recente e pouco organizado, o que dificulta a produção de indicadores e a construção de ferramentas informacionais.

Além desses aspectos, são subutilizadas informações internas do próprio sistema federal de cultura, ou seja, o Ministério da Cultura e suas instituições vinculadas.⁶⁶ Percebe-se que a dificuldade de sistematizar as informações existentes, provenientes de cadastros internos e gestão de projetos e programas, decorre, em parte, da história e do momento de criação dessas instituições, em que o Ministério e, conseqüentemente, a necessidade de centralização administrativa da cultura em Brasília, surgiu depois de já consolidadas importantes instituições públicas culturais como, por exemplo, a FUNARTE e a Fundação Biblioteca Nacional.

Nesse sentido, com base nas entrevistas realizadas com os dirigentes do Ministério da Cultura, foi possível identificar que, em alguns casos, as instituições vinculadas trabalham independentemente na proposição de programas e projetos, na gestão administrativa e, como conseqüência, no provimento de dados e informações relevantes sobre o setor cultural, que, se tornadas públicas, em muito aprimorariam o sistema de gestão do Ministério e a elaboração de indicadores culturais para o monitoramento de políticas. Trata-se da correlação de forças presente em todos os âmbitos da política e que, muitas vezes, dificulta o diálogo entre as partes de um mesmo todo.

⁶⁶ O sistema federal é composto pelo Ministério da Cultura e instituições vinculadas: Agência Nacional do Cinema (ANCINE); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Fundação Nacional de Artes (FUNARTE); Centro Técnico Audiovisual (CTAV); Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Cultural Palmares; Cinemateca Brasileira e; Fundação Casa de Rui Barbosa.

O monitoramento da gestão e a avaliação dos programas governamentais são fundamentais para assegurar o êxito de qualquer política. Entretanto, acredita-se que dificilmente poderá realizar-se uma avaliação adequada se esta não for prevista e integrada ao processo de planejamento.

Apesar das pesquisas que o IBGE vem realizando, bem como os estudos apresentados pelo IPEA e outras instituições de igual grandeza e importância para o levantamento de dados culturais no país, acredita-se que existe ainda um profundo desconhecimento da realidade em que se pretende atuar por meio das políticas públicas de cultura.

Assim, reafirma-se a importância de uma política continuada e orgânica de geração de dados específicos para a cultura, capaz de funcionar como uma ferramenta de diálogo político imprescindível à ampliação das perspectivas de acesso, proteção e difusão das expressões culturais da humanidade. Vale ressaltar a necessidade de um espaço que coordene a política informacional, no que tange à cultura e não apenas promova a centralização das informações culturais. A existência de informação estruturada interfere nas orientações das políticas públicas, alimenta o debate cidadão, influencia tomadores de decisão e, sobretudo, constrói argumentos que respondam às necessidades do desenvolvimento cultural por si mesmo.

Nesse sentido, ressalta-se que o papel do poder público é insubstituível na elaboração de diagnósticos da realidade cultural do país e na construção de indicadores culturais, pois o Estado é a Instituição capaz de definir prioridades em consonância com as noções de coletividade e bem-público, valores, em nosso entendimento, intrínsecos a uma política pública.

Além disso, o levantamento de dados, realizado por empresas privadas, dificilmente, ocorre com frequência constante, o que não garante a atualidade e a periodicidade das informações, pois em se tratando de organizações voltadas para o mercado, os interesses mudam com facilidade.

A contratação de consultorias privadas, por parte do governo para a realização de pesquisas sobre o setor cultural, também apresenta problemas, uma vez que o

poder público, por falta de uma metodologia própria, é obrigado a renovar o contrato ou então abrir mão da seqüência no levantamento dos dados, perdendo a historicidade do processo. Ou ainda, possivelmente, na troca de gestão, a empresa também será substituída.

Diante do que foi apresentado, concebeu-se, prioritariamente, o indicador como informação em contexto. Em vista desse aspecto, acredita-se que a Ciência da Informação manifesta-se como um campo privilegiado para abordar a temática dos indicadores culturais, pois uma de suas vertentes possui como ponto estruturante a concepção de informação como um fenômeno social, fruto de uma construção coletiva, de inter-relações com várias esferas da sociedade.

Nesse sentido, de acordo com o primeiro capítulo da dissertação, a proposta de uma abordagem social para a Ciência da Informação leva em consideração a historicidade dos sujeitos e dos objetos como condição fundamental para a explicação dos fenômenos. Ou seja, entender o fenômeno informacional implica, necessariamente, no exame do contexto em que a informação é produzida, organizada e utilizada, e as relações sociais presentes e subjacentes à ocasião.

Além desses aspectos, a Ciência da Informação se aproxima da reflexão sobre a temática dos indicadores culturais, tendo em vista as relações entre informação e cultura, indústria da informação e indústria cultural, no que se refere à imaterialidade do objeto, sua dimensão simbólica e dificuldade de mensuração.

A centralidade da cultura na sociedade contemporânea tornou possível a constituição de novos espaços de exercício da utopia criativa, em proporções nunca antes imaginadas. As informações têm circulado em quantidade e qualidade consideráveis. Assim, tornou-se necessária a presença orgânica do campo da Ciência da Informação, na proposição e no apoio aos arranjos informacionais, que possam permitir o acesso democrático e a defesa do patrimônio cultural universal (ZIVIANI; MOURA, 2008).

Apontamentos para estudos futuros

Diante do que foi apresentado e das tendências que se configuram com a centralidade da informação e da cultura em quase todas as dimensões das relações sociais, acredita-se que muitas são as possibilidades de continuidade dos estudos aqui empreendidos. Contudo vale ressaltar alguns pontos diretamente relacionados à pesquisa, que contribuiriam para o avanço da temática, dado o recente surgimento do objeto. Nesse sentido, sugere-se como apontamento futuro um estudo voltado para o aprofundamento das ações dos Observatórios para a área da cultura como um todo, dos quais temos, como exemplo, o Observatório Itaú Cultural, que tem voltado suas atenções para a discussão teórico-metodológica dos indicadores culturais. Entende-se ser interessante refletir sobre o papel dessas instituições nesse debate e suas contribuições para o aprimoramento da questão.

Outro tema de pesquisa, considerado relevante, consiste na relação da UNESCO com a construção de indicadores culturais no Brasil, pois acredita-se que a maioria dos discursos acerca da política cultural no país hoje está em consonância com o que pregam a UNESCO e outras agências internacionais. Entender a Organização e a sua configuração no cenário mundial é imprescindível para perceber a correlação de forças presente em suas relações. A Instituição pode ser considerada uma agência reguladora de conceitos e sentidos, que são incorporados pelos países, na maioria das vezes, sem se preocupar com a finalidade para que foram construídas tais concepções ou com base em quais interesses. Portanto, abordar as principais diretrizes dos organismos internacionais em relação à cultura e à produção de informação e indicadores culturais pode revelar pontos primordiais para compreender a definição de prioridades no levantamento de dados.

Destaca-se ainda a necessidade de desenvolver pesquisas sobre a intenção do Ministério da Cultura e do IBGE de construir uma conta satélite de cultura no Brasil e a sua relação com o MERCOSUL Cultural. Conforme abordado no segundo capítulo da dissertação, a conta satélite permite calcular a participação da cultura e de suas atividades no PIB Nacional, ou seja, um sistema capaz de medir a economia da cultura. Tendo em vista a complexidade de se trabalhar com a cultura desenvolvida

ao longo de todo o estudo, acredita-se que a consolidação dessa proposta deverá basear-se em amplo debate junto aos diferentes atores da cena cultural, de modo que se consiga abarcar os diversos interesses presentes no campo, garantindo ampla representatividade.

A realização de pesquisas desse porte, como a construção de uma conta satélite de cultura, deveria trazer à tona ricas discussões sobre a harmonização e padronização de variáveis e metodologias, que contribuam para o diagnóstico da cultura e o aprimoramento do diálogo internacional.

São novas linhas de exploração, que, em nosso entendimento, estão diretamente relacionadas às perspectivas teóricas da sociedade da informação, em que se discutem a constituição de uma rede de informação, por meio da informatização de vários países e da sistematização de estudos existentes sobre o impacto das indústrias culturais, e sobre o desenvolvimento econômico e social da região. Uma constante tentativa de projetar o papel estratégico da cultura para o desenvolvimento regional, como uma alternativa às indústrias tradicionais, sobre as quais os processos produtivos encontram-se em declínio, prevalecendo a produção imaterial e simbólica da economia informacional.

A acumulação de capital da sociedade contemporânea é, praticamente, baseada na produção de bens simbólicos, inovação, informação e cultura. Nesse sentido, a cultura passa a ganhar um papel de destaque e começa a ser usada para várias finalidades.

Acredita-se que a reflexão conceitual e metodológica sobre os indicadores culturais tem muito a ganhar se olhada com mais frequência a partir da Ciência da Informação. Cabe ressaltar que o exercício de categorização é um desafio comum e familiar à Ciência da Informação, que pode contribuir com a proposição de categoriais mais ideais à mensuração das atividades e serviços culturais, baseadas em sua abordagem social da informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

AUN, Marta Pinheiro; MOURA, Maria Aparecida. **A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais**: princípios e perspectivas. In: AUN, Marta P. (coord.). Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007. p. 21-61.

BARBALHO, Alexandre. **Política cultural**. In: RUBIM, Linda. Organização e produção da cultura. Coleção Sala de Aula n. 1. Salvador: EDUFBA, FACOM/CULT, 2005. p. 33-52.

BAUER, Raymond A. **Social indicators**. Cambridge, Mass: MIT, 1967. 357 p.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. PBH. **1º Diagnóstico da área cultural de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Vox Mercado, 1996.

BOHNER, Louis. **Indicators of cultural development within the european context**. In: Meeting of experts on statistics and indicators of culture (Viena, 3-7, December, 1979). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000380/038011eb.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2008.

BONET AGUSTÍ, Lluís. **Planificar y evaluar**: dos fases indisociables de la gestión cultural. Periférica, Cádiz, UCA, nº 2, p. 41-50, 2001. Disponível em: <http://www2.uca.es/orgobierno/extension/PERIFERICA_2.PDF> Acesso em: 28 jan. 2008.

BONET AGUSTÍ, Lluís. Reflexiones a propósito de indicadores y estadísticas culturales. Boletín Gestión Cultural nº 7: **Indicadores y Estadísticas Culturales**, abr., 2004. Disponível em: <<http://www.gestioncultural.org/gc/boletin/pdf/Indicadores/LBonet-Indicadores.pdf>> Acesso em: 03. jan. 2008.

BOTELHO, Isaura. Demandas e lacunas nas informações sobre o setor cultural. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, ago./2006. 9 p. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/ascom/economia/a%20demanda.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2007.

BOTELHO, Isaura. **A política cultural e o plano das idéias**. In: RUBIM, Antônio; BARBALHO, Alexandre (Orgs). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, Coleção Cult, 2007. p. 109-132.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SEAD, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. O espaço da cultura: guia cultural do Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SEAD, v. 15, n. 2, p. 55-65, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. 283 p.

CANCLINI, Néstor García. **Definiciones en transición**. In: MATO, Daniel (Org). Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 57-68.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. The concept of information. **Annual Review of information Science & Technology**, v.37, p. 343-411, 2003.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 216 p.

CARRASCO ARROYO, Salvador. **Indicadores culturales**: una reflexión. Universidad de Valencia, Econcult, 1999. Disponível em: <<http://www.uv.es/carrascs/PDF/indicadoresCult.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. v. 1. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 698 p.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 147 p.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 2004. 384 p.

COELHO, Teixeira. **Da política cultural à cultura política**. In: Guerras culturais. São Paulo: Editora Iluminas, 2000. p. 117-142.

CUÉLLAR, Javier Perez de. (Org). **Nossa diversidade criadora**: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: Papyrus, Brasília: UNESCO, 1997. 416 p.

DOMINGUES, Ivan. **Em busca do método**. In: _____ (Org). Conhecimento e Transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 17-40.

FUKUDA PARR, Sakiko. **En busca de indicadores de cultura y desarrollo**: avances y propuestas, 2000. In: Informe Mundial sobre la cultura 2000-2001, Ed. UNESCO.

GETINO, Octavio. **Las industrias culturales y la medición de lo intangible**. In: INCAP. Capacitación política – cultura y política. Nº 4, inverno, 2007. p. 26-41. Disponível em: <http://www.mininterior.gov.ar/incap/cap_pol_4_07_parte1.pdf> Acesso em: 24 jan. 2008.

GOLDSTONE, Leo. **La medida de la cultura**: perspectivas y límites. In: Informe Mundial sobre la cultura, 1998. Ed. UNESCO.

GOMES, Gustavo Maia. **Primeiras ações para um programa de informações culturais no Brasil**. In: UNESCO. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 207-213.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (Brasil). **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005**. v. 22. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 129 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (Brasil). **Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 268 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (Brasil). **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003**. v. 18. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 126 p.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA (Brasil). **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: Ministério da Cultura, Coleção Cadernos de Políticas Culturais, Vol. 3, 2007. 308 p.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 1997. 431 p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. 141 p.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 258 p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: ARTMED; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LINS, Cristina Pereira de Carvalho. **A demanda e a produção de informações culturais brasileiras: parceria MINC e IBGE**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM ECONOMIA DA CULTURA, Recife, PE, Brasil: Fundação Joaquim Nabuco, jul./2007. 23 p.

LINS, Cristina Pereira de Carvalho. **Indicadores culturais: possibilidades e limites – As bases de dados do IBGE**. Brasília: MINC, 2006. 17 p. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp->

content/uploads/2007/10/edc_cristinapereira_1148588640.pdf > Acesso em: 30 dez. 2007.

MACHADO, Jurema de Souza. A construção de indicadores para a cultura: entrevista com Jurema Machado. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, SP: Itaú Cultural, n. 1, jan./abr. 2007. p.13-18.

MARTINEZ, Eduardo; ALBORNOZ, Mario. **Indicadores de ciencia y tecnologia: balance y perspectivas**. In: _____ (eds.). **Indicadores de ciencia y tecnologia: estado del arte y perspectivas**. Caracas: Unesco, 1998. p. 9-23.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro – FJP. **Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 3v.: il.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa cultura para o desenvolvimento do Brasil**. Brasília: MINC, 2006. 49 p.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da Informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, 2º n. esp., 2º sem. 2006. 17 p. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp_05/moura.pdf> Acesso em: 27 jan. 2008.

MOURA, Maria Aparecida. **Roteiro para análise de projetos culturais**. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2005. 3 f. Notas de aula.

MOURA, Maria Aparecida; ZIVIANI, Paula. **Citoyenneté Culturelle ou la marchandisation de la culture: limites et contradictions de la politique publique bresilienne dans le domaine de la culture**. In: 8 EME COLLOQUE BRÉSIL-FRANCE - ETAT, CULTURE ET COMMUNICATION, 2006, Grenoble. Actes du 8 eme Colloque Brésil-France - Etat, culture et communication. Grenoble: Université Stendhal, 2006. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2006-supplement/Ziviani/home.html> Acesso em: 25 jan. 2007.

MOURA, Maria Aparecida; ZIVIANI, Paula. Política pública nacional para a área da cultura e suas implicações para a consolidação da cidadania cultural. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – II ENECULT, Salvador, Bahia. **Anais...** Bahia: UFBA, maio/2006. 15 p.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Repensando a sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2002.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. A desconstrução do conceito de “qualidade da informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 36-45, jan./abr. 1998.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL / OIC. **Revista Observatório Itaú Cultural: reflexões sobre indicadores culturais**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, n. 4, jan./mar. 2008. 79 p.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL / OIC. **Revista Observatório Itaú Cultural: valores para uma política cultural**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, n. 3, set./dez. 2007. 91 p.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL / OIC. **Revista Observatório Itaú Cultural: mapeamento de pesquisas sobre o setor cultural**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, n. 2, mai./ago. 2007. 92 p.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL / OIC. **Revista Observatório Itaú Cultural: indicadores e políticas públicas para a cultura**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, n. 1, jan./abr. 2007. 63 p.

OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto. **As bases de dados do IBGE: potencialidades para a cultura**. In: UNESCO. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 189-206.

OLIVEIRA, Paulo César Miguez de. **Economia da cultura**. In: A economia da cultura e a cultura na economia. Comissão Especial de Relações de Trabalho, Emprego e Renda, da Assembléia Legislativa da Bahia, nov. 2004. Disponível em: <http://www.javier.com.br/texto_miguez.doc> Acesso em: 30 dez. 2007.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; VIRUEZ, Guilma Vidal; DIAS, Mauro. Sistema de informação em Arte e atividades culturais (IARA): aspectos políticos, institucionais, técnicos e tecnológicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 327-334, 1994.

PFENNIGER, Mariana. Indicadores y estadísticas culturales: un breve repaso conceptual. Boletín Gestión Cultural nº 7: **Indicadores y Estadísticas Culturales**, abr., 2004. Disponível em: <<http://www.gestioncultural.org/gc/boletin/pdf/Indicadores/MPfenniger.pdf>> Acesso em: 3 jan. 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. São Paulo: Manole, 2007. 354 p.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; MARTINS, Ronaldo. O retrato da ciência da informação: uma análise de seus fundamentos sociais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 133-150, 1º sem., 2007.

RIBAS, Cláudia; ZIVIANI, Paula. Redes de informação: novas relações sociais. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación – Eptic On Line**, UFS, vol. X, n. 1, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/v.%20X,n.%201,2008/ACludiaRibas-PaulaZiviani.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2008.

RUA, Maria das Graças. **Desmistificando o problema**: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. Texto apresentado na oficina temática do PROMOEX – Avaliação de Resultados no Ciclo da Gestão Pública. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraEstudoIndicadores-novo.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2008.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel V. (Orgs). O Estudo da Política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, v. 1, 1998. 18 p.

RUBIM, Antônio Albino. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Intercom, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

RUBIM, Antônio Albino. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio; BARBALHO, Alexandre (Orgs). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, Coleção Cult, 2007. p. 11-36.

RUBIM, Antônio Albino. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – II ENECULT, Salvador, Bahia. **Anais...** Bahia: UFBA, maio/2006. 17 p.

RUBIM, Antônio Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, Coleção Cult, 2007. 179 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004. 92 p.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura. **Guia Cultural do Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação SEADE, 2001. Disponível em: < <http://www.guiacultural.sp.gov.br/> > Acesso em: 22 jan. 2008.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origens, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SATORRE, Cristina Pou. O uso de indicadores em pesquisa no setor cultural: o salto da estatística para a desconstrução do discurso. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, SP: Itaú Cultural, n. 4, jan./mar. 2008. p. 33-38.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. **Os Gastos Culturais dos Três Níveis de Governo e a Descentralização**. Texto para discussão nº 876. Brasília: IPEA, 2002. 25 p.

SILVA, Liliana Sousa e. **Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva**. 2007. 310 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Liliana Sousa e; OLIVEIRA, Lúcia de. Pesquisadoras do observatório comentam estudo do IBGE sobre o setor cultural. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, SP: Itaú Cultural, n. 2, maio/ago. 2007. p.10-24.

SILVA, Rosimeri Carvalho da. **Indicadores culturais: reflexões para a construção de um modelo brasileiro**. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES SOBRE INDICADORES CULTURAIS: REFLEXÃO E EXPERIÊNCIAS. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, nov. 2007.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Reflexões sobre aspectos políticos de políticas públicas. **Pensar BH/Política Social**, PBH, Belo Horizonte, n. 14, dez. 2005/fev. 2006. p. 26-30.

SIMIS, Anita. **A política cultural como política pública**. In: RUBIM, Antônio; BARBALHO, Alexandre (Orgs). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, Coleção Cult, 2007. p. 133-155.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TABER, Micaela. **Indicadores culturales**: qué, por qué y para qué medir. Observatorio Industrias Culturales (OIC), Mendoza, set. 2005. Disponível em: <http://www.buenosaires.gov.ar/areas/produccion/industrias/observatorio/documentos/economiaycultura_indicadores_culturales.doc> Acesso em: 03 jan. 2008.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236 p.

VALARELLI, Leandro Lamas. **Indicadores de resultados de projetos sociais**. RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_jul99.cfm> Acesso em: 03 jan. 2008.

VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 2, n. 1, p. 1-14, mar./2004.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2002. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p.229-239, mar. 1993.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140. dez. 1975.

YÚDICE, George. **A convivência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 615 p.

YÚDICE, George; DURÁN, Sylvie. **Para um banco de dados que sirva**. In: UNESCO. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 173-187.

ZIVIANI, Paula; MOURA, Maria Aparecida. **A consolidação dos indicadores culturais no Brasil**: uma abordagem informacional. 2008. 13 p. (artigo submetido ao IX ENANCIB).

APÊNDICE

QUADRO 6

Quadro esquemático do plano de coleta de dados

Atividade	Mediação	Objetivo
Revisão de literatura.	Livros, artigos de periódicos, sites da <i>internet</i> , conferências, dissertações, teses, catálogos.	Analisar o estado da arte da produção do conhecimento no campo de inserção e intersecção da temática da pesquisa.
Pesquisa bibliográfica.	Bibliografia especializada, sites da <i>internet</i> .	Construir um quadro teórico-conceitual (de caráter interdisciplinar) para subsidiar a análise dos dados e dar suporte às reflexões teóricas desenvolvidas no estudo.
Pesquisa bibliográfica especializada.	Produção científica de pesquisadores da área de indicadores sociais e indicadores culturais, de política pública de cultura, do campo da Ciência da Informação, sites específicos da <i>internet</i> .	Realizar levantamento histórico da produção de indicadores culturais no cenário nacional e internacional. Identificar as principais abordagens conceituais e metodológicas para elaboração de indicadores sociais e culturais.
		Realizar levantamento do contexto de institucionalização da cultura no Brasil, primórdios e desenvolvimento.
		Identificar os procedimentos metodológicos sedimentados no campo referentes à identificação, à organização e à compreensão do uso da informação.
Pesquisa documental.	Análise de documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Cultura, UNESCO e OMC.	Entender as principais diretrizes para a cultura no tange à elaboração de políticas públicas e indicadores culturais.
Entrevista individual semi-estruturada.	Dirigentes do Ministério da Cultura e gestores culturais.	Entender o processo de formulação de políticas públicas de cultura.
Percurso investigativo.	Participação em eventos, seminários e encontros voltados para a discussão das políticas e dos indicadores culturais.	Identificar e conhecer o campo cultural. Constituir o cenário de análise.

ANEXO**Indicadores culturales presentados pela UNESCO (1998)*****I INFORME MUNDIAL SOBRE LA CULTURA******LISTA DE TABLAS ESTADISTICAS E INDICADORES CULTURALES*****Actividades culturales**

Tabla 1. PÉRIODICOS, LIBROS Y BIBLIOTECAS

- Diarios
- Número de ejemplares de libros publicados
- Títulos publicados
- Consumo de "papel cultural"
- Usuarios de las bibliotecas públicas
- Obras que poseen las bibliotecas públicas

Tablas 2 y 2B. RADIO, CINE Y TELEVISIÓN

- Aparatos de radio
- Televisores
- Relación radios/televisores
- Emisiones de radio culturales
- Emisiones de televisión culturales
- Asistencia al cine
- Películas producidas
- Películas importadas

Películas importadas en porcentaje del total

Tabla 3. MÚSICA GRABADA

- Ventas
- Tipo de música
- Grabaciones piratas
- Impuestos
- Lectores de CD

Tabla 4. ARTES ESCÉNICAS

- Asistencia anual
- Giras a l extranjero
- Locales
- Númeroas de representaciones y asistencia

Tabla 5. ARCHIVOS Y MUSEOS

- Archivos en metros
- Consultas
- Consultas por empleado
- Visitas a los museos
- Visitas por empleado

PRÁCTICAS CULTURALES Y PATRIMONIO

Tablas 6 y 6B. FIESTAS OFICIALES NACIONALES (1997)

- Numero de fiestas oficiales
- Fechas

Tabla 7. LUGARES DEL PATRIMONIO

- Bienes inscritos en la lista de patrimonio mundial por tipos
- Lista indicativa
- Lugares del patrimonio en peligro

COMUNICACIÓN E INTERCAMBIOS CULTURALES

Tabla 8. COMERCIO DE BIENES CULTURALES

- Libros y folletos
- Periodicos y revistas
- Música
- Artes visuales
- Cine y fotografía
- Radio y televisión

Tabla 9. TURISMO INTERNACIONAL

- Entradas de visitantes extranjeros
- Principales países de origen
- Ingresos por turismo internacional
- Viajes de nacionales al extranjero
- Principales países de destino
- Gastos en el extranjero

Tablas 10 y 10 B. COMUNICACIÓN Y NUEVAS TECNOLOGÍAS

- Estafetas de correo
- Envíos postales
- Envíos postales al extranjero
- Líneas telefónicas
- Llamadas telefónicas internacionales
- Principales interlocutores extranjeros
- Teléfonos celulares
- Aparatos de fax
- Ordenadores personales
- Servidor de internet

TENDENCIAS CULTURALES

Tabla 11. LIBROS

- Ejemplares publicados
- Títulos publicados
- Obras que poseen las bibliotecas públicas

Tabla 12. PERIÓDICOS Y "PAPAEEL CULTURAL"

- Diarios
- Consumo de "papel cultural"

Tabla 13. RADIO Y TELEVISIÓN

- aparatos de radio
- televisores
- relación radios/televisores

Tabla 14. CINE

- Asistencia al cine
- Películas producidas
- Películas importadas

Tabla 15. COMUNICACIÓN Y VIAJES

- Líneas telefónicas
- Entradas de visitantes extranjeros

Tabla 16. COMERCIO CULTURAL

- Comercio cultural total
- Comercio cultural por habitante
- Comercio cultural en porcentaje del PIB
- Exportaciones culturales

RATIFICACIÓN DE CONVENIOS

Tabla 17. RATIFICACIÓN DE CONVENIOS RELATIVOS AL PATRIMONIO CULTURAL Y NATURAL (1997)

- Protección del patrimonio mundial
- Protección de bienes culturales en caso de conflicto armado
- Prevención de la venta ilícita de bienes culturales

Tabla 18. RATIFICACIÓN DE CONVENIOS RELATIVOS A LOS DERECHOS HUMANOS (1996)

- Derechos económicos, sociales y culturales
- Derechos civiles y políticos
- Discriminación racial
- Discriminación de la mujer
- Genocidio
- Derechos del niño
- Tortura
- Refugiados

TRADUCCIONES

Tabla 19. TRADUCCIONES Y LIBROS EN IDIOMAS EXTRANJEROS

- Número de traducciones
- Principales idiomas traducidos
- Títulos publicados en idiomas extranjeros
- Publicaciones multilingües

Tabla 20. TRADUCCIONES POR IDIOMA DE ORIGEN

- Número de traducciones
- Principales idiomas a los que se traduce

Tabla 21. AUTORES MAS TRADUCIDOS

- Nombre de los autores
- Países
- Número de traducciones
- Número de países que han efectuado traducciones

CONTEXTO CULTURAL

Tabla 22. EDUCACIÓN

- Tasa de escolarización neta en enseñanza primaria
- Tasa de escolarización bruta en enseñanza secundaria
- Tasa de escolarización bruta en enseñanza superior
- Gastos públicos en enseñanza en porcentaje del PIB

Tabla 23. ESTUDIOS SUPERIORES EN EL EXTRANJERO

- Estudiantes en el extranjero
- Principales países de acogida
- Estudiantes extranjeros
- Principales países de origen
- Estudiantes extranjeros en porcentaje del número de estudiantes en el extranjero

Tabla 24. CAPITAL HUMANO

- Tasa de alfabetización de adultos
- Tasa de alfabetización de adultos jóvenes
- Duración media de la escolaridad

Tabla 25. DEMOGRAFÍA Y SANIDAD

- Población total
- Población urbana
- Esperanza de vida
- Edad media de las mujeres en el primer matrimonio
- Tamaños de la familia
- Tasa de fecundidad
- Fecundidad a los 15-19 años
- Uso de anticonceptivos
- Tasa de mortalidad materna

Tabla 26. MIGRACIONES Y REFUGIADOS

- Número de migrantes internacionales
- Porcentaje de mujeres
- Porcentajes de personas nacidas en el extranjero en la población
- Remesas de fondo procedentes del extranjero
- Refugiados por país de origen
- Refugiados por país de asilo

Tabla 27. INDICADORES ECONÓMICOS

- PIB por habitante en dólares USA
- PIB por habitante en dólares internacionales (paridad del poder en la compra ,PPC)
- Relaciones entre los ingresos familiares
- Población activa

Tabla 28. MEDIO AMBIENTE

- Superficie
- Densidad de población
- Zonas protegidas nacionales zonas forestales
- Deforestación

Tabla 29. ESTADOS MIEMBROS MENOS POBLADOS: RATIFICACIÓN DE CONVENIOS CULTURALES Y LUGARES DEL PATRIMONIO

Tabla 30. AGREGADOS REGIONALES DE LOS INDICADORES CULTURALES.